



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRIA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

**DESESTRUTURAÇÃO FAMILIAR QUE INFLUENCIAM NO PROCESSO
DE ENSINO APRENDIZAGEM DA ESCOLA MUNICIPAL ALBERTINA
FIOROTTI MOREIRA EM PORTO SEGURO – BAHIA- BRASIL**

Maria da Conceição Farias

Asunción, Paraguay

2020

Maria da Conceição Farias

**DESESTRUTURAÇÃO FAMILIAR QUE INFLUENCIAM NO PROCESSO
DE ENSINO APRENDIZAGEM DA ESCOLA MUNICIPAL ALBERTINA
FIOROTTI MOREIRA EM PORTO SEGURO – BAHIA- BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Maestría em Ciencias de la Educación de la Universidad Autónoma de Asunción – Py, como requisito parcial para obtenção do grau de Master em Ciencias de la Educación.

Orientadora: Prof. Dra. Daniela Ruíz - Díaz Morales

Asunción, Paraguay

2020

Maria da Conceição Farias

Desestruturação familiar que influenciam no processo de ensino aprendizagem dos estudantes da Escola Municipal Albertina Fiorotti Moreira em Porto Seguro–Bahia- Brasil.

Asunción (Paraguay)

Tutor: Prof. Dra. Daniela Ruíz Díaz

Dissertação acadêmica em Ciências da Educação. P. 136– UAA, 2020.

Palavras Chave: Indisciplina; Relação Família/Escola; Ambiente Familiar.

Maria da Conceição Farias

**DESESTRUTURAÇÃO FAMILIAR QUE INFLUENCIAM NO
PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DA ESCOLA
MUNICIPAL ALBERTINA FIOROTTI MOREIRA EM PORTO
SEGURO – BAHIA- BRASIL**

Esta dissertação foi avaliada e aprovada para obtenção do título de Mestre em
Educação, pela Universidad Autónoma de Asunción- UAA

DEDICATÓRIA

A Deus, que me deu forças, uma família, amigos e pessoas para caminhar junto a mim nesse percurso, a fim de que pudesse se cumprir uma de muitas promessas na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente. A minha família por sua capacidade de acreditar em mim, a minha orientadora pela paciência e orientação que tornaram possível a conclusão deste trabalho e toda equipe da escola Albertina Fiorotti Moreira, ao empenho e dedicação em colaborar.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	ix
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE GRÁFICOS.....	xi
RESUMO	xii
RESUMEN.....	xiv
INTRODUÇÃO.....	01
1.CONCEITO DE FAMÍLIA.....	11
1.1.Diferentes Tipos de Relacionamentos	18
1.2. Divórcio.....	25
1.3. A criança e a Família.....	32
2. FAMÍLIA/ESCOLA E LIMITES/DISCIPLINA	41
2.1.Indisciplina e suas causas	48
3. INFLUÊNCIA ESCOLA/FAMÍLIA.....	53
4. METODOLOGIA	56
4.1. Objetivos da Pesquisa.....	56
4.1.1. Objetivo geral	56
4.1.2. Objetivos específicos.....	57
4.2. Desenho metodológico.....	57
4.3. A Unidade de Análise e Participantes	58
4.4. Procedimentos de Coletas de Dados.....	59
4.5. Processo de validação instrumental.....	63
5. ANÁLISE DE DADOS	64
5.1. Apresentação da Análise de Dados.....	64
5.2. Dados	66
5.2.1. Dados do questionário	66
5.2.2. Análise dos dados dos questionários para professores	80
5.2.3 Análise dos dados dos questionários para os pais	85
5.2.4.Resultados e Discussão.....	94
CONCLUSÕES.....	98
RECOMENDAÇÕES.....	101
REFERÊNCIAS	103

APÊNDICES 112

LISTA DE ABREVIATURAS

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional MEC – Ministério da Educação e Cultura

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais

CEAME – Centro de Atendimento Pessoas Especiais

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação

Básica EJA – Educação de Jovens e Adultos

SSP – Secretaria de Segurança Pública

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBDFAM – Instituto Brasileiro do Direito da Família

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Número total de alunos das turmas por sexo.....	67
Figura 2 Faixa etária dos alunos das quatro turmas pesquisadas.....	68
Figura 3 Membros da família.....	69
Figura 4 Apoio nas atividades escolares	70
Figura 5 Comparação com outras escolas.....	71
Figura6 Repetências.....	72
Figura7 Responsável pela escolha da escola pesquisada.....	73
Figura 8 Apoio do corpo escolar	74
Figura 9 Apoio pedagógico.....	75
Figura10 Frequência	76
Figura 11 Apoio no dia a dia escolar	77
Figura 12 Ajuda com atividades escolares.....	78
Figura13 Motivos para se fazer presente na sala de aula.....	79
Figura 14 Formação acadêmicos dos docentes.....	80
Figura 15 Participação da família	81
Figura 16 Consequência da desestrutura familiar.....	82
Figura 17 Ausência familiar.....	83
Figura18 Preocupação com aprendizagem por parte dos responsáveis.....	84
Figura 19 Estado civil dos pais	85
Figura 20 Incentivos dos membros do corpo escolar.....	86
Figura 21 Reações possíveis separações de pais.....	87
Figura 22 Participação dos responsáveis	88
Figura 23 Interesse dos responsáveis.....	89
Figura 24 Confiança em ajudar nas tarefas escolares dos filhos	90
Figura 25 Opinião sobre o ensino na escola pesquisada.....	91
Figura 26 Relação entre responsáveis e alunos.....	92
Figura 27 Frequência dos responsáveis na escola pesquisada	93
Figura 28 Participação de responsáveis em reuniões escolares	94

RESUMO

O presente pesquisa titulada como “**Desestruturação familiar que influenciam no processo de ensino aprendizagem da Escola Municipal Albertina Fiorotti Moreira em Porto seguro Bahia-Brasil**” tem como Objetivo Geral: Analisar as prováveis causas em que a família influencia na indisciplina escolar e o seu conseqüente insucesso. Paratanto, utilizamos a metodologia não experimental, descritiva, de corte transversal e com enfoque misto (dados qualitativos e quantitativos). Foi realizada uma pesquisa de campo na Escola Municipal do ensino público, Albertina Fiorotti Moreira, localizado na cidade de Porto Seguro, Brasil, tendo como ênfase os alunos do ensino fundamental de primeira fase, onde variados conflitos emocionais determinam modificações no comportamento desses indivíduos. Foram aplicados questionários estruturados para quarenta e cinco pais e questionários semiestruturados para quatro professores y un auxiliar de clases, para obtermos um maior esclarecimento sobre o assunto. O resultado sobre o tema, mostrou que o ambiente familiar desestabilizado compromete o aprendizado da criança, afetando-o na sua vida emocional e social, provocando algum distúrbio de comportamento mesmo que seja em um curto período. A instituição educacional precisa ter uma relação família/escola, para obter melhores resultados no aprendizado do aluno, pois uma família ausente afetará o ensino- aprendizado. Os alunos intitulados indisciplinados são crianças agressivas, desatentas ou inquietas e desobedientes. Pode-se perceber que a parceria família/escola é de suma importância para o desenvolvimento do aluno e que os pais devem estar atentos e ligados diretamente nas atividades do dia-a-dia dos filhos, e que a educação é responsabilidade da família e não de e auxiliar de classe. Conclui-se que os estudantes são diretamente afetados nesse proceso de ensino aprendizagem devido a desestrutura familiar em que convivem;em relação aos professores abordam que a familia não vem se responsabilizando mais pela educação de seus filhos, deixando-os a mercê dos educadores a sua obrigação como familia,enquanto aos pais tem crescido cada vez mais o processo de separação familiar,não percebendo assim que é muito importante o seio familiar para todos os envolvidos neste processo de ensinoprendizagem.

Palavras-chave: Indisciplina; Relação Família/Escola; Ambiente Familiar.

RESUMEN

El presente trabajo titulado "**Desestructuración familiar que influyen en el proceso de enseñanza y aprendizaje de dos alumnos de la Escuela Municipal Albertina Fiorotti Moreira en Porto Seguro - Bahía-Brasil**" como Objetivo General: Analizarla influencia familiar como causas probables de la indisciplina escolar y su consecuencia El diseño metodológico es no experimental, descriptivo, de corte transversal, con enfoque mixto (datos cualitativos y cuantitativos). El trabajo de campo fue hecho en la Escuela Municipal de enseñanza pública, Albertina Fiorotti Moreira, localizada en la ciudad de Porto Seguro, Brasil, tendo como participantes a los alumnos de enseñanza fundamental de primera fase; donde variados conflictos emocionales determinaron cambios en la conducta de los alumnos. Se aplicaron cuestionarios estructurados para cuarenta y cinco padres y cuestionarios semiestructurados a cuatro profesores, y a un auxiliar de clases que ofrecieron una mayo aclaración sobre el tema. El resultado mostró que el ambiente familiar desestabilizado compromete el aprendizaje del niño, afectándolo en su vida emocional y social, provocando algún disturbio de comportamiento aunque sea en un corto período. La institución educativa necesita tener una relación familia / escuela, para obtener mejores resultados en el aprendizaje del alumno, pues una familia ausente afectará la enseñanza-aprendizaje Los alumnos rotulados como indisciplinados son niños agresivos, desatentos y desobedientes. Se puede percibir que la asociación familia / escuela es de suma importancia para el desarrollo del alumno y que los padres deben estar atentos y ligados directamente en las actividades del día a día de los hijos, y que la educación es responsabilidad de la familia y no de terceros, y que la continuidad de esas enseñanzas se extiende a la escuela y en la convivencia social. Se concluye que los estudiantes se ven directamente afectados en este proceso de enseñanza de aprendizaje debido a la interrupción familiar en la que viven; Los maestros sienten que la familia ya no se hace responsable de la educación de sus hijos, dejándoles a merced de los educadores su obligación como familia, mientras que los padres están en pleno proceso de separación familiar, nos e dan cuenta de que es muy importante el seno familiar para todos los involucrados en el proceso de enseñanza y aprendizaje.

Palabras clave: Indisciplina; Relación Familia / Escuela; Entorno familiar.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho titulado como “Desestruturação familiar influenciam no processo de ensino aprendizagem dos estudantes da Escola Municipal Albertina Fiorotti Moreira em Porto Seguro – Bahia- Brasil” configura-se pelo resultado de dados analisados no contexto escolar esclarecido no município de Porto Seguro – BA, cuja realidade, o meio sócio geográfico apresenta diversas situações familiares que contribuem para o desenvolvimento da indisciplina que vem sendo cada vez mais presente nesse ambiente escolar.

A Secretaria Municipal de Educação, é responsável por assegurar a organização do ensino e de ofertar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Cabe a ela desenvolver políticas pedagógicas para promover a interação de escolas, pais, alunos e comunidades; promover o bem-estar dos estudantes através de atividades fora da sala de aula, com programações culturais e esportivas; promover o desenvolvimento da tecnologia em educação na rede municipal de ensino; assegurar padrões de qualidade de ensino e implantar políticas públicas de democratização do acesso ao ensino fundamental e inclusão social.

Dentre as escolas públicas e particulares na cidade de Porto Seguro/BA, tem-se cento e vinte e oito escolas municipais, oito estaduais, vinte e cinco privadas e duas federais e mais o CEAME: Centro de Educação Inclusiva e Atendimento Especializado instalado no centro da cidade, e o CEMPEC: Centro Escolar Municipal de Pesquisa, Educação e Cultura.

A Escola Municipal Albertina Fiorotti, fica localizada dentro do complexo Baianão, até 2017, o bairro ficava praticamente isolada dos outros bairros, amuitotempo atribuiu-se ao bairro o título de mais violento da cidade, por ser um lugar de desova (na linguagem policial, é o ato de ocultar o cadáver), por ser um lugar de difícil acesso, com pequeno número de moradores; com a construção do Rodoanel, o acesso para entrada e saída do bairro melhorou muito, para os moradores e professores que residem em outros bairros. A escola atende a 75 crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais, nos períodos matutino e vespertino, oferece alimentação escolar para os alunos, são 4 salas de aula, cozinha, banheiro masculino e feminino, secretaria, área coberta, o índice no IDEB é um dos melhores no município.

Partindo deste contexto, bastante complexo, surgiu a necessidade de compreender melhor o que tem acontecido com as crianças que vivem em lares desestruturados na comunidade da Escola Albertina Fiorotti Moreira.

A pergunta geral que norteia esta pesquisa é: Por que a desestrutura familiar influencia no processo de aprendizagem dos discentes na escola Albertina Fiorotti Moreira?

As perguntas específicas são:

- 1- Quais os fatores mais importantes neste contexto escolar?
- 2- Quais os aspectos causados pela desestrutura familiar na aprendizagem do aluno?
- 3- Quais são as intervenções escolares em que a família participe com os seus filhos em momentos sociais promovido pela escola?

O objetivo geral: Analisar a influência que a desestruturação familiar tem na comunidade estudantil da Escola Albertina Fiorotti Moreira, ano 2018.

Os objetivos específicos para esta pesquisa são:

- 1- Identificar fatores que tornam importante a presença da família no contexto escolar Albertina Fiorotti Moreira, ano 2018.
- 2- Descrever as consequências que a desestrutura familiar produz na aprendizagem do aluno.
- 3- Comparar o número de famílias desestruturadas com o índice de reprovação dos alunos durante o ano letivo de 2017.

A presente pesquisa analisa a influência que a desestruturação familiar teve na comunidade estudantil da Escola Albertina Fiorotti Moreira no ano 2018. Tem-se como justificativa, discutir os diversos ambientes familiares e como eles afetam a criança no seu comportamento, compreendendo que a família é o ponto fundamental para a educação da criança, para ensinar os valores éticos, morais e sociais e que a escola tem o dever de continuar a educação que o seio familiar proporciona, assim sendo, sua obrigação é de passar os conhecimentos de conteúdos científicos além de preparar para contribuir na construção do

cidadão consciente, participativo e equilibrado, deste modo é muito importante a participação do professor nesta pesquisa é a figura principal no processo educativo, responsável pela formação e desenvolvimento do estudante, pois conhece conscientemente seus alunos, sua escola abrangendo assim a sua comunidade com suas dificuldades e limitações.

Quanto ao **enfoque da pesquisa**, trata-se de uma **investigação mista**, ou seja, com dados qualitativos e quantitativos, o **qualitativo**, permitir melhor compreensão nos seus aspectos subjetivo e particulares e assim compreender a relação de seus cuidadores com os demais educadores que participam da rotina dessas crianças e o processo **quantitativo**, por proporcionar a quantidade de opiniões em que os entrevistados partilharam e discordaram sobre o presente assunto.

Os **sujeitos** investigados são os pais e professores, auxiliares e alunos da educação da Escola Municipal Albertina Fiorotti Moreira, cuja a **população** corresponde a 70 alunos, com idade média entre 7 a 11 anos, pertencentes a família de baixa renda, cuja maioria moram no entorno da escola, nosso contexto da pesquisa.

Quanto à metodologia, após a solicitação da autorização da escola para a realização da investigação, iniciou-se a coleta de dados, através das técnicas adotados nesta pesquisa: questionários e entrevista. Os mesmos foram aplicados na seguinte ordem: questionário I para os professores e auxiliares, e questionário II para os alunos e depois questionários para os pais.

Para embasar o tema, foram realizadas pesquisas de caráter bibliográfico, a partir de leituras de livros, revistas, artigos, biblioteca virtual com renomados autores que tratam do tema (in) disciplina no cotidiano escolar, com rigor.

Desta forma, buscou-se sistematizar e estruturar este trabalho em quatro blocos teóricos e o quinto que trata sobre a metodologia e segue com a apresentação dos dados e considerações. A saber, o primeiro trata do processo histórico da família, contando com o apoio teórico dos autores Venosa (2013), que nos fala sobre os modelos de família, elementos da Constituição de 1988, Gomes (2015). O segundo capítulo, que trata do conceito da família, em diferentes perspectivas, temos Prá (2013), Reis (2010), dentre outros, Santana (2015), que apresenta considerações sobre o IBDFAM – Instituto brasileiro da família e seus principais valores.

Além mais, apresentamos no terceiro capítulo a relação entre a família e a escola, os limites e a disciplina. Para isso, contamos com o apoio de Estrela (2002), que trata sobre os problemas da indisciplina no ambiente escolar; Garcia (2001), que apresenta causas da indisciplina e , Garcia (2014) e Paro (2007) que fala, especificamente, sobre a escola e a família. Por fim, apresentamos a influência da Escola/Família na vida dos alunos/filhos quanto a sua aprendizagem e vida social. Trazemos como suporte Nogueira (2006), Paro (2007) tratando sobre a responsabilidade da educação das crianças, fortalecendo que se deve aos pais.

Ao final da pesquisa, fazemos contribuições das quais, baseadas nos dados coletados, ajudam a percebermos a importância da família no cotidiano dos alunos, sua presença contribui para o ensino aprendido, além da promoção de um bom cidadão.

O século XXI adquiriu uma nova configuração advinda de mudanças sociais, principalmente no que se diz respeito ao modelo de família. Outrora, essa era enquadrada em um padrão, cujo o homem, isto é, o pai e marido, detinha o poder sobre os demais membros, filhos, mãe e servos. Portanto, vale destacar que o afeto, que hodiernamente é o princípio familiar, não tinha espaço entre esse modelo progresso defamília.

Segundo Venosa (2013) por Portugal estar sobre o domínio do Império Romano, seguiam-se suas leis, conseqüentemente, desde o descobrimento do Brasil as mesmas leis passaram a ser aplicadas aqui. Somente no século XX que o Código Civil foi modificado, entre a década de 1916. Ainda, relata que o Estado Romano se dividia entre o Período Régio, Período da República, Período do principado e Período da Monarquia absoluta, de forma que as mudanças sociais acompanhavam cada momento.

De forma geral, no Período Régio, a família seguia o modelo patriarcal, o pater família, era o senhor sobre sua casa, além mais, o mesmo ainda passou a obter o poder sobre outras instituições, seguiu os mesmos padrões durante o Período da República. O Período do principado, datado no ano de 27 a. C., teve como marco o poder soberano monarca, o padrão de família continuou o mesmo, mas as instituições já não mais seguiam à risca toda adominação.

Sobre a família, no Período da Monarquia absoluta nada se tem de novo (Venosa, 2013, p.31-32).

De qualquer forma, percebemos, que até o novo Código Civil ser julgado o modelo da família seguiam o dos patriarcais. Mas, com algumas mudanças, entre elas o direito da família, das coisas, das obrigações, direito das sucessões foram apresentadas, mesmo que ainda refletindo ideias burguesas. Outros pontos destacados foram as conquistas das mulheres, que aos poucos conseguiram se inserir no mercado de trabalho, e, pouco a pouco a instituição familiar foi se distanciando do modelo paternalista.

A instituição familiar, mesmo que avançando em seus modos de ser concebida, não deixou de considerar a estrutura monogâmica das relações. Santana (2015), apresenta que a Babilônia seguia o modelo monogâmico, porém por sofrer influência judaica, o homem teria a possibilidade de ter uma segunda esposa, caso a primeira não pudesse ter filhos ou fosse acometida por alguma doença grave. Voltando a Idade Média, o direito canônico era o que regia as famílias e o casamento só era considerado se realizado perante a Deus, isto é, apenas o religioso.

Ao nos remetermos a legislação civilista de 1916, podemos constatar que a família de modelo patriarcal e hierarquizada, composta através do matrimônio, era aquela à qual realizava várias funções, dentre estas a econômica, uma vez que eram responsáveis pelo seu meio de sobrevivência, e sua formação eram compostas por tias, tios, avós, primos e parentes afins residindo todos no mesmo local bem como trabalhando juntos em prol da mesma produção econômica e sua subsistência (Santana, 2015, p. 4).

Observa-se que nesse período o esforço de todos era para garantir suas respectivas sobrevivências, além do que, na família só eram considerados participantes aqueles originados do casamento.

Mais à frente, apresenta-se a Constituição Federal de 1934, sobre qual o Estado passou a mediar as relações familiares, trazendo a proteção familiar, e também o decreto da indissolubilidade. Entre as Constituições de 1934 a 1969 não houveram mudanças significativas

Em relação a instituição familiar, o Estado continuou a regulamentá-la e oferecer amparo (Santana, 2015).

Na Constituição Federal de 1988, o casamento passou a não mais ser o requisito para se ter proteção do Estado. No artigo 226 §6º a indissolubilidade passou a ser permitida através do divórcio, também, na emenda constitucional nº 09 em 1977 em seu art. 175 § 1º vigorou-se que o casamento para ser dissolvido precisaria estar de acordo com os casos relatado sem lei, além de se ter uma separação prévia por mais de três anos.

A priorização da família foi dada a partir dessa Constituição de 1988, quando essa se tornou base da sociedade e adquiriu novos valores, dos quais foram gerados a partir da valorização da pessoa humana. Acrescentou-se o tratamento prioritário às crianças e aos adolescentes com fundamento na dignidade da pessoa humana e direito à igualdade. Por isso, a partir do século XX, pode ser notado entre a sociedade as mudanças sobre as instituições familiares, das quais o casamento não é mais exigência para sua composição, como exemplo, tem-se a união estável que passou a ser reconhecida como modelo familiar.

A união estável é um modelo familiar não matrimonial, de acordo com Diniz (2014, p. 407) consiste em:

[...] união estável de pessoas livres de sexos diferentes, que não estão ligadas entre si por casamento civil. A constituição Federal (art. 226, § 3º), ao conservar a família, fundada no casamento, reconhece como entidade familiar a união estável, a convivência pública, contínua e duradoura de um homem com uma mulher, vivendo ou não sob o mesmo teto, sem vínculo matrimonial, estabelecida com o objetivo de constituir família, desde que tenha condições de ser convertida em casamento, por não haver impedimento legal para a sua convolação [...].

Após a união estável ser legitimada, outras transformações sobre a constituição da família foi tomando espaço. Antes, dentro de uma família, só era considerado os filhos concebidos na relação, outros, de relações extraconjugais não poderiam ser reconhecidos, eram discriminados.

A filiação estava condicionada ao estado civil dos pais, só merecendo reconhecimento a prole nascida dentro do casamento. Os filhos havidos de relações extramatrimoniais eram alvos de enorme gama de denominações de conteúdo pejorativo e discriminatório. Assim, os filhos ilegítimos, naturais, espúrios, bastardos nenhum direito possuía, sendo condenados a

invisibilidade. Não podiam sequer pleitear reconhecimento enquanto o genitor fosse casado (Dias, 2009, p.46)

Como tempo e a aceitação dos novos arranjos familiares, o judiciário passou aceitar uma gama de outras condições em favor da união estável, que antes era considerada como adultério, o que no Código Civil de 1916 era denominado de concubinato, que, teve origem na Roma antiga, quando a possibilidade do fim do casamento só poderia acontecer caso o *affectio maritalis* não existe mais entre o casal, ou os mesmos não sustentam mais uma vida social. O *affectio maritalis* constituía uma parte essencial do casamento, pois se tratava da convivência afetiva, por sua vez, as relações que fugiam a esse padrão eram consideradas relações concubinárias. Na Grécia Antiga, o concubinato teve origem na exaltação dos cultos a Vênus e Adônis, com o propósito de enaltecer o sexo e em Roma, foi reconhecido por lei, já que as relações podiam ser poligâmicas, visto que o Alcorão permitia (Toni,2007).

A conquista pela aceitação da divisão dos bens entre companheiros da união estável, que fossem divididos igualmente, desde que fossem adquiridos juntos fez parte desse novo Código. Além do mais, a união estável, como no casamento, precisou se enquadrar em requisitos para ser válido.

A lei não exige tempo mínimo nem convivência sob o mesmo teto, mas não dispensa outros requisitos para a identificação da união estável como entidade ou núcleo familiar, quais sejam: convivência duradoura e pública, ou seja, com notoriedade e continuidade, apoio mútuo, ou assistência mútua, intuito de constituir família, com os deveres de guarda, sustento e educação dos filhos comuns, se houver, bem como os deveres de lealdade e respeito (STJ, REsp 1.194.059/SP, Rel. Min. Massamu Uyeda, 3ª Turma, j. 06.11.2012, Dje 14.11.2012).

Logicamente, essas mudanças passaram também por um processo de aceitação social, da qual experimenta, de tempos em tempos, novos modos de subsistir.

Contribui Xavier (2016, p.45):

[...] a união estável contempla como requisitos subjetivos a convivência *more uxório* que envolve os interesses da comunhão de vida do casal, bem como a mútua assistência material, espiritual entre os cônjuges, ou seja, uma soma de componentes que alicerçam as relações afetivas ligadas à entidade familiar. A mútua convivência também se trata de requisito deste tipo de formato familiar,

porém caso não haja por motivo justificável, mas exista entre o casal a *affectio societatis* que é a efetiva convivência representada por encontros frequentes, mútua assistência e vida social comum, não há como negar a existência dessa relação.

Portanto, a união estável é ocasionada pelo desejo de se constituir uma família, com isso, de estabelecer convivência mútua, duradoura, afetiva, preservação da intensidade do relacionamento, respeito e afeição.

Ante posto, vimos que foi a partir da Carta Magna 1988 que o princípio da afetividade foi estabelecido como requisito para novos arranjos familiares. O Projeto de Lei 2285/2007, teve como finalidade criar o Estatuto das Famílias, partindo da ideia de que o conceito de família tomou novos contornos, originados no aspecto comportamental dos indivíduos. Na Constituição Federal, no parágrafo 2, art. 226 está disposto que "o direito à família é direito fundamental de todos", no art. 5 tem-se os princípios para a sua interpretação: a dignidade da pessoa humana; a solidariedade; a responsabilidade; a afetividade; a convivência familiar; a igualdade das entidades familiares; a igualdade parental e o melhor interesse da criança e do adolescente; o direito à busca da felicidade e ao bem-estar.

No mesmo documento, se encontra disposto que as várias manifestações dos arranjos familiares espontâneos originadas pelo afeto devem ser consideradas, pois ao restringi-los pode gerar casais infelizes, além disso, tornar os filhos as principais vítimas de tal relação. Portanto, que a partir de um determinado momento da história, os filhos passam a ter tratamento prioritário frente às famílias, coisa que outrora não acontecia.

Gomes (2015, p.3) relata que na Idade Média a criança era considerada como miniatura de adultos:

[...] denominou este período de “a‘Criança-Adulto’ ou ‘Infância Negada’, período em que a criança era ignorada e vivia à margem da sociedade, ou seja, não tinham lugar nem vez e muitas foram às atrocidades cometidas contra a infância neste período. Seu universo era restrito ao mundo adulto e lhes era negado o direito de ser criança, sendo muitas vezes utilizadas como forma de diversão, como se fossem bichinhos de estimação, fato esse denominado por Ariès de ‘paparicação’.

Nesse período, o não sentimento de infância se perpetuava entre a sociedade. Não eram compreendidos os cuidados particulares que as crianças deveriam ter. As pessoas nem mesmo sabiam o que fazer com elas; não possuíam uma identidade, já que eram comparadas a um adulto, por outro lado, por não dominarem seus instintos naturais eram controlados e vigiados (Gomes, 2015,p.4).

Gomes (2015) relata que entre os séculos XVI e XVII, como advento da Revolução Industrial, a postura das famílias foram se modificando e a criança passou a ter atenção maior dos adultos. No mesmo cenário, surgiu a concepção das famílias modernas, que introduziu na vida dos seus filhos a educação de modo prioritário. Destaca-se que essas mudanças foram consequência da importância maior que se deu aos sentimentos afetivos, decorrente de outros cuidados, portanto, entendendo que a criança era continuidade da família. Em reforço, Kramer (1987, p.18), ressalta que “[...] não é a família que é nova, mas, sim, o sentimento de família que surge nos séculos XVI e XVII, inseparável do sentimento de infância”.

Dentro do contexto pedagógico, (Schimidt, 1997, p.34) explana que:

[...] as crianças devem ser tratadas como crianças e devem receber ternura além de serem autorizadas a brincar. Ao mesmo tempo em que se deve permitir que vivam em liberdade, a complacência dos pais não pode ser boa para as crianças. Elas devem ser tratadas com severidade, mas sem serem castigadas fisicamente e sem serem rigidamente disciplinadas, porque o excesso de disciplina produz espíritos servis e humilhados, abatidos e enervados, sem vigor.

Em síntese, a criança passou a desfrutar da afetividade dos pais, e ao mesmo tempo, continuou sendo regulamentada pela instituição escolar. Assim, os pais poderiam preservá-las de se corromper do meio em que viviam, conseqüente, mantendo a inocência; fortalecendo seu caráter e razão (Kramer, 1987).

Nos dias hodiernos, entende-se a criança como um “sujeito de socialização, de conhecimento e de criatividade”, portanto, as ações sejam da família, sejam da escola devem partir desse pressuposto (Fraboni, 1998, p.68). Esse conceito acarretou em um novo compromisso do Estado perante a sociedade, se tratando das crianças, para tanto, organizou a legislação de modo a avançar os direitos delas.

Tem-se no Brasil, a Constituição de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394 de 1996, Plano Nacional da Educação (2011-2020), de mais a mais, as diretrizes curriculares que compreende em seu escopo, especificidades das crianças. Portanto, independente do arranjo familiar das quais respectivas crianças façam parte, é preciso assegurar-las os direitos e cuidados estabelecidos dispostos nas leis.

1. CONCEITO DE FAMÍLIA

Pudemos constatar no capítulo anterior, que vários são os modelos de família aceitos socialmente. Também vimos que nem sempre a afetividade era prezada pela sociedade, conseqüentemente nos ordenamentos jurídicos. Mas essa realidade foi se modificando à medida que foram ocorrendo as transformações no seio social. Nesse item faremos uma revisão do conceito de família, propriamente dito.

As configurações familiares são muitas e é frente a essa diversidade que observamos o quanto o conceito de família se transformou, principalmente porque não há mais como se referir a esse conceito no sentido único, mas plural. Até porque, um novo olhar no meio social perante os diferentes modos, com respeito devem se fazer presente. Por isso, temos, nos pressupostos de Esteves de Vasconcellos (2006) e Wagner (2011) as alterações ocorridas no formato familiar, que por sua vez estão relacionadas, de modo direto as evoluções dos contextos sociais e também ao contrário.

Por um período, na antiguidade, tínhamos a identificação da família ligada a consanguinidade. Com o avanço da tecnologia, das várias implicações sociopolíticas, além de outros fatores, percebemos que a definição de família passou a se tornar mais complexa, pois essa gama de informações nos faz pensar que já não é tão simples identificá-las.

De acordo com Wagner (2011), historicamente, outros aspectos passaram a dar lugar aos novos arranjos familiares, como a coabitação, a afinidade, o parentesco, e outras características que não mais o laço sanguíneo. Os fatores biológicos e legais continuam a integrar seu reconhecimento, todavia, aspectos subjetivos se tornaram essenciais na integração do convívio dos indivíduos.

Nichols & Schawartz (2007, p. 9) como citados por Prá (2013) conceitua família como:

[...] um sistema que opera através de padrões transacionais, isto é, padrões de funcionamento que são constantemente ativados quando algum membro do sistema está em interação com o outro. A partir dessas interações são estabelecidos padrões, determinados papéis e é instaurada a previsibilidade.

Desse modo, faz-se necessário desconstruir a ideia de família legitimada pelo poder, uma vez que ao se deparar com sua vasta pluralidade, compreendemos que existem, atualmente,

famílias monoparentais, as reconstituídas, as homoafetivas, entre outras. Assim, sua estrutura tornou-se não mais padronizada.

Segundo Gomes (2015, p. 15):

O surgimento da palavra família se deu na Roma Antiga, conhecida em latim como “famulus”, que significava “o conjunto de empregados de um senhor”, isso era atribuído pelo fato de que a exploração dos escravos já era legalizada, ou seja, o termo família não pertencia somente ao casal e conseqüentemente a seus filhos, mas sim aos vários escravos que laboravam para a subsistência de seus parentes que se sentiam sob autoridade sobre eles.(sf.)

Nos pressupostos de Engels (2006), nem sempre família foi sinônimo de um conjunto, pai, mãe e filho, pelo contrário, em Roma a expressão “família”, ou melhor, “famulus” se aplicava aos escravos domésticos, portanto, o conjunto de escravos que formavam a família do seu senhor.

Na Roma Antiga, o pater família, exercia autoridade sobre seus filhos, mulheres e escravos. O chefe da família detinha o poder de vida e morte dos demais membros, e a mulher, deixava seu passado e vivia para a religião e antepassados do marido. Assim, a família era ligada pelos cultos religiosos, aos deuses e aos antepassados, não era levado em conta a procriação, nem mesmo os laços afetivos (Gomes, 2015).

Por outro lado, Reis (2010) apresenta que a família, de acordo com o dicionário Aurélio (2000): “conjunto de parentes por consangüinidade ou por afinidade; descendência, linhagem, estirpe; conjunto de pessoas da mesma seita, fé, sistema, profissão, etc.”(sf). Nesses pressupostos, o amor já é levado em consideração, além disso a situação financeira e luta pela sobrevivência se enquadram.

Na visão jurídica, família, segundo Pereira (2004, p. 18) é considerada:

Em sentido genérico e biológico[...] o conjunto de pessoas que descendem de tronco ancestral comum. Ainda neste plano geral, acrescenta-se o cônjuge, aditam-se os filhos do cônjuge (enteados), os cônjuges dos filhos (genros e noras), os cônjuges dos irmãos e irmãos do cônjuge (cunhados).

Vale ressaltar que o conceito de família obedeceu a valores, culturais, éticos, morais e das religiões dominantes de determinadas épocas. Esses modos familiares, apresentam uma

concepção atualizada do que hoje compõe uma família, indo muito além da família paternalista apresentada anteriormente.

Nova estrutura jurídica se constrói em torno do conceito da família socioafetiva, à qual alguns autores identificam, sobretudo, os laços afetivos, solidariedade entre os membros que a compõem, família em que os pais assumem integralmente a educação e a proteção de uma criança, que independe de algum vínculo jurídico ou biológico entre eles (Nogueira e Nogueira, 2017, p. 51)

Se antes o pater família era que detinha o poder sobre todos os outros membros, hoje temos a afetividade que as une. É possível constatar atualmente outras composições familiares originadas da união estável, isto é, não matrimonial, não paternalista.

Moraes (2010, p. 214) apresenta a família, dentro do contexto do século XXI, como família democrática, isto é:

[...] a família em que a dignidade de seus membros, das pessoas que a compõem, é respeitada, incentivada e tutelada. Do mesmo modo, a família, dignificada, isto é, abrangida e conformada pelo conceito de dignidade humana, é, necessariamente, uma família democratizada.

Esse conceito perpassa pelo novo, advindo do plural e aberto, disposto a partir dos direitos conquistados pela dignidade da pessoa humana. Pautada no entendimento de Ríos-González (1994; 2003; 2009), Prá (2013) considerar a família como um sistema dinâmico, é possível reconsiderá-la dentro de sua estrutura interna. Esse sistema pelo qual transita a família permite que os indivíduos nela envolvida dialoguem e busquem regras de forma subentendidas e regras esclarecidas, das quais transpassam suas respectivas relações, em diferentes níveis, sendo que, essa organização se dá por subsistemas que configuram o tipo de relação e vínculo entre os membros. O subsistema é um reagrupamento do sistema geral, dessa forma, a comunicação entre eles é reorganizada, e, demanda funções específicas a fim de acompanhar as mudanças de contexto e evoluções referentes às famílias ao longo do tempo.

Alguns acontecimentos, como a inserção da mulher no mercado de trabalho, os divórcios, famílias refeitas, foram sendo frequentes no cenário brasileiro, e os filhos no meio das novas realidades foram experimentando novas formas de (con)vivência.

Nos dias atuais Wagner (2002) como citado em Prá, (2013, p. 14), diz:

Assim como a família, o casamento contemporâneo, muito influenciado pelos valores do individualismo, leva os cônjuges a se confrontarem, o tempo todo, com forças paradoxais, ou seja, por um lado, os ideais de economia e crescimento de cada um e, por outro, a necessidade de vivenciar a realidade comum do casal, os desejos e projetos compartilhados. A vivência deste paradoxo cria tensões internas e conflitos que, quando não resolvidos, muitas vezes levam a separação conjugal. Desde modo, os indivíduos têm se divorciado, não por considerarem o casamento menos importante, mas, justamente, porque sua importância é tão grande que eles não aceitam que a vida conjugal não corresponda a suas expectativas.

No século XXI, busca-se “a comunhão plena de vida com direitos iguais para os cônjuges” (Prá, 2013, p. 17). A consequência dessa afirmativa tem sido o aumento das separações, além do mais, a diversidade da composição familiar, que demanda um novo posicionamento nas regras do funcionamento familiar em função das necessidades básicas dos filhos gerados nessas relações conflituosos.

Um modelo derivado desse processo é o da família mosaico descrita por Diniz Alves (2008) como citado por Prá (2013) “são parentes entre si, mas todos têm um grau de parentesco com a prole resultante da união do casal reconstituído” (p.17). Essa é apenas mais um dos arranjos familiares contemporâneos dentre todos os outros possíveis.

De acordo com Dias (2007, pp. 38-40):

A Constituição Federal, rastreando os fatos da vida, viu a necessidade de reconhecer a existência de outras entidades familiares, além das constituídas pelo casamento. Assim, enlaçou no conceito de família e emprestou especial proteção à união estável (CF 226 §3º) e à comunidade formada por qualquer dos pais com seus descendentes (CF 226 §4º), que começou a ser chamada de família monoparental. No entanto, os tipos de entidades familiares explicitados são meramente exemplificativos, sem embargo de serem os mais comuns, por isso mesmo merecendo referência expressa: “Dita flexibilização conceitual vem permitindo que os relacionamentos, antes clandestinos e marginalizados,

adquiram visibilidade, o que acaba conduzindo a sociedade à aceitação de todas as formas que as pessoas encontram para buscar a felicidade”.

Os diversos modos de instituições familiares constituição Federal já encontram, atualmente, seguridade perante a lei, com exceção de alguns que ainda não foram aceitos pela própria sociedade, como a união poliafetiva que tem estado na luta pelo seu reconhecimento, visto que, para uma sociedade cujo caminhos seguiam a monogamia, a união poliafetiva admitiria a poligamia, que por sua vez, no Brasil, é crime (Oliveira, 2003). Ademais, acrescenta sobre a legislação brasileira (Oliveira, 2003, p. 139):

O texto legal, expressamente restringe o reconhecimento da entidade familiar à união de um homem e uma mulher, com emprego de artigo definido singular que gramaticalmente veda a acumulação simultânea de uniões familiares. Poderá não ter sido proposital essa especificação do artigo, e até seria dispensável, mas sem dúvida, reforça a interpretação de que a lei somente protege as uniões sinceras e leais, próprias do sistema monogâmico. E assim há de ser, com efeito, ante a ilicitude da bigamia, para a hipótese dos casados.

Salvo esse caso, outros modelos contemporâneos de família passaram a ser aceitos, com base na afetividade. A união homoafetiva, por exemplo, tem sido aceita, apesar de alguns legisladores contraporem em suas respectivas opiniões, Dias (2007), é um dos autores que entendem a união homoafetiva como entidade familiar. Há também uma proposta no Congresso Nacional para validar as uniões homoafetivas no Brasil (Constituição Federal, Emenda 66, de 2003 e a Emenda 70, de 2003/ Projeto de lei 1.151, de 1995 com respectivo substitutivo), e outras destinadas a proteção dos homossexuais e seus direitos.

A vista de todos esses fatos e mudanças que envolvem o conceito de família, especialmente porque a sociedade em si tem se aberto a novos modos familiares, têm surgido outros conceitos que não aqueles que restringe a família aos vínculos sanguíneos. Tem-se a família anaparental, fundada no afeto familiar e constituída sem pais legítimos.

Sobre a família anaparental, conceitua Almeida (2007):

É aquela constituída basicamente pela convivência entre parentes dentro de uma mesma estrutura organizacional e psicológica, visando a objetivos comuns, que

residem no mesmo lar, pela afetividade que os une ou por necessidades financeiras ou mesmo emocionais, com o medo de viver sozinho (sf).

Desse modo, a convivência entre irmãos em tempo prolongado é considerada uma nova instituição familiar, cujo bens, na falta de uma delas, deveriam ser destinados a outra, subentendendo que as mesmas compartilharam na construção do mesmo (Dias, 2009). Andrade (2008) apresenta, também, o conceito da família eudemonista. Compreende que:

Eudemonista é considerada a família decorrente da convivência entre pessoas por laços afetivos e solidariedade mútua, como é o caso de amigos que vivem juntos no mesmo lar, rateando despesas, compartilhando alegrias e tristezas, como se irmãos fossem, razão para quais os juristas entendem por bem considerá-los como formadores de mais de um núcleo familiar (sf.).

A instituição familiar eudemonista, como vimos, tem a finalidade de garantir que os sujeitos envolvidos sejam felizes. Mesmo com a falta de seguridade de alguns modelos familiares contemporâneos, vê-se claramente que o judiciário, bem como a sociedade tem aos poucos, admitido que não há mais como encobrir os fatos de que os novos modos de família estão postos, e precisam, assim, como as demais, obterem direito de segurança, dignidade, respeito. Até porque, muitas dessas famílias são constituídas por crianças que precisam ser amparadas, educadas e ser tratadas com dignidade, já que esse é um dos papéis familiares.

Instituto Brasileiro de Direito da Família O IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito da Família), foi criado em 25 de outubro de 1997 durante o I Congresso Brasileiro de Direito da Família que aconteceu em Belo Horizonte. O instituto conta com 8 mil associados, dentre eles estão assistentes sociais, desembargadores, juízes, psicólogos, desembargadores, psicanalistas, estudantes, defensores públicos, procuradores da justiça, advogados e operadores do direito do exterior e do país (Santana, 2015, p.19).

A associação não tem como propósito obter fins lucrativos, é constituída de uma entidade científica da qual foi admitida como uma utilidade pública federal pelo Ministério da Justiça. Além do mais, seu foco são as famílias, de modo que suas publicações e conhecimento produzidos esclarecem sobre seus direitos e auxiliem como agir a favor delas em relação à justiça, suas especificidades e exigências sociais diversas.

De forma ativa, o instituto envolve-se com os debates que direcionam a coletividade da pátria no campo do Direito de Família. Suas ações alcançam o Legislativo, Executivo, Judiciário e a imprensa (Santana, 2015).

Santana (2015, p. 17), ainda destaca seus principais valores, a saber:

Promover em caráter interdisciplinar estudos, pesquisas, discussões e campanhas sobre as relações de família e sucessões. - Disseminar conhecimentos sobre o Direito de Família a todos os seus membros e à sociedade em geral. - Manter intercâmbio com associações congêneres em níveis nacional e internacional. - Atuar como força representativa nos cenários nacional e internacional, e como instrumento de intervenção político-científica no intento de promover um Judiciário mais adequado às demandas da contemporaneidade.

A sede do instituto está localizada em Minas Gerais, Belo Horizonte, mas em todos os estados brasileiros são dispostos uma filial, seguem-se por todas as exigências da coletividade pátria do campo de Direito de Família e assim utilizando-as para colaboração nas pesquisas, substituições nas legislações. Ademais, Santana (2015, p. 17) esclarece que:

[...] a entidade vem sendo admitida como um *amicus curiae* em importantes assuntos do Direito de Família no STF–Supremo Tribunal Federal. Em meio as colaborações do instituto na Corte Suprema, é possível ressaltar: a União Estável Homoafetiva ADI 4277/ADPF 132 (2011), Lei Maria da Penha ADC19 (2012) e alteração do nome de transexuais ADI4275 (com data de julgamento a ser definida).

Maria Berenice Dias foi a precursora da apreciação da entidade em questão no direito da União Estável Homoafetiva, além disso as demais instituições obtêm da mesma valia. Desta feita, sem discriminação, busca colaborar e reconhecer com os diversos modos de entidades familiares.

1.1. Diferentes Tipos de Relacionamentos

Obtivemos, durante os outros itens, melhor clareza sobre acontecimentos concernentes ao processo de evolução do conceito familiar. Dentro desse panorama, podemos avistar que a qualidade desses relacionamentos, conseqüentemente, sofre alterações, muitas vezes, de modo positivo, mas também negativo, principalmente quando se direciona às crianças, filhos, envolvidos nessa discussão. Há diversas realidades que podem ser constatadas, como famílias com sentimento de realização, famílias cujo ospais são separados, família de segundo casamento, filhos que buscam auxílio ou moram com outras pessoas que não seus pais, entre outros.

Esses muitos acontecimentos foram surgindo na medida em que as conquistas dos indivíduos que antes não tinham voz perante a sociedade, passaram a desfrutar de uma maior liberdade. Sem juízos de valores, constatamos essa afirmativa em algumas pesquisas que tratam pontualmente sobre as famílias e alguns desdobramentos que os acompanharam ao modo que a sociedade foi mudando a maneira de enxergar as coisas.

Sobre isso, relatar os acontecimentos da década de 1960 torna-se essencial, pois, segundo Sarti (2008) traz pontuais referências sobre a história da família, a saber, a chegada da pílula anticoncepcional feminina que contribuiu para desanexar a reprodução e a vida sexual ativa de um casal. Com isso, a presença das mulheres no mercado de trabalho e seus níveis escolares tornaram-se existentes.

Em determinado momento, foram confundidas a história das mulheres com suas respectivas vidas familiares, visto que essas passaram a ser indispensáveis para a sustentação da vida e de cuidados, sempre dos outros. Por consequência, tinham suas identidades perdidas, pois a linha entre sua vida e a do seu cônjuge era tênue (Féres- Carneiro, 2005).

Logicamente, quando foram percebidas mudanças no posicionamento das mulheres frente às suas atividades rotineiras, isto é, domésticas, em paralelo a sua escolha de trabalhar, seu papel de esposa e mãe, os homens solicitaram um retrocesso por parte dessas. Foi então que começaram a surgir com maior frequência o divórcio entre os casais, nos finais da década de 1970, já que perante a lei, nesse tempo era permitido. Com efeito, algumas famílias eram refeitas

e amparadas pela Constituição de 1988 como uniões estáveis (Moreira, Bredan e Carellos, 2011).

Alguns dados do IBGE de 2003, 2005 e 2006 revelam algumas características psico socio relacional referentes às famílias brasileiras. Tem-se sobre os divórcios e/ou separações, fatores que mais contribuem para a chegada de novos modos de conjunções familiares, também na diminuição escolha por casamentos oficiais (Wagner & Levandowski, 2008).

Por Prá (2013, p. 12):

Em 2002, foi 4% à quantidade de casamentos do ano de 1991 e em 2005, 0,5% inferior ao patamar de casamentos realizados em 1995. Em contrapartida, o número de uniões consensuais, “sem papel passado”, quase dobrou naquela década (1991-2002) (Dados do IBGE, 2003, 2005 e 2006).

Em 1980, o Brasil entra em processo de democratização, pois havia acabado de se libertar das amarras da ditadura militar, por isso, logo os cidadãos foram em busca de seus direitos, civis e sociais. A família, por sua vez, experimentou dois grandes marcos. Respectivamente, a mudança na Constituição Federal 1988, da qual dissociou a figura paterna como chefe da família, alterando e trazendo consequências nos laços conjugais e sociais, pois, em sucessão, homens e mulheres passam a ter os mesmos direitos, ademais, na mesma Constituição os filhos “legítimos”, gerados no casamento e “ilegítimos” não experimentava mais de desigualdades, agora todos são reconhecidos. Essa conquista, deu-se graças ao ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, na década de 1990, quando declararam que as crianças e dos adolescentes deveriam ter seus direitos protecionais resguardados, visto que são alvos prioritários, principalmente quanto a sua convivência familiar e comunitária (Bedran, Moreira & Carellos, 2001).

O refazimento das famílias tornou-se, portanto, mais comum após esses marcos históricos, por isso, em consequência os questionamentos e novas estratégias têm surgido frente às relações de pais e filhos.

De acordo aos esclarecimentos do ECA (1990) apresentados por Prá (2013, p. 13):

O ECA afirma que um dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes é o da convivência familiar e também o da identificação dos pais, ou seja, mesmo que uma criança ou um adolescente não coabite com o seu pai biológico, ela tem

o direito de saber quem é o seu pai, além disso, o pai tem obrigações legais para com o filho.

Essa alteração no cenário de paternidade ocorreu graças ao exame de DNA, que na década de 1990 difundiu-se permitindo que pais fossem (re)conhecidos. Significativamente, trouxe mudanças nas relações familiares, além do que tornou possível serem desconstruídas dúvidas da paternidade e trouxe a segurança da certeza. Assim, como nem sempre os maridos das mulheres permaneciam no casamento, encontrou-se o que hoje denomina-se família monoparental, a mulher e seus filhos (Moreira, Bredan e Carellos 2001). Outra realidade é a família cujo marido que nem sempre são pais legítimos das crianças, assim como temos numa família, pais que são casados com mulheres que não são mães dos seus filhos.

Ao longo dos séculos as condições que tornaram possível as mudanças na instituição familiar são de ordem demográfica, legal e econômica, acarretando na desfragmentação do modelo familiar enraizado, cujo a composição é pelo pai, mãe e o filho. Atualmente, a família dispõe de vários modelos que (re)configuram o cenário brasileiro e também suas relações.

Albernaz e Marques (2013), sugere que as relações humanas deveriam pautar-se na espontaneidade e na criatividade peculiar e numa comunidade em que o amor fosse seu principal propósito.

Hycner (1995, pp. 60-61) explana:

Diferentemente dos animais, que parecem não questionar sua natureza animal, o ser humano precisa ser confirmado pelos outros, para se perceber como ser humano. ‘... Secreta e timidamente, ele espera por um Sim que lhe permita ser e que só pode chegar até ele vindo de uma pessoa para outra.[...] Devido a essa necessidade desesperada de confirmação acabamos nos tornando ‘falsos eus’ (Laing, 1965) ou, o que Buber chama de ‘parecer’. Estamos tão sedentos de confirmação que, se não a recebemos por sermos quem somos, nos esforçaremos para obter qualquer coisa semelhante. Isto é, tentaremos consegui-la nos ‘mostrando’ da maneira que pensamos que a outra pessoa deseja. Criaremos uma impressão – nos empenhando em alguma forma de ‘parecer’, a fim de receber aprovação. Não somos nós mesmos. A ironia, é claro, está em que isto nunca é uma confirmação genuína e a pessoa, no fundo, sabe disso. Porém, esse

reconhecimento de nosso existir, mesmo como um ‘falso self’, é preferível à ausência de reconhecimento (May, 1969). Todos os seres humanos desenvolvem o ‘parecer’ em alguma medida, a fim de sobreviver psicologicamente. Ainda assim, bem no íntimo da pessoa, a alma clama pelo reconhecimento de que esta pessoa única existe.

Nesse sentido, percebemos que de longe a relação humana como estática, pelo contrário, se encontra em constante dinâmica. A sua evolução se dá de acordo com os encontros que fazem com que ambas as influências atravessem o Eu e o Outro tornando possível a remodelação de cada um (Follet, 1997).

Nas relações humanas a essência daquelas que procuram ser denominadas como verdadeiramente autênticas e significativas aos sujeitos envolvidos consiste na liberdade que permite a um e a outro ser o que são, respeitando e aceitando o outro nas diferenças que sua singularidade lhe impõe, no caráter espontâneo e construtivo da relação e nas soluções aos conflitos que surjam na interação; elas tendem a ser relações que não sofram a interferência inibitória de valores que não lhe pertençam ou que nada signifiquem para os sujeitos envolvidos, pois essa imunização realça o amadurecimento individual e social (Albernaz & Marques, 2013). As relações tendem a ser e sofrer conflitos e interferências, mas o caráter espontâneo dessas é que constitui as diferenças pertinentes ao crescimento dos indivíduos, amadurecimento pessoal e perante a sociedade.

Em meados de 1990, emerge entre a sociedade discussões, reflexões e desconstruções de pensamentos sobre a instituição familiar, passando pelo âmbito jurídico, filosófico, moral e despertando em alguns autores, uma nova definição e /ou entendimento sobre os núcleos familiares.

Os relacionamentos contemporâneos têm sofrido transformações, das quais pudemos constatar em Prá (2013), esses são baseados no geral, no individualismo, portanto acarretando no confronto entre os cônjuges.

Bergere Kellner (1970) retrata que o casamento é uma maneira de as pessoas se sentirem numa interação onde ambos se reconstruem, a realidade, nesse sentido, é construída no presente, todavia faz-se possível ainda reconstruir a do passado, que toma nova forma ao passo que integra as os passados individuais de cada indivíduo.

À vista disso, Féres-Carneiro (2005), esclarece que o casamento atual tem sido influenciado pelo individualismo, a autonomia e satisfação pessoais ficam acima dos laços de dependência entre ambos, mas o ideal era que se fosse formado um ambiente comum de interação, assim, formando uma identidade conjugal. Longe disso, o casamento contemporâneo tornou-se lugar de confronto, ao passo que enaltecem seus desenvolvimentos de forma pessoal, a realidade do casal, desejos e projetos tornam-se exíguo.

Ainda, Féres-Carneiro (2005, p. 11) considera:

A família recasada tem características próprias, e é importante não visualizarmos como a família nuclear recriada. Na família recasada os limites dos subsistemas familiares são mais permeáveis, a autoridade paterna e materna é dividida com outros membros da família, assim como os encargos financeiros. Há uma complexidade maior na constituição familiar: às vezes oito avós, irmãos, meio-irmãos, filhos da mulher do pai, filhos do marido da mãe. É preciso muita flexibilidade e originalidade para lidar com tudo isso. E é importante não interpretar a complexidade das relações que se estabelecem nestas famílias como disfuncionalidade.

No meio de toda essa reconfiguração familiar, muitas vezes permeadas pelos confrontos diários, ao apresentar o recasamento, Féres-Carneiro não descarta a possibilidade de, apesar do nível de complexidade maior, a família refeita ter caráter funcional, isto é, longe de confrontos. Apesar disso, destaca que é preciso se ter flexibilidade para lidar com as possíveis situações.

No ocidente, era a mulher que buscava manter uma relação harmoniosa com seu cônjuge, visto que era considerado que esses, por natureza tinham uma postura mais rude e instável nas relações. O amor romântico, então, era compartilhado por elas, como consequência, traziam os homens a realidade do casamento, nas relações pessoais e em relação a elas próprias. Diante disso, os homens passaram a ligar a paixão às mulheres, de modo que eles as respeitavam até o momento do casamento, portanto, o amor romântico tomou distância da intimidade, mas em modos conflituosos com os jogos da sedução. Por outro lado, o ideal do amor romântico nos dias hodiernos passou a se fracionar, já que as mulheres buscam cada vez mais sua emancipação e autonomia (Giddens, 1992).

Sobre a atualidade, Guedes (2005), nos pressupostos de Bauman (2004, p. 353) diz:

A intenção de estar junto e ao mesmo tempo não estabelecer relações duradouras é uma das principais razões da ambivalência característica dos relacionamentos atuais. Tal ambivalência resulta principalmente da instabilidade que impera na modernidade líquida, época de incertezas e inseguranças provenientes do risco que poderá trazer um novo relacionamento diante do qual previsões e mecanismos de controle não se aplicam. Bauman, ao dissecar os líquidos relacionamentos modernos, mostra como a interação entre homens e mulheres reflete uma ordem social pautada por riscos socialmente produzidos.

Um relacionamento não é possível de se prever, até porque não se restringe aos casos de amor, para Bauman (2004), todavia, a previsibilidade segue a possibilidade de controle das relações que se constituem nas sociedades hodiernas, formando um ponto de partida da passagem da modernidade a modernidade líquida.

Os tempos modernos encontramos sólidos pré-modernos em estado avançado de desintegração; e um dos motivos mais fortes por trás da urgência em derretê-los era o desejo, por uma vez, de descobrir ou inventar sólidos de solidez duradoura, solidez em que se pudesse confiar e que tornaria o mundo previsível e, portanto, administrável (Bauman, 2001, p.10).

A insegurança passou a denotar os relacionamentos, tornando o desejo passível de não concretização, restando apenas a superficialidade, a ansiedade nos relacionamentos, sem contar no tempo período que esses conseguem sobreviver. A relação de alteridade tornou-se defensiva frente a essas pontuações. Diante disso, apresenta Guedes (2005), a fixação e a flutuação, que dizem sobre a volatilidade do amor, “amor líquido” descrito por Bauman.

Nesse sentido, a busca passa a ser por um investindo na preservação e cuidado desse que exige renúncia, além de uma responsabilidade rotineira do eu que ama para com o “objeto amado” (Bauman, 2014, p.24). Esse modo de condução pode implicar, ainda que com boas intenções, um aprisionamento que por consequência, fim da relação, por isso é preciso basear-se no princípio da tolerância a fim de que as diferenças não seja motivo para o fim dos relacionamentos.

Desse modo, o risco tornou-se intrínseca à modernidade líquida da qual experimentamos. Um outro processo, denominado de liquefação por Bauman (2001), é

apresentado no período da modernidade, comporta por uma forma fluida e leve não é passível de ser comparada a ausência das relações de poder e a autossuficiência na vida social.

[...] nenhum molde foi quebrado sem que fosse substituído por outro; as pessoas foram libertadas de suas velhas gaiolas apenas para ser admoestadas e censuradas caso não conseguissem se realocar, através de seus próprios esforços dedicados, contínuos e verdadeiramente infundáveis, nos nichos pré-fabricados da nova ordem (Bauman, 2001, p.13).

Nos pressupostos de Ulrich Beck (1997) declara Guedes (2005, p. 356) sobre o modo social de risco:

Riscos produzidos socialmente e, por vezes, ironicamente depositados nas costas dos indivíduos que são obrigados a tolerá-los. Essa sociedade de risco exige que a sociologia pesquise as causas sociais responsáveis pelos desafios emergentes na sociedade líquida, favorecendo, assim, que os indivíduos ingressem no processo reflexivo de elaborar “política-vida”.

A política-vida é um termo que Giddens (2002) elaborou a fim de descrever “à política realização do eu, no contexto da dialética do local e do global e do surgimento dos sistemas internamente referidos da modernidade” (p. 222). Nesse paralelo de informações, vemos que os tempos atuais são marcados por conflitos e insegurança, primeiramente do eu seguido das relações interpessoais, que acabam sendo afetadas por essas problemáticas do mundo contemporâneo.

O amor, dentro desse contexto, “Amor líquido” apresentado por Bauman (2004) é o princípio de uma retomada de consciência sobre as relações modernas das quais tem sofrido influência do mundo que se encontra cada vez mais global e diverso. Essa fase contemporânea é fruto de um longo período de transformações, ocorridas pela industrialização, a expansão da economia, e a pressão pelo consumo de bens, o capitalismo e outros, que acarretaram numa virada global, donde muitas coisas mudaram de lugares, também a maneira como é encarada a família, os relacionamentos e os filhos.

1.2. Divórcio

A despeito das várias transformações que ocorreram no cenário familiar, Oliveira (2009), diferentes de muitos autores declaram que a família conjugal tem conservado traços que são característicos do modelo familiar antecedente. Principalmente no que diz respeito ao controle sexual feminino e a preservação de classes. Por isso, ressalta que ao estudar sobre os costumes que marcaram as épocas, nota-se que alguns conceitos foram modificados, porém não o comportamento em si.

Ressalta Oliveira (2009, p. 66):

Apesar de adentrarmos no século XXI, ainda podemos encontrar opressão feminina de maneiras diversificadas, ocultadas, especialmente dentro da instituição que busca sua modernização, preservando seu conservadorismo –a família. Preservar as relações de classe dentro do próprio lar significa também preservar a ordem e a relação de poder, que, por diversas maneiras, pode ser expressa, inclusive no silêncio do próprio olhar.

Os laços familiares dessa forma, entre os séculos XX e XXI são reconstruídos a todo momento, essa é uma consequência clara da individualidade. A conjugalidade, tornou-se sinônimo de estabilidade financeira, realização de um sonho ou, até mesmo, um sonho, a visão de anulação de ambos em favor de uma relação compartilhada não são mais realidades. Há mesmo dentre as relações a dificuldade de compatibilizar a individualidade, sem contar na reciprocidade que se tornou escassa, tornando ainda mais desafiador o cotidiano das relações.

Podemos observar que existe uma radical mudança na composição familiar, nas relações de parentesco e na representação de tais relações na família. Tal representação tem seu fundamento direto na transformação da configuração familiar e também nas relações sociais, ocasionando impacto profundo na construção da identidade de cada componente no interior da família. Essa construção da identidade irá rebater nas relações sociais ampliadas, não somente no seio familiar (Oliveira, 2009, p.67).

Assim, não só as composições familiares tomam nova estrutura, mas também o lugar de cada membro da família, bem como suas autoridades são construídos a partir de um novo

contexto, isto é, começam a surgir novas identidades, pessoais e familiares, das quais impossibilita sua identificação de forma única.

As uniões consensuais de parceiros separados ou divorciados, as uniões de pessoas do mesmo sexo, casais que criam filhos originados de outro casamento, filhos criados apenas pelas mães pais diferentes para cada filho, pais e filhos sozinhos, filhos que são criados, na verdade, por avós, são composições variadas da família contemporânea, se distanciando cada vez mais do modelo tradicional. Desse modo, pode-se concluir que a partir dessa diversidade surgem consequentes fatores nas relações de parentesco e nas representações nas famílias.

Para Oliveira (2009) os papéis que os indivíduos desempenham na família estão cada vez mais confusos, também difusos no que diz respeito às relações tradicionais que outrora tinha bem estabelecido o papel de cada membro familiar. Os membros das novas relações também são diferenciados, no sentido que se não há mais um modelo apenas tradicional, não há mais pessoas que acompanhem ainda somente a lógica tradicional.

Hoje, mudou-se a forma de pensar, passou-se a questionar mais, buscar novos modos de conhecimento. Por isso, “a mudança nesse padrão tem resultado em novos e surpreendentes quebra-cabeças familiares: filhos de pais que se separam, e voltam a se casar, vão colecionando uma notável rede de meios-irmãos, meias-irmãs, avós, tios e pais adotivos” (Granato e De Mari 1999, p. 269), modelo familiar corresponde ao modelo mosaico designado pelos profissionais da área da psicologia.

Apesar das novas composições, os modelos tradicionais, nesse processo de mudanças conceituais continuam operando de modo internalizado, e levam contradições para o próprio contexto familiar, portanto desencadeando análises sobre os prós e contras. Em vista disso, “a tendência atual é de que a convivência familiar se torne socializada e visualizada como um local onde existe a mudança, evoluindo por meio do diálogo (Oliveira, 2009, p.69).

Essas implicações sobre as novas configurações familiares têm desafiado os profissionais que trabalham nessa área, além da própria sociedade que tem tentado alcançar o entendimento a respeito dessas mudanças que acontecem com grande velocidade. No Brasil, após ter sido legalizado o divórcio, as implicações passaram a ser envoltas ao valor dado ao casamento, que antes tinha como principais pressupostos a indissolubilidade, além de ser

incontestável. Todavia, os indivíduos ao se depararem com a liberdade de se divorciarem, assim também assumir outros casamentos, desencadeou as muitas metamorfoses familiares.

As novas famílias originadas do recasamento, também são chamadas de família reestruturada, reconstituída, reorganizada, nova família, por Oliveira (2009, p. 70). Porém, quanto ao conceito, não se tem nada concreto visto a sua diversidade, mesmo assim, não há como negá-las, são cada vez mais frequentes entre a sociedade, que, por sua vez, entre os conflitos da realidade e das ideologias não nos deixa afirmar sobre suas respectivas aceitações.

¹A jurista Maria Berenice Dias (Souza & Dias, on-line, destaque do autor):

Inexistem na Língua Portuguesa vocábulos que identifiquem os integrantes da nova família. Que nome tem a namorada do pai? O filho mais velho do primeiro casamento é o quê do filho da segunda união? “Madrasta”, “meio-irmão”, são palavras que vêm encharcadas de significados pejorativos, não servindo para identificar os figurantes desses relacionamentos que vão surgindo (sf).

Além disso, a sociedade em si precisa refletir sobre como os indivíduos que encaram tais situações se sentem. São questões complexas, vão além de reconstruir uma família, essa escolha pode acarretar na percepção subjetiva dos participantes, que no seu dia a dia vai interpretando de maneiras diversas os acontecimentos. Vale lembrar que para além das relações interpessoais de convivência familiar, a sociedade exerce um involuntário comportamento que também osatinge.

De acordo, Szymanski (2002, p. 10):

[...] o ponto de partida é o olhar para esse agrupamento humano como um núcleo em torno do qual as pessoas se unem, primordialmente, por razões afetivas dentro de um projeto de vida em comum, em que compartilham um cotidiano, e, no decorrer das trocas intersubjetivas, transmitem tradições, planejam seu futuro, acolhem-se atendem aos idosos, formam crianças e adolescentes.

Diante desse contexto, as muitas direções que as famílias vão seguindo podem provocar nos próprios participantes múltiplos entendimentos no modo de ser, afetivamente, ademais no olhar, na maneira de agir, isto é, na sua própria identidade. Por isso, não dá para se ter

¹ Recuperado de <http://chacaraprimavera.org.br/uploads/familia-2-0-sermao-01.pdf>

juízos prévios, as pessoas que constituem um novo núcleo familiar têm seus próprios motivos e, compreende-se que estão passando por processo de ajustes intrafamiliares. Também, não se deve confundir as famílias, pois, algumas, apesar de compor o mesmo modelo, podem apresentar diferentes características. Contudo, não dá para negar que as condições socioeconômicas e históricas de cada família pressupõem algumas implicações.

Segundo Souza & Dias (on-line):

As famílias modernas ou contemporâneas constituem-se em um núcleo evoluído a partir do desgastado modelo clássico, matrimonializado, patriarcal, hierarquizado, patrimonializado e heterossexual, centralizador de prole numerosa que conferia status ao casal. Neste seu remanescente, que opta por prole reduzida, os papéis se sobrepõem, se alternam, se confundem ou mesmo se invertem, com modelos também algo confusos, em que a autoridade parental se apresenta não raro diluída ou quase ausente. Com a constante dilatação das expectativas de vida, passa a ser multigeracional, fator que diversifica e dinamiza as relações entre os membros (sf.)

Desde que na Constituição de 1988 foi promulgado a lei do divórcio, foi possível verificar muitos outros modelos familiares. Nesse direcionamento, quando a separação é concluída, de fato, os indivíduos envolvidos se deparam muitas mudanças envolvidas no processo, os sentimentos se misturam dividindo-se entre o sentimento de culpa e de realização pessoal. Há também nesse processo, a divisão dos bens pessoais.

O Código Civil prevê, no “Art. 1575. A sentença de separação judicial importa a separação de corpos e a partilha de bens. Parágrafo único. A partilha de bens poderá ser feita mediante proposta dos cônjuges e homologada pelo juiz ou por este decidida”.

Acrescenta, Oliveira (2009, p. 57):

A divisão de bens será feita conforme o regime de bens escolhido para o casamento, se é comunhão parcial de bens, separação de bens, comunhão universal de bens e do regime de participação final nos aquestos. Lembramos que no regime de comunhão parcial, os bens e dívidas adquiridos após a celebração do casamento passam a ser comum ao casal. No regime de comunhão universal, os bens presentes e futuros dos cônjuges e suas dívidas passivas, passam a ser

comuns entre o casal. No regime de separação de bens, a administração é exclusiva de cada um dos cônjuges, sendo que cada um se responsabiliza por seus bens e dívidas, mesmo após a união. No regime de participação final nos aquestos, cada cônjuge possui patrimônio próprio, e cabe-lhes o direito de metade dos bens adquiridos pelo casal na constância do casamento.

No art. 1725, tem-se sobre a união estável “salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens”. Mas, esses aspectos sobre os bens não são levados em consideração no nível de complexidade frente às decisões dos casais sobre os vínculos com os filhos.

Segundo Oliveira (2009, pp. 58-59):

Quanto à guarda dos filhos, anteriormente ficava a cargo da mãe. Atualmente, com o Novo Código, os filhos ficam com o que possuir melhores condições de cuidar deles e de educá-los. Nesses casos, se a decisão não for de comum acordo do casal, há a necessidade da realização de estudo social e psicológico, buscando intervenções no sentido de amenizar os problemas vivenciados pela criança... Trata-se da guarda compartilhada. Segundo a Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, parte I a igualdade entre o homem e a mulher. O artigo 226, parágrafo 5º traz a questão dos direitos e deveres referentes à sociedade conjugal, que devem ser igualmente exercidos pelo homem e pela mulher.

Em comum com as novas modalidades familiares, temos a realidade da guarda compartilhada dos filhos, além da constituição dos modelos mosaicos de famílias antes apresentados. Nos dias hodiernos, não negando sua influência anterior, o referencial paterno e materno exerce igual influência no desenvolvimento das crianças. Por isso, a guarda compartilhada passa a ser ativa nesse contexto.

Para Barreto (2003) descreve a guarda compartilhada como:

[...] um sistema onde os filhos de pais separados permanecem sob a autoridade equivalente de ambos os genitores, que vêm a tomar em conjunto as decisões importantes quanto ao seu bem-estar, educação e criação. É tal espécie de guarda um dos meios de exercício da autoridade parental, quando fragmentada a família, buscando-se assemelhar às relações pai/filho e mãe/filho – que naturalmente

tendem a modificar-se nesta situação – às relações mantidas antes da dissolução da convivência, o tanto quanto possível(sf).

A guarda compartilhada configura-se então como uma nova maneira de se vivenciar o poder paternal. Essa alternativa rompe os padrões tradicionais na qual, geralmente, as mães é quem permanecia com as crianças frente a dissolução do casamento, o autor compreende como uma continuação no relacionamento de pais e filhos.

Em contrapartida, as opções hoje são diversas: os filhos têm poder de escolha, a relação entre o ex-casal pode ajudar a definir sobre a guarda da criança, às condições dos mesmos, entre outros. No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei 8.069/9 dispõe de dispositivos que chocam sobre o direito da guarda compartilhada:

Art. 19 – Toda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio de sua família [...]. Art. 27 – Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir das determinações judiciais.

Assim, apesar de haver a separação conjugal entre os pais, a guarda compartilhada deve ser efetivada, apesar dos novos laços que podem vir a se constituírem. Oliveira (2009) não descarta a possibilidade de distanciamento, ou da tentativa de diminuição do valor da pensão pelos homens. Outra problemática se passa pela família que não obtém de bens a serem compartilhados e põem os filhos como alvo, algumas vezes pela recusa do pagamento das pensões, e outras pela própria guarda, visitas. Ainda, tem-se aqueles indivíduos que ao se separar do cônjuge, se separa da família, isto é, filhos, cunhados, e outros, sendo que esse posicionamento impede uma boa convivência, que querendo ou não envolve os filhos. Neles podem ser gerados sentimentos de desprezo pelos seus próprios pais.

Separar-se do cônjuge não significa separar-se de tudo o que ligava os dois, dos amigos, parentes. Pode ser que isso aconteça justamente pelo fato de que se desligando cada vez mais das pessoas que faziam parte do cotidiano do casal, a separação possa ser amenizada pelo distanciamento. Mas é certo que esse não é o melhor caminho para superar e enfrentar a realidade. Se essa for a forma escolhida para a desvinculação do outro, certamente eles vão acabar chegando

frente à frente com a realidade e assim poderá ser mais difícil conseguir superar esse desafio (Oliveira, 2009, p.61).

A escolha pela separação, entende-se que foi o caminho que melhor se adequou a realidade do casal, mas é também verdade que se ambos não souberem manter uma boa convivência em favor dos filhos, isso pode causar danos traumáticos. Muitos pais se agridem em frente aos filhos, muitas vezes movidos pelo sentimento de vingança, outros competem seu afeto, e com isso desencadeia outros problemas, como a autoestima da criança que pode ser afetada, e a visão ruim das imagens dos pais, dentre outros.

Paramais, os filhos são usados como aliados quando os cônjuges recomeçam suas vidas conjugais com outros parceiros. As visitas também são um ponto a ser destacado, pois não ocorrendo, os filhos podem se sentir desprezados, confusos. Portanto, conclui-se que muitas vezes não é apenas a separação em si que causa danos a vida da criança, mas todo desfecho, a depender da situação que seus pais se encontram.

Maldonado (2000, p. 253) declara:

[...] cada grande transição da nossa vida traz uma revisão de valores e de metas existenciais que, às vezes, entram em choque com antigas crenças e posturas e, sobretudo, com valores transmitidos nas duas primeiras décadas de nossa vida pela família, pela escola e pela Igreja.

A vista disso, dá-se a importância de reflexão de como lidar com esses momentos da vida cotidiana, pois para as crianças terão danos futuros, sendo em casamentos ou em outros âmbitos da vida, sendo mal resolvidos repercutiram no futuro, sempre de forma negativa.

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos e sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade.

É nesse contexto que vale chamar a atenção, que o número de divórcio tem sido elevado, gerando significativas mudanças na vida dos filhos. As mudanças advindas da ausência de um dos pais, o sofrimento gera transtornos psicológicas e ambientais, como depressão, ansiedade,

dificuldades na aprendizagem, entre vários outros, pois é na vida cotidiano onde os desdobramentos acontecem que a individualidade de cada indivíduo é forjada, portanto suas relações devem se dar de melhor forma possível, principalmente com a família, que, é o primeiro contato social de uma criança. Além disso, como cita Maldonado (2000) a escola, que faz parte do cotidiano dessas crianças, podem ser o ambiente onde os valores também são formados, mas também o local em que se tornam visíveis o efeito dos acontecimentos partilhado em seus cotidianos familiares, ficam entranhados nas decisões e postura tomadas por elas.

1.3. A Criança e a Família

A família é a base da convivência social, é por ela que a criança dá seus primeiros passos para as relações com outras pessoas. É ela que molda sua personalidade e seu crescimento cognitivo. Nesse contexto, Jardim (2006, p. 22) descreve a família como:

[...] um grupo, cuja estruturas e relaciona com a organização da personalidade do indivíduo, é o primeiro agrupamento e o que está mais próximo da unidade da personalidade e em termos de crescimento do indivíduo. Bons pais constroem um lar e mantêm-se juntos, promovendo então uma relação básica de cuidados à criança e mantendo, portanto, um contexto em que cada criança encontra gradualmente a si mesma (seu self) e ao mundo, e uma relação operativa entre ela e o mundo.

A relação, o diálogo entre pais e filhos, faz com que a criança seja mais comunicativa, provavelmente não apresentando distúrbios de convivência e aprendizado. É sabido, que o Estatuto da Criança e do Adolescente repete o enunciado previsto pela Constituição Federal, tendo em vista a importância da proteção do Estado dedicada aos menores, veja-se:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferencial na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Ainda prevê no artigo 19 que toda criança e adolescente tem direito a ser criada, amada, e educada no seio de uma família. Enfim, recebendo toda a proteção integral prevista pelos ordenamentos pátrios para a convivência familiar saudável e apropriada, vejamos:

Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes ECA (Brasil, 1990, p. 02).

Fica claro então, que o direito à convivência familiar do menor está ligado a sua origem, formação, prevalecendo sempre, o direito à dignidade e ao desenvolvimento integral da criança e do adolescente.

No decorrer da vida, ao acontecer a separação dos pais de uma criança, a mesma poderá encarar esse fato de forma natural, isto significa que nem sempre essas crianças desenvolvem patologias, todavia, há mudanças que serão inevitáveis, como a sua rotina, alguns ambientes, e a própria estrutura familiar (Brito, 2007).

Souza (2000) explica que a criança dispõe de uma saúde mental que é preservada pelo bom relacionamento que é desenvolvido antes e depois da separação. Dessa forma, destaca a importância de como será conduzida essas relações, principalmente pós-separação, isto é, a qualidade desse contato com as figuras parentais.

No processo de desenvolvimento das crianças, tem-se os processos cognitivos, físico e mental. Na primeira infância, a criança passa pelo processo de conhecer-se a si mesmo, esse fato pode acontecer a aproximadamente 18 meses de vida, adiante, a auto percepção e outros sentimentos passam a ser aprimorados. Quando mais velhas, possui entendimento necessário para se descrever, de acordo com que ela mesma percebeu de si, seguido de informações no nível psicológicos. Esse momento é importante, pois trata-se da autoestima, quando as mesmas começam a atribuir valores a si mesmas (Newcombe, 1999).

Vemos aqui um dos fatores que podem influenciar em sentimentos e atitudes negativas nas crianças. Portanto, a ligação com a criança e a família são base para que as patologias não ocorram, de modo que acarrete uma vida turbulenta. Sem contar que, as mudanças repentinas, em consequência dos divórcios, além dos já citados, atrapalham o desenvolvimento da linguagem desses indivíduos em crescimento, a autonomia (Rodrigues e Cunha, 2010).

De mais a mais, o Transtorno da Ansiedade Social (TAS), pode ser desencadeada de diversas formas, sendo que uma dessas é o divórcio. Sobre esse transtorno, foi a partir do século XX. Até os dois anos, é julgado um comportamento normal, porém ao se estender é entendido como uma patologia, que sem dúvidas irá interferir na vida social da criança (Vianna, Campos & Landeira-Fernandez, 2009).

O DSM-5, Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, caracteriza o TAS, como:

[...] medo ou ansiedade acentuada frente a uma ou mais situações sociais nas quais esse indivíduo é exposto à avaliação de outras pessoas, como exemplo: ser observado ou encontrar pessoas desconhecidas. Em crianças, os sintomas de ansiedade são expressos com ataques de raiva, comportamento de agarrar-se, choro intenso. Quando a criança se depara com essas circunstâncias, apresenta medo e ansiedade. Para um possível diagnóstico, é preciso constatar a existência dos sintomas há, pelo menos, seis meses. O transtorno de ansiedade social pode ter início na infância oriundo de uma experiência estressante ou humilhante ou pode ter início insidioso, se desenvolvendo lentamente (Silva e Gonçalves, 2016, p. 45).

Além disso, os mesmos autores acrescentam, os maus tratos e outras adversidades que acompanham a infância de uma criança configuram outros fatores de risco, compreendem cerca de 75% dos casos, sendo que dão início no princípio da infância, e entre 8 e 15 anos.

Há também dentre esses fatores, o medo ou ansiedade excessiva, desencadeada também pela separação das crianças com indivíduos cujo seu apego era grande, ao se separarem, a criança desenvolve o que a DSM-5 (2014) configura como o transtorno de ansiedade de separação.

Nesses casos, essa separação gera sofrimento excessivo, preocupação de perdas futuras, o medo de afastar-se de casa, a dificuldade em ir à escola, e fazer outras atividades rotineiras, até mesmo para momentos de lazer. O diagnóstico é feito pela manifestação desses sintomas na decorrência de pelo menos quatro semanas.

No meio de tantos agravantes que uma família pode desencadear no desenvolvimento de uma criança, envolvendo convívio social, transtornos, etc., a solução mais viável a reparação é a mesma. Segundo Almeida (2011) é da família e pela família é que as crianças criam suas identidades, pois é onde se encontra suas principais referências, através de histórias e vivências passadas. Por isso, essas estruturas formativas são prejudicadas quando os vínculos familiares são enfraquecidos.

Por Santos (2013), a família um grupo de pessoas que desenvolve laços afetivos e/ou sanguíneo, essas passam a morar juntos, e os sujeitos passam a ser cuidados em favor de sua sobrevivência e aprender valores. Além mais, famílias podem ser reestruturadas ao longo do tempo e suas formações passam a tomar nova dinâmica: um só genitor, ou dois do mesmo sexo, famílias cujo casal resolvem adotar uma criança, etc, um dos fatores, pode ser o divórcio. Ainda pelo mesmo autor, o período pós-divórcio possui fases, a saber: a fase aguda, onde ocorre os desdobramentos pré-divórcio, discussões, insatisfações, frustrações, que também são sentimentos da criança; a fase transitória, como o próprio nome sugere, é a readaptação dos papéis após ser concluído o divórcio, regras e normas são reajustadas entre pais e filhos; por fim, a fase do ajuste, que é a própria aceitação do divórcio, mudam-se as visões e pode ser que se sejam inseridos novos integrantes na família. A esse último ponto, destaca-se a possibilidade de, em detrimento de um novo componente, alguns pais se distanciarem dos filhos e haver brigas pela guarda dos mesmos.

Para as crianças, é um período complexo, pois precisam reorganizar o lugar das figuras paternas em suas vidas, após a separação, portanto, alterando também o lugar de vivências passadas, também experiências. Para Grzybowski & Wagner (2010) é importante que, ambos os ambientes, a casa de cada um dos seus genitores, sejam enquadradas as mesmas regras, normas, deveres e rotinas, reduzindo o impacto dessas mudanças na vida dos filhos.

É inevitável que as crianças não obtenham o sentimento de perdas e danos com a separação dos seus pais, é uma mudança no seu convívio familiar, antes o que era aparentemente firme, torna-se transitório, portanto, gerando um inevitável sofrimento.

Paschoal e Marta (2012) especialistas em Direito Civil, Processual e Constitucional, descrevem que as crianças e os adolescentes constituem o grupo vulnerável populacional, no sentido que forma o conjunto de pessoas que pertencem, no sentido político, a minoria. Isto é, não participam ou têm acesso aos seus direitos e oportunidades, e até participação de forma igualitária dos bens e serviços disponíveis a população. Sendo assim, acrescenta que esse grupo, assim como os idosos, pessoas com deficiência, não têm noção que são vítimas de discriminações, principalmente que os seus direitos não são cumpridos, até porque na maioria das vezes não os conhecem.

[...] crianças e adolescentes, por terem uma condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, necessitam de auxílio estatal, logo, dependendo da situação em que se encontram, enquadram-se tais pessoas, ao conceito de pessoas de grupo vulnerável, por carecerem da intervenção estatal, para a implementação de sua inclusão social, momento em que deve perfazer-se a literal salvaguarda de seus direitos, mormente o de usufruir de uma vida de forma digna, requerendo para tanto, um irrestrito tratamento igualitário (Paschoal e Marta, 2012, p.221)

Mesmo diante dessa realidade, houveram ao longo do tempo alguns avanços referentes às situações das crianças e dos adolescentes. Após a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, foi reconhecido a Doutrina da Proteção Integral à infância, que garante às crianças seus direitos, como sujeitos protagonistas de suas próprias histórias, assim como estabelece que são responsáveis por suas obrigações, portanto, deu a Justiça da Infância e da Juventude um novo rumo. Como principal marco, houve a substituição da antiga situação irregular com o Código de Menores (Lei nº 6.697/79) pela Doutrina da Proteção Integral. Com a Constituição de 1988, a Doutrina da Proteção Integral ou Prioridade Absoluta, assegurou que os direitos da criança e do adolescente fossem reconhecidos, principalmente no que diz respeito às famílias, a sociedade e o Estado (Paschoal e Marta, 2012).

Isso implica em reconhecer que qualquer cidadão, seja ele membro do Poder Público ou não, tem o dever de denunciar abusos cometidos por familiares ou por terceiros, bem como o

dever de contribuir para o crescimento pessoal da criança e do adolescente, tratando-os de forma igualitária e inclusiva. É obrigação de todos, ainda, fiscalizar e reivindicar a efetivação dos direitos previstos na Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, como o direito à vida, à saúde, à liberdade e à educação, entre outros (Paschoal e Marta, 2012, p. 222).

Ao se depararem numa situação de risco, as crianças devem ser amparadas pelo ECA. Essas situações podem configurar com a possibilidade de terem seus direitos privados, portanto entrando em conflito com a lei ou até mesmo uma situação em que jovens tenham práticas criminosas, ou mesmo sendo acusados de algum ato criminoso.

Para tanto, é preciso que o Estado, junto a família e a sociedade produzam resultados que alcancem as necessidades desses indivíduos. Conclui-se que ainda há muito a ser feito, principalmente em relação a população que desconhecem os direitos e deveres indispensáveis às crianças e adolescentes, também as esferas públicas e privadas precisam tomar medidas de inclusão das medidas necessárias para efetivar as políticas destinadas a esse propósito.

A família da criança e do Adolescente tem direitos em relação a eles, mas também deveres. Esses respondem pelos filhos menores, seus encargos e obrigações, também prejuízos que possam prejudicar outras pessoas. Sem contar no dever de garantir que esses tenham uma boa educação, guarda e assistência, destinados no Código Civil, art. 1.634. O art. 226 descreve a família como base da sociedade, portanto, junto ao Estado, bem como a sociedade tem o dever de “[...] assegurar à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais” (art. 227). Além disso, especifica os direitos fundamentais e especiais da criança e do adolescente que fortalece e aprofunda os direitos já reconhecidos para os cidadãos adultos (art. 5º) – direito à convivência familiar e comunitária.

Destaca Paschoal e Marta (2012, pp. 234-235):

A Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil, em 24 de setembro 1990, em especial, tem um papel superior e preponderante no embasamento da criação ou reforma de toda e qualquer norma reguladora, no campo da família e no embasamento de processos de reforma administrativa, de implantação e implementação de políticas, programas, serviços e ações públicas. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança assegura as duas prerrogativas maiores que a sociedade e o Estado deve conferir à criança e ao

adolescente, para operacionalizar a proteção dos seus Direitos Humanos: cuidados e responsabilidades [...] A decisão política para elaboração do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à convivência familiar e comunitária, aprovado em 13 de dezembro de 2006, foi estabelecida como uma das prioridades do Governodo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através de um decreto, publicado no dia 19 de outubro de 2004. Estabelecida a comissão que elaboraria as diretrizes do plano, o fruto deste trabalho foi apresentado ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e ao Conselho Nacional da Criança e do Adolescente–CONANDA, órgãos deliberativos de políticas públicas para a infância e adolescência, foi submetido a amplo processo de consulta pública e incorporou, democraticamente, contribuições resultantes do debate de inúmeros atores institucionais, de todas as regiões do país.

Desta feita, as políticas de inclusão sócio familiares também deve ser amparada para que as respectivas famílias tenham condições de ter acesso às crianças, buscando garantir seus direitos, também os humanos. As crianças e os adolescentes dispõem de direitos dos quais dentro do cenário das políticas públicas devem ser percebidos, vale destacar o direito à liberdade, dignidade, integridade física, psíquica, moral, além disso, o direito à educação, a saúde, a proteção no trabalho, a cultura, ao lazer, à assistência social, a habitação, incluindo ambientes de qualidade. Outros direitos individuais que são próprios de cada indivíduo, os socais e oscoletivos.

Em relação ao direito da convivência familiar e comunitária, a Comissão Intersetorial (pp. 236-236) se dividiu em três câmaras técnicas, cada uma com uma temática, nas quais, ao se juntarem formam aspectos distintos em referência a esses direitos. São eles:

[...] em primeiro lugar, a família de origem e a comunidade na qual está inserida, a importância da preservação dos vínculos familiares e comunitários e o papel das políticas públicas de apoio sócio- familiar; em segundo lugar, a intervenção institucional nas situações de rompimento ou ameaça de rompimento dos vínculos familiares e no investimento no reordenamento dos programas de Acolhimento Institucional e na implementaçãodos programas de Famílias

Acolhedoras, com ênfase na excepcionalidade e na provisoriedade destas medidas e, ainda, na preservação, fortalecimento e restauração dos vínculos familiares; e, finalmente, em terceiro lugar, a necessidade de uma nova família para a criança e para o adolescente que perdeu a sua própria.

As medidas que são elaboradas visando o efetivo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes são de responsabilidade social, até porque é o lugar onde as famílias estão inseridas, também é onde acontecem as relações comunitárias e do Estado, assim sendo, o que é produzido culturalmente atravessa essas relações. Por isso, vale chamar atenção para as problemáticas referentes à diversidade cultural, todos são passíveis de terem seus direitos garantidos, principalmente esses grupos vulneráveis dos quais estão incluídos as crianças e os adolescentes, junto às suas famílias.

O fortalecimento da família é um objetivo que deve ser encarado com seriedade. Os programas de apoio sócio familiar são desenvolvidos nesse sentido, de fortalecimento, obviamente, respeitando o contexto a qual cada uma se insere. Até porque, são muitos os problemas enfrentados, portanto, apresentam soluções diferentes.

À vista disso, Paschoal e Marta (2016, p. 236) apresentam as medidas que devem ser compreendidas nos programas originados através do Plano Nacional de Promoção, que tem como norte o CONANDA. São eles:

- a) superação de vulnerabilidades sociais decorrentes da pobreza e privação – incluindo condições de habitabilidade, segurança alimentar, trabalho e geração de renda.
- b) fortalecimento de vínculos familiares e de pertencimento social fragilizados.
- c) acesso à informação com relação às demandas individuais e coletivas.
- d) orientação da família e, especialmente, dos pais, quanto ao adequado exercício das funções parentais, em termos de proteção e cuidados a serem dispensados às crianças e adolescentes em cada etapa do desenvolvimento, mantendo uma abordagem dialógica e reflexiva.
- e) superação de conflitos relacionados e/ou transgerenciais, rompendo o ciclo de violência nas relações infra-familiares.
- f) integração sócio-comunitária da família, a partir da mobilização das redes sociais.
- g) identificação de bases comunitárias de apoio.
- h) orientação jurídica quando necessário.

Em conclusão, os autores dizem ser necessário um acompanhamento para que os projetos que serão implementados possam ser efetivados. O apoio de um sistema que deverá envolver um corpo técnico-metodológico, bem como um grupo técnico qualificado dentro dessa área faz-se necessário, além de uma quantidade que suporte a dimensão das demandas existentes nos respectivos espaços. São medidas fundamentais que contribuíram com o êxito no apoio ao direito à convivência familiar e comunitária, que contribui diretamente na realização do ser humano.

2 FAMÍLIA/ ESCOLA E LIMITES/DISCIPLINA

Perante a Constituição de 1980 e outras fontes, a família é a base estrutural das crianças, pois é através dela que é possível se desenvolver suas respectivas subjetividades, além de aprenderem valores, princípios que os acompanharam por toda sua vida. O respeito pela família, pais, irmãos, e forma de convivência são aprendidos na família. A escola, por sua vez, trata-se de um outro ambiente, social, em que as crianças têm a possibilidade de, aplicar, construir, desenvolver, os valores antes transmitidos pelos seus pais. Nesse processo, o professor, que media as relações na sala de aula poderá conduzi-los ou instruí-los a utilizarem esses conhecimentos de modo mais adequado, pensando no bem comum de todos.

No ambiente escolar uma boa convivência, a disciplina, entre os indivíduos que o compõe, manter a qualidade no relacionamento entre os professores e alunos na sala de aula estendendo-se a toda escola, é um objetivo e algo a ser previamente desenvolvido pela família ao trabalhar em seus filhos uma conduta dos valores éticos e comportamentais.

Por outro lado, observa-se que para uma aula ocorrer de boa forma, faz-se necessários algumas medidas que são de responsabilidade dos professores, como um planejamento prévio do que irá ocorrerem cada aula. Além disso, a insegurança dos professores, a falta de limites são fatores que contribuem para a indisciplina, que acarreta na falta de aprendizagem dos conteúdos, na desmotivação dos demais colegas, entre outros. Isso porque, as crianças só aprendem quando têm algum motivo, algum interesse profundo em assimilar novos conhecimentos ou em adquirir novos hábitos.

Esta motivação tem raízes nos desejos e nas necessidades de cada ser humano. Quando os objetivos da aprendizagem se confundem com a satisfação destas necessidades, então teremos as melhores condições imagináveis para a assimilação de novos conhecimentos ou aquisição de novos hábitos.

A influência do ambiente escolar é um fator determinante na aprendizagem do aluno, seja questões de disciplina ou indisciplina, seja questões atreladas ao espaço físico, muito calor, pouca claridade, falta de conforto, pode produzir desordem no ambiente, apatia dos próprios alunos e dificuldade em se concentrar na aula. De modo que, o professor precisa criar mecanismos o tempo inteiro para prender a atenção dos alunos no intuito de garantir a

aprendizagem do conteúdo proposto. Portanto, vale apostar em aulas criativas e dinâmicas, que contribuam para um ambiente escolar melhor, todavia, sabe-se que cada professor deverá, desde os primeiros contatos entender que é importante estabelecer suas próprias regras, também tornar-se amigo, mostrar-se preocupado e interessado pela aprendizagem dos alunos para que haja respeito dentro da sala de aula e assim haja uma fluidez nas aulas e o aluno aprenda.

Sob outra perspectiva, para o professor conseguir manter um ritmo adequado em suas aulas, conteúdos e propostas faz-se necessário uma constância da presença e apoio dos pais na escola, a fim de que se ajuste comportamentos, promovam diálogos sobre os conteúdos, didáticas e outros, favorecendo sempre a aprendizagem e contribuindo para um ambiente mais agradável.

As observações apresentadas acima, tratam de perspectivas e papéis que podem ser atribuídos a família e a escola de modo que se tenha um ambiente favorável de aprendizagem. Não obstante, a realidade que circunda os contextos escolares apresenta muito mais a necessidade de se repensar a questão da disciplina na sala de aula. Na verdade, como nos afirma Estrela (2002, p.15), os “problemas de indisciplina representam um dos mais antigos e persistentes desafios encontrados nas salas de aula” e hoje a realidade não está diferente.

Todo ambiente precisa de regras e normas que dê limites aos indivíduos a fim de que a convivência entre os mesmos se torne sustentável a ponto de manter um bom funcionamento dos propósitos ali traçados, e na sala de aula não é diferente, visto que é formada de seres sociais. Assim, o condutor desse ambiente, o professor, precisa assumir a posição de orientar, apresentar limites que o ajude durante as aulas, bem como reforçar o papel das crianças como cidadãos sociais.

[...] crianças precisam sim aderir a regras e estas somente podem vir de seus educadores, pais ou professores. Os ‘limites’ implicados por estas regras não devem ser apenas interpretados no seu sentido negativo: o que não poderia ser feito ou ultrapassado. Devem também ser entendidos no seu sentido positivo: o limite situa, dá consciência de posição ocupada dentro de algum espaço social – a família, a escola, e a sociedade como um todo (La Taille, 2000, p. 9).

Trata-se, portanto, de aderir a uma postura mais acertada em relação a prevenção da indisciplina, logicamente entendendo que cada contexto é dotado de suas particularidades que precisam ser analisadas de forma pontual.

A questão da indisciplina escolar tem tomado conta das escolas, tanto da rede privada, como públicas, nos mais variados graus de ensino e tem afetado, significativamente as práticas dos

professores, além de gerar neles sentimentos negativos, como estresse, frustrações, angústias, impotência entre outros (Esteves de Vasconcellos, 2009; Estrela, 2002; Parrat-Dayan, 2009).

A relação entre os professores e alunos dentro da sala de aula é importantíssima para um aprendizado significativo, a forma como essa relação é levada pode desencadear a forma como esse professor atua e/ou age, e como os alunos recebem essas ações, destacando que, os posicionamentos e posturas adotadas têm a ver com o meio social e cultural que cada um vive. Para além disso, o professor, inevitavelmente, alcança alguns alunos de modo a interferir no seu modo de pensar, agir (Machado, 1995). Do mesmo modo, a transferência de conhecimentos relacionados às diversas áreas, psicológicas, sociais, culturais, afetivas, aspectos físicos e motores atravessa o processo formativo dos alunos (Cunha, 2000).

Parrat-Dayan (2009) chama a atenção para esse fato, a transmissão do conhecimento tem a ver com o professor entender qual é o seu papel na sala de aula, inclusive em relação a sua postura, que de modo significativo, influencia a forma como os alunos encaram o processo de aprendizado.

O fato de o professor estar inteiro em sala de aula—tanto quanto possível—favorece o despertar do aluno; a sua incerteza ajuda a construir a do outro. Estando presente, disponível, poderá sair de si, observar os alunos e assim captar suas necessidades, a dinâmica do coletivo, e melhor interagir (Vasconcellos, 2009, p. 223).

Vemos que a contribuição dos professores, segundo os autores apresentados, é de suma importância para o desenrolar das aulas, bem como do crescimento social na vida dos alunos. Apesar disso, o mundo hoje oferece às crianças novas demandas dentro dos padrões globalizados que coopera para a mudança de comportamento da sociedade como todo. Por isso, destaca Parolin (2008, p. 46), que: “O grande desafio da humanidade diante das novas ciências,

das novas tecnologias e dos novos conhecimentos é reorganizar valores, reformular a ética do ser humano, redimensionar o valor do conhecimento”.

É essa realidade que circunda o ambiente escolar, as novas dinâmicas de estrutura familiar, a mudança nos padrões, e outros, advindos diretamente do mundo globalizado cada vez mais capitalista.

Afirma Garcia (2014, p. 6), em um dos seus estudos sobre escola e família:

É nesse espaço onde se percebe e se lida com todas as transformações ocorridas no contexto familiar, especificamente em escolas de periferia como é o objetivo deste estudo. A partir desta experiência, do contato diário e envolvimento direto nas situações familiares que de uma forma ou de outra chegam até a escola, diagnosticou-se a necessidade e promover uma ampla discussão sobre a relação entre estes dois contextos, família e escola, que em nosso entender buscam um mesmo objetivo, o sucesso do processo educacional dos alunos.

Vale destacar entre as colocações de Garcia que o contexto familiar tem grande influência no processo de ensino-aprendizado, pois os alunos carregam consigo as marcas de suas vivências, que de modo negativo causa a indisciplina, perturba os ambientes por onde passam, além de comprometer no seu processo educacional. Visto a isso, tem-se a responsabilidade dual entre família e escola, além da sociedade como todo no processo de educação das crianças.

Vê-se na Constituição Federal de 1988, a participação da comunidade no ambiente escolar, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente diz que educação deve ser incentivada e promovida através da participação da sociedade. Além do mais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.396, de 20 de 1996) traz como um dos pressupostos a Gestão democrática, que trata sobre a participação da comunidade escolar pelos conselhos escolares, de modo geral, promovendo aproximação entre a comunidade e a escola, num processo de valorização de ambos.

Em correspondência aos pressupostos de Paro (2007), Garcia (2014) diz que esse processo de democratização só pode ser dado quando os envolvidos no processo adquirem a consciência do que a própria palavra sugere, assim, sendo todos ativos no processo. Ademais, acrescenta:

[...] entre os próprios profissionais da educação existe a falta de compreensão do conceito de participação, geralmente o que existe é a participação na execução de projetos, previamente elaborados pela escola, ou atividades realizadas no interior da escola, porém não é dado espaço para o diálogo de participação nas reais tomadas de decisões na escola, tornando a participação bastante superficial. O processo democrático não ocorre somente com o discurso, se faz necessário que sejam desenvolvidas ações práticas para que possam implantá-lo. Como todo processo leva tempo para que a participação da família se torne efetiva, sendo assim é necessário que sejam criados espaços democráticos para a participação de todos na escola (Garcia, 2014, p.10).

É indispensável nesse processo a participação da família, além da comunidade, interferem diretamente no processo pedagógico adotado pela escola. Para tanto, a escola precisa criar espaço de diálogos, de discussões, distribuir responsabilidades, democratizar o processo de educação.

Esse processo trata-se de uma alternativa para melhoria do processo educacional dos alunos, e diminuição dos percalços que tem atravessado a realidade escolar contemporânea. E, se tratando especificamente da família, a Instituto Unibanco (2016) em suas pesquisas sobre a escola e família têm apontado para melhoria no processo educativo quando as mesmas se fazem presente. Ainda declara que alguns relatórios divulgados em 2016 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a partir de resultados do Pisa (exame internacional da entidade) apontaram para um impacto positivo em relação a indisciplina e, em geral, no clima escolar.

Em 2002, também foi divulgado uma revisão de estudos sobre a conexão entre escola e família, chegou-se a conclusão de que há impactos positivos, independente das condições sociais dos estudantes, mas o grande desafio que se tem enfrentado é descobrir qual melhor caminho, e como fazer isso. Outrossim, aponta uma queda no engajamento dos pais na participação de reuniões escolares, entre o 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio. Entre o 5º ano do Ensino Fundamental e até o 9º ano do Ensino Fundamental, 58% quase sempre comparecem às reuniões, 34% de vez em quando e 8% nunca. Vale ressaltar que esses dados são baseados em respostas dos alunos que tiveram participação na Prova Brasil e do Saeb,

trata-se de exames do MEC que é destinado a avaliar o desempenho escolar dos alunos (Instituto Unibanco,2016).

Tratar sobre essas entidades é entender que são muitos os desafios que os acompanham. Por vezes, os pais deixam a desejar quando se trata do acompanhamento na vida escolar dos filhos, mas, de outro lado, tem-se o posicionamento de algumas escolas que preferem que não haja essa assistência.

Para que a participação da família se torne realmente positiva e significativa na escola, é necessário antes de tudo uma mudança de atitude por parte de todos. É comum, pais acharem que cabe à escola tomar a iniciativa de procurá-los, enquanto a escola, por sua vez, coloca toda a responsabilidade sobre os pais. Em muitas delas, famílias só são chamadas para falar sobre os filhos quando ocorre algum problema. Quando os pais ou responsáveis tomam a iniciativa de procurar a escola, esta, nem sempre se mostra preparada para acolhê-los. E o inverso também ocorre: diretores que tentam atrair as famílias, mas não conseguem (Instituto Unibanco, sf.).

Frente a essa realidade é que deve-se ter em mente que o grande desafio é buscar um modo que trate da aproximação de ambos, sendo que, esteja claro o propósito, que é a melhoria na aprendizagem dos alunos/filhos, a melhoria do ambiente escolar que envolve diretores, professores, funcionários, responsáveis e todos os outros. Também não restringir ao conteúdo do dia a dia, mas expandir essa relação para outros momentos.

Para tanto, a Instituto Unibanco (2016) apresenta um artigo que foi publicado no site de Havard Family Research Project – Centro de pesquisas sobre famílias de Havard, no qual diz que o primeiro passo para se manter uma boa relação é gerando empatia entre pais e a escola. Nessa perspectiva, começando pelo diálogo, onde os professores, diretores escutem os pais, e aos pais destina-se o reconhecimento do esforço da equipe escolar. Ademais, apresenta características de escolas bem-sucedidas na aproximação dos pais e dos alunos, a saber:

Receber bem todas as famílias: pais ou responsáveis são atores importantes do cotidiano escolar, e devem se sentir acolhidos e valorizados, para que possam trabalhar em parceria entre eles e com a equipe da escola; Comunicação efetiva: famílias e a escola têm canais efetivos de comunicação de duas vias, ou seja, não apenas da escola para os pais ou responsáveis, mas também destes para a escola; Foco no sucesso do aluno: família e todos os atores da escola trabalham

constantemente para apoiar o desenvolvimento pleno dos estudantes, em casa ou na escola, e têm oportunidades de aprender sobre como fazer melhor isso; Em nome dos alunos: pais e responsáveis são realmente reconhecidos como sujeitos que possam defender seus filhos e outras crianças da escola, para assegurar que todos sejam tratados de forma justa e tenham oportunidades de aprender; Gestão descentralizada: famílias têm voz ativa nas decisões da escola que afetam seus filhos, agindo em parceria com a equipe escolar; Colaboração com a comunidade: escolas e famílias estabelecem relações com a comunidade no entorno da escola de maneira a estimular o engajamento de todos na ampliação de oportunidades de aprendizado para todas as crianças (Instituto Unibanco, 2016,sf.).

Conclui-se que não há uma receita pronta de como aproximar e manter uma boa relação entre a instituição família e a instituição escolar, todavia, seguindo essa linha apresentada pela Instituto Unibanco (2016), tanto em escolas brasileiras como estrangeiras obtiveram sucesso, desencadeando propostas mais concretas e despertando outras instituições a ajudar nessa caminhada, como o programa de Coordenador de Pais, da Fundação Itaú Social. Destaca-se que, o apoio das secretarias de governo é fundamental na articulação e em todo processo.

Sendo as inter-relações, em sua maioria, as responsáveis pela indisciplina escolar. São as boas relações ou as relações conflituosas, seja por aluno e professor, pais e escola, etc., que na maioria das vezes define o progresso escolar das crianças.

Percebemos que são muitos os autores que concordam com esse posicionamento, a começar pela defesa de os professores estabelecer uma boa relação com seus alunos. Sem deixar de mencionar, como já vimos discutindo, a importância da presença da família no cotidiano do aluno. A família tem um papel insubstituível e decisivo na educação dos filhos, além disso, no seu interior devem ser absorvidos os valores éticos e humanitários, onde se aprofundam os laços de afetividade e solidariedade. Também, no meio familiar que se constroem as marcas entre as gerações e, quando a educação é sólida, observam-se os valores culturais, éticos morais de cada cidadão (Dambros & Castanha, 2014, p. 8).

Os mesmos autores ainda afirmam que é preciso reforçar a conscientização dos pais nessa participação, até porque com as novas demandas sociais há aqueles que se sintam inseguros,

portanto, carecem de auxílio. Fora que, a instituição escolar tornou-se o lugar mais passível de confiança para os pais. Por isso, as medidas que visam a integração da família e escola, possibilitam, além de tudo, que os filhos/alunos se sintam seguros e tenham prazer nos estudos, podendo desenvolver um pensar crítico, uma autonomia, diminuindo os conflitos gerados pela indisciplina.

2.1. Indisciplina e suas Causas

Observamos que há diferenças entre o ensinar da família, da escola e da sociedade. Cada um desenvolve um papel, mas, no entanto, as três, concomitantemente, têm a responsabilidade de formar e moldar o indivíduo para que esse seja disciplinado, preparando-os para atuar com responsabilidade onde estiverem.

Todo indivíduo possui características que lhes são próprias, portanto, demarcando diferenças, na personalidade, no jeito de ser, sendo que, uns são tímidos, outros extrovertidos, uns mais descolados, outros liberais, o que torna a educação bastante diversa. Devido a isso, há escolas diferentes, professores diferentes, aulas diferentes, tudo determinado pelas características pessoais do professor e os demais agentes.

Todos esses fatores têm contribuído de forma ou positiva para que haja um bom funcionamento da escola, e na sala de aula, desencadeando a disciplina ou a indisciplina por parte dos indivíduos.

A disciplina não depende exclusivamente de um indivíduo: pressupõe a existência do disciplinador e do disciplinado em função de um objetivo, num determinado contexto. [...] uma regra pode variar conforme a hora, o lugar e as pessoas envolvidas. [...] Disciplinar é um ato complementar, isto é, depende das características pessoais do disciplinador e do disciplinado.

Portanto, diferentes professores conseguirão diferentes resultados com uma mesma classe. Isto é, cada reação tomada por um indivíduo despertará em outro uma outra reação, num processo de interação que resulta e caracteriza os relacionamentos interpessoais.

Assim como mencionado, a disciplina ou indisciplina, isto é, as reações comportamentais dos indivíduos vão variar conforme o feedback do outro. Além do mais, cada ambiente segue uma

regra, valores e princípios e isso altera no modo como cada um lida a partir do que já vive, ou aprendeu.

A indisciplina, como temos visto, apesar de se manifestar em outros ambientes, tem sido alvo principal dos estudos entre os pesquisadores da área da educação. Vimos que esta pode estar ligada a família, a falta dela, ao relacionamento com os professores, colegas e até distúrbios.

Garcia (2001, p. 118) relata que:

A partir da década de 80 o conceito de indisciplina aparece na literatura escolar, desde então, seu conceito foi sendo considerado de diversas maneiras, em diferentes momentos e lugares, porém, ela não surgiu isolada no ambiente da escola e, ao longo do tempo, vem demonstrando algumas relações com a organização escolar, com as práticas pedagógicas, com a autoridade docente, entre outras. E, ainda que os professores não estejam preparados para superá-la, a indisciplina é um dos principais desafios que perpassam a escola.

No âmbito educativo, a indisciplina é atribuída a diversos aspectos ao longo da história, portanto seu termo varia de acordo com a cultura, classes sociais e instituições escolares, que, por vezes, os agentes que fazem parte divergem quanto a sua conceituação (Rego, 1996).

Parrat-Dayán (2012, p. 19) contribui:

O conceito de indisciplina é definido em relação ao conceito de disciplina, que na linguagem corrente significa regra de conduta comum a uma coletividade para manter a boa ordem e, por extensão, a obediência à regra. [...] assim, o conceito de disciplina está relacionado com a existência de regras; e o conceito de indisciplina, com a desobediência a essas regras.

Para esses autores a (in)disciplina não tem uma fonte apenas, ademais, seu conceito toma forma dinâmica frente às mais variadas sociedades. E, de modo geral estão ligadas a obediência ou não das regras que são próprias dos lugares. Não diferente, o ambiente escolar também carece de normas que assegure o bom funcionamento até que se chegue ao seu objetivo final, o ensino-aprendizado.

Muitas são as causas da indisciplina escolar, e, atualmente essa problemática tem se tornado constante e evidenciados de forma pontual. Comportamentos como a dispersão dos alunos, a falta de limites, a agitação, a falta respeito com os colegas, professores e outros

profissionais da educação tem feito muitos pesquisadores, educadores e gestores se perguntarem quais são, de fato, as causas que têm levados os alunos a agirem de forma perturbadora.

Temos vivenciado constantemente tipos de distúrbios psicóticos. Um exemplo prático seria o daquele indivíduo que geralmente pratica uma ação sem pensar, e muitas vezes sentem-se ameaçados pelo outro e desta forma age agressivamente em sua própria defesa. Presenciamos também crianças que atingem uma outra criança sem motivos.

A escola muitas vezes busca as respostas, chamando a atenção da criança, dos pais, até perceber que o caso pode ser uma doença de ordem psicológica, portanto procurando encaminhá-los aos especialistas, mas muitas vezes, alguns pais não concordam. São muitos os fatores que podem levar a indisciplina escolar, por isso a escola deve sempre estar atenta, principalmente as crianças que se encontram em fase de desenvolvimento, período em que os hormônios estão em mudança, assim, podendo gerar na criança atitudes agressivas, agitadas, e de rebeldia. A escola deve manter sempre os pais informados sobre tais comportamentos, inclusive aqueles que não são do perfil da criança, pois vale um acompanhamento, uma atenção maior, visto que, esses comportamentos podem ter início desde a infância e podem estar relacionados ao ambiente familiar, social em que estão submetidos.

Em especial, Deldime e Vermeulen (2001, p. 141) destina a escola dois caminhos a se percorrer com as crianças que apresentam agressividade:

O primeiro é de caráter preventivo, com a promoção de uma cultura de paz e tolerância, por meio de uma sólida formação para os valores. O segundo é acolher essa criança ou adolescente com conduta agressiva. A atitude básica da escola nesse caso deve ser de inclusão.

Não podemos deixar de citar aqui, uma questão que é bastante séria e real no cotidiano das nossas escolas é a expansão das drogas e a naturalidade da mesma na vida dos nossos alunos que são apresentados as drogas, em sua maioria, cedo, advindas de ambientes marcados pela presença do tráfico. Em consequência trazem para o ambiente escolar transtornos que tiram a tranquilidade de toda comunidade escolar, onde, nem professores nem os profissionais da escola não estão preparados para esta realidade.

Cada criança tem sua peculiaridade, sua personalidade sua forma de ser, de reagir a diversas situações, e, é com o tempo ela vai se adaptando ao ambiente e criando suas formas de

reagir a cada situação. Na fase da adolescência, por exemplo, essas reações se afloram e trazem problemas como antes mencionados, ou não, tudo dependerá de cada personalidade e escolhas.

Uma outra causa apontada é trazida por Tiba (2006), em favor da indisciplina, são os distúrbios da autoestima, “[...] a perda de limites, a autodesvalorização, o excesso de autoestima, o ego inflamado, o ego murcho, o pretender fazer algo e não seguir adiante. Tais problemas conduzem à indisciplina e à falta de respeito pelas pessoas ou bens alheios e têm se tornando muito sérios nas últimas duas décadas” (p. 154). O mesmo autor ainda atribui aos distúrbios a responsabilidade pela falta de respeito pelo próximo, a não internalização do quais são seus deveres e limites.

A droga é apontada como fonte de escape dos adolescentes no que diz respeito ao seu desejo de se buscar ser diferente de tudo e de todos, acham que as drogas lícitas e até ilícitas é o melhor caminho. Por isso, passam a utilizá-las e levar ao ambiente escolar. E mais, introduzem dentro da escola alguns tipos de “brincadeiras” que passam a consumir com o acesso as redes, e provocam um significativo percentual de indisciplina nos ambientes em que convive, pode ser escola, em casa, e outros.

Dentre outros fatores, a família é apontada como a maior responsável pela violência na escola, marca da indisciplina, pois a criança leva consigo o que aprende e vê em casa. A escola tem percebido no seu cotidiano que há um crescente número de alunos que não sabem o que é limite, que tem vontades, que não entendem regras e que não querem ver seus desejos frustrados.

A violência é uma semente colocada na criança pela própria família, que, encontrado terreno fértil dentro de casa, se tornará uma planta rebelde na escola, expandindo-se depois em direção à sociedade. Quando os pais deixam o filho fazer tudo o que deseja, sem impor-lhes regras ou limites, ele acredita que suas vontades são leis que todos devem acatar.

A violência, a falta de respeito e as agressividades no ambiente escolar e fora dela é consequência da falta de responsabilidade e/ou atenção dos pais para com seus filhos, há uma dificuldade hoje em se educar, impor limites e disciplina aos seus filhos, dando vazão aos mesmos agirem como querem, em qualquer lugar, e em especial na escola. Com isso, fica a cargo dessa instituição a educação que é concernente aos pais, pois os mesmos têm se isentado de suas obrigações.

Pertinente a esse modo atual, temos o papel do professor, que não tem conseguido realizar o seu trabalho, pois passam a maioria do tempo das aulas exigindo a disciplina. Portanto, atribui aos pais que não têm passado os valores e princípios para preparar o seu filho para viver em sociedade, ensinar para ser um bom cidadão, conhecedor de seus direitos e deveres. É dever da família, antes mesmo da criança nascer, já pensar na educação que seguirá por toda vida, a forma como a criança conduzirá a sua vida em sociedade.

A função da escola é transmitir os conhecimentos necessários para a criança de acordo com sua fase, fortalecer o ensinamentos dados pelos pais, transmitir os conhecimentos de diversas culturas e valores despertar e desenvolver as habilidade e competências da criança em todas as áreas do conhecimento. Para isso, o ambiente escolar precisa ter regras; todos que fazem parte do ambiente escolar, devem cumprir as regras estabelecidas, pois só assim o ambiente ficará leve, tranquilo e sua missão concretizada.

Mesmo com toda essa demanda, a escola tem conseguido cumprir com a sua função, porque mesmo com todas as dificuldades, ainda mantém as regras estabelecidas e a fazem ser cumpridas no ambiente escolar, diferente de muitas famílias, que por ter uma relação mais afetiva deixa de exigir mais dos seus filhos, muitas vezes por não saber, ou mesmo por negligenciar sua função. Desta forma, tanto a escola quanto a família, têm a função comum de preparar o indivíduo para atuar na sociedade.

Levando-se em consideração todos esses aspectos, entende-se que é na infância que aprende a respeitar normas, regras, e, assim, se tornar um bom cidadão, cidadão esse, que deve ser capaz de atuarem qualquer área da vida em sociedade, um cidadão que não ofereça a sociedade a desordem. A sociedade espera que os indivíduos estejam prontos a respeitar regras por ela estabelecidas, caso contrário, sofrerá punições.

3. INFLUÊNCIA ESCOLA/FAMÍLIA

De acordo com o Estado, a escola e a família constituem as instituições fundamentais na vida do indivíduo, quanto ao seu crescimento, evolução físico, intelectual e social e compara-se somente ao próprio Estado.

O indivíduo ao nascer, automaticamente se insere na sociedade, da qual, dotada de uma cultura que a constitui, carrega em si valores, crenças, morais, ideias, religiões que influencia no comportamento dos mesmos. Por isso, ao se ter transformações sociais, tem-se transformações desses itens, de comportamento, olhar sobre o mundo, etc., seguindo também e remodelando as relações e forma de funcionamento nas famílias e ambiente escolar.

Atualmente, com o advento da busca pelos direitos iguais, a mulher que antes dependia do homem para sobreviver, hoje experimenta a liberdade de se inserir no mercado de trabalho e optando muitas vezes por permanecer solteira, em vez de constituir uma família. Além disso, vemos que os papéis de cada indivíduo dentro da família têm passado por atualizações (Dessen & Polonia 2007). O pai já não é mais fonte do sustento, a mãe não é a única a cuidar dos filhos.

Outrossim, Nogueira (2006, p. 159) aponta:

No que tange à família ocidental, característica dos países industrializados, um rápido balanço demográfico de suas principais mudanças inclui: a) diminuição do número de casamentos, em benefício de novas formas de conjugalidade (em particular, as uniões livres); b) elevações constantes da idade de casamento (e de procriação); c) diversificação dos arranjos familiares com a difusão de novos tipos de famílias (monoparentais, recompostas, monossexuais); d) limitação da prole, associada à generalização do trabalho feminino, ao avanço das técnicas de contracepção e às mudanças nas mentalidades. Se, no passado, a procriação constituía a finalidade principal (e “natural”) do casamento – e altas taxas de mortalidade infantil tornavam incerta a sobrevivência de um filho –, na contemporaneidade, ter ou não ter filhos torna-se uma deliberação do casal que agora detém meios de controlar o tamanho da prole e o momento de procriação.

Com todas essas mudanças ocorridas na família, pai e mães que trabalham, famílias com novas estruturas, atividades extras realizadas pelos cônjuges para sustento da casa, acabam por

interferir na forma de criação, educação dos filhos. Em atenção, a escola tem passado por adaptações a fim de que consiga a participação dos pais na vida escolar dos filhos. Pretende-se a partir dessa inclusão, fazer com que os pais percebam a importância de sua presença no processo educativo do filho e se sintam à vontade para essa intervenção. Até porque, segundo Nogueira(2006, p. 161):

Os pais tornam-se, assim, os responsáveis pelos êxitos e fracassos (escolares, profissionais) dos filhos, tomando para si a tarefa de instalá-los da melhor forma possível na sociedade. Para isso, mobilizam um conjunto de estratégias visando elevar ao máximo a competitividade e as chances de sucesso do filho, sobretudo face ao sistema escolar – o qual, por sua vez, ganha importância crescente como instância de legitimação individual e de definição dos destinos ocupacionais.

A frequência na escola compreende uma continuação dos ensinamentos da criança, sua aprendizagem, por sua vez, para ter sucesso, dependerá de alguém que acompanhe esse processo. Por isso, Paro (2007) ressalta que a escola carrega em si a responsabilidade pela educação da criança, tanto quanto os pais.

Almeida (2014, pp. 22-23) lista cinco tipos de envolvimento dos quais os pais e as famílias podem estabelecer:

TIPO 1: OBRIGAÇÕES ESSENCIAIS DOS PAIS: Reflete as ações e atitudes das famílias ligadas ao desenvolvimento integral da criança e a promoção da saúde, proteção e repertórios evolutivos. Além da capacidade de atender às demandas da criança, considerando sua etapa de desenvolvimento para inserção na escolarização formal, é tarefa da família criar um ambiente propício para a aprendizagem escolar, incluindo a comportamento sistemático e orientações contínuas em relação aos hábitos de estudos e as tarefas escolares. **TIPO 2: OBRIGAÇÕES ESSENCIAIS DA ESCOLA:** Retrata as diferentes formas e estratégias adotadas pela escola com intuito de apresentar e discutir os tipos de programas existentes na escola e evidenciar os progressos da criança, em diferentes níveis, para os pais ou responsáveis, a explicitação das normas adotadas, do funcionamento geral da escola, dos métodos de ensino e de avaliação e abertura de espaços, onde os pais possam participar ativamente e

dar suas opções sobre estes tema é estratégico. TIPO 3: ENVOLVIMENTO DOS PAIS EM ATIVIDADES DE COLABORAÇÃO NA ESCOLA Refere-sea como os pais trabalham com aequipe da direção no que concerne ao funcionamento da escola com um todo, isto é, em programações , reuniões, eventos culturais, atividades extracurriculares e etc. este tipo de envolvimento viso auxiliar, professores, orientadores, coordenadores e apoio pedagógico em suas atividades especificas, que mediante ajuda direta, em sala de aula, que na preparação de atividades ligadas às festa. TIPO 4: ENVOLVIMENTO DOS PAIS EM ATIVIDADES QUE AFETAM A APRENDIZAGEM E APROVEITAMENTO ESCOLA, EM CASA. Caracteriza-se pelo emprego de mecanismo e estratégia que os pais utilizam para acompanhar as tarefas escolares, agendo como tutores, monitores e/ou mediadores, atuando de forma independente ou sob a orientação do professor. TIPO5: ENVOLVIMENTO DOS PAIS NO PROJETO POLÍTICO DA ESCOLA: Reflete a participação afetiva dos pais na tomada de decisão quanto às metas e aos projetos da escola. Retrata os diferentes tipos de organização, desde o estabelecimento do colegiado e da associação de pais e mestres até intervenções na política local e regional.

De toda forma, o envolvimento dos pais repercute de maneira positiva quando se trata do desenvolvimento escolar das crianças, ainda mais, ajuda assegurar que seus deveres como cidadãos estão sendo pontuados de modo a colaborar para uma boa convivência em sociedade. Até porque, o próprio aluno ao perceber comprometimento dos pais e da escola, e o espaço de cada um no seu processo educativo poderá compreender melhor como é feito um trabalho democrático, como são resolvidas situações de conflito, como vivemem.

4. METODOLOGIA

A família é de fundamental importância para o desenvolvimento da aprendizagem da criança, pois aquela que não tem acompanhamento por parte da família (pais) ou responsáveis apresenta obstáculos relacionados a vinculação afetiva, causando prejuízo escolar, quando falta ao educando um ambiente familiar saudável e equilibrado, no qual conviva com uma desestrutura familiar, ele tende a se deixar levar pelo impulso em direção da irresponsabilidade ou inconstância, gerando ações inadequadas e insensatas que prejudicam desde seu aprendizado até a formação do seu caráter e da sua personalidade.

A desestruturação familiar nesta comunidade escolar é responsabilizada, não apenas por não dá assistência ao aluno no sentido de não oferecer o acompanhamento individualizado nas tarefas escolares que a escola não pode dar, mas também por contribuir para o desinteresse do aluno na medida em que não estimula nem cobra dos filhos um bom desempenho escolar. É compreensível que para a família seja inviável estar presente constantemente na escola do filho, ou ciente de sua caminhada escolar; no entanto, não se pode justificar a ausência pela indisponibilidade de tempo, pois é de fundamental importância a presença da família apoiando a criança no seu desenvolvimento estudantil. Deste modo a investigação é norteada pela pergunta geral: Por que a desestrutura familiar influencia no processo de aprendizagem dos discentes na escola Albertina Fiorotti Moreira?

- 1- Quais os fatores mais importantes neste contexto escolar?
- 2- Quais os aspectos causados pela desestrutura familiar na aprendizagem do aluno?
- 3- Quais são as intervenções escolares em que a família participe com os seus filhos em momentos sociais promovido pela escola?

4.1. Objetivos da pesquisa

4.1.1 Objetivo geral:

Analisar a influência que a desestruturação familiar tem na comunidade estudantil da Escola Albertina Fiorotti Moreira, ano 2018.

4.1.2. Objetivos específicos:

- 1- Identificar fatores que tornam importante a presença da família no contexto escolar Albertina Fiorotti Moreira, ano 2018.
- 2- Descrever as consequências que a desestrutura familiar produz na aprendizagem do aluno.
- 3- Comparar o número de famílias desestruturadas como índice de reprovação dos alunos durante o ano letivo de 2017.

4.2. Desenho Metodológico

Na presente pesquisa, optamos pela metodologia não experimental, descritiva de corte transversal com enfoque misto, onde são apresentados dados quantitativos e qualitativos. Optamos pela pesquisa não experimental, devido ao fato de que “não envolveu manipulação nem tentativa de estabelecer relações de causa-efeito nas variáveis investigadas” (Hernández Sampieri, Collado e Lúcio, 2010, p. 149 – tradução).

A pesquisa é empírica, na qual as variáveis independentes não se manipulam porque já aconteceram. “Inferências sobre as relações entre variáveis são feitas sem intervenção direta ou influência, e essas relações são observadas como ocorreram em seu contexto natural” (Hernández Sampierietal. 2010, p.150). Ou seja, por se encontrarem prontas, as variáveis que serão utilizadas, não serão necessárias passarem por processos de transformações, bastará apenas analisá-las de forma contextual, isto é, do lugar onde foram concebidas.

Assim, concluímos que a pesquisa não experimental é a escolha mais adequada ao nosso trabalho, pois são tratados como objetos de pesquisa fenômenos reais, é, portanto uma investigação do pesquisador por algo real, interpretável e compreendido de acordo com os acontecimentos e significados disponibilizados.

Quando a investigação se realiza dentro do campo da conduta humana, se examina e se descreve de forma sistemática os fenômenos dos meios sociais, por isso, escolhemos a pesquisa de corte transversal. Também, consideramos o enfoque investigativo, pois, é a melhor maneira

de classificação, seja por sequências temporais, ou dos instantes em que são coletados os dados dos participantes.

Conforme Alvarenga (2012, p 40):

Os objetivos desse tipo de investigação são descrever situações. Estão direcionados a determinar como são ou como se manifestam as variáveis em uma determinada situação. Procuram descrever os fenômenos em estudo. A descrição pode ser mais ou menos profunda, se baseia na medição das variáveis. Pode-se formular variáveis explícitas ou não.

Hernández S., et al (2013), propõe para esse tipo de pesquisa, uma sistematização da qual procura-se observar o contexto no qual a pesquisa ocorre. Esta se dá de forma analítica a fim de registrar com frequência as ocorrências, nesse caso, no ambiente escolar, onde há diversos momentos em que se presenciaram o comportamento indisciplinar. Além disso, quais relações e conexões têm-se com as respectivas famílias dos alunos, suas convivências e afeições. Sendo assim, torna-se descritiva, pois apresentarão, sem dúvidas variáveis das quais poderão ser estudadas. Por razões de tempo, optamos pelo corte transversal, na coleta de dados, porque se coleta uma vez somente.

Hernández Sampieri et al. (2010), afirmam que esse tipo de pesquisa serve para analisar os dados e os resultados, inter-relacionados conforme o contexto da pesquisa ou de um momento, chegando a ser comparado com uma fotografia.

4.3. A Unidade de Análise e Participantes

A unidade de Análise: A pesquisa desenvolvida neste trabalho foi realizada na Escola da Rede Pública de Ensino, localizada na cidade de Porto Seguro – BA/Brasil. A instituição escolhida foi a Escola Municipal Albertina Fiorotti no período letivo de 2018, por se tratar de uma escola que já trabalha há alguns anos, conhecendo assim seus problemas junto a comunidade escolar, nesta instituição foram atendidas 75 crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais, nos períodos matutino e vespertino, sendo que em ambos os turnos foram oferecidos alimentação escolar aos alunos. As partes da escola são compostas por: 4 salas de aula, cozinha, 1 banheiro masculino, 1 banheiro feminino, 1 secretaria, área descoberta. O

quadro docente é composto por 4 professores, 1 auxiliar de classe têm-se além disso, 1 secretária e 1 diretora. Na presente pesquisa foi priorizado o ensino fundamental, primeira fase, pelo fato de, nesse momento específico, as crianças estarem ligadas intimamente com os laços familiares, mesmo que envolvam grandes conflitos e dúvidas, que despertam neles o desejo de estabelecer relacionamento com outras pessoas. Ademais, é nessa fase que a escola e pais devem estar atentos para qualquer mudança de comportamento dos filhos/alunos.

Os participantes: Os investigados nesta pesquisa foram para os cinco professores, um auxiliar educativo, quarenta e cinco alunos (3º, 4º e 5º do ensino fundamental) quarenta e cinco pais, pois, todos estão ligados à escola especificamente aos educandos.

Os alunos são todos residentes do bairro, o qual é periférico, em sua maioria de classe baixa, e residem próximo a escola, auxiliam seus pais nas tarefas domésticas e na confecção e venda de produtos artesanais na praia, por morarem numa cidade turística onde a renda familiar é proveniente deste comércio irregular. Quanto aos pais em sua maioria não possuem estudo fundamental, deste modo não possuem trabalho fixo e sua carga horária de trabalho chega a ultrapassar mais de dez horas de trabalho informal (bicos).

A escola não possui coordenador pedagógico, mesmo assim a gestora oferece a comunidade escolar atendimento atribuindo mais esse papel em sua carga horária de trabalho; a instituição escolar referida não passou pelo processo democrático na escolha da diretoria.

Entretanto os professores desta unidade escolar, são todos licenciados em pedagogia, com pós graduação em psicopedagogia, e auxiliar educativa encontra-se em processo de finalização do curso de pedagogia.

4.4. Procedimentos de Coletas de Dados

Disponibilizamos as informações coletadas em forma de questionário, é por isso que o enfoque quantitativo contribuirá de forma significativa para o nosso trabalho. Aplicamos os questionários aos professores, alunos, auxiliar educativo e pais, além de estar atentos, observando os profissionais da Escola Albertina Fiorotti Moreira, localizado na cidade de Porto Seguro – Bahia/Brasil, como: atitudes, discursos e procedências a fim de que esses dados contribuam na nossa conclusão.

O questionário é conceituado por Gil (2008) como um conjunto de perguntas que devem ser respondidas pelos pesquisados. É geralmente escolhido, pois se trata de uma maneira rápida de se obter informações sem que se identifique os participantes, além dos diversos modos que podem ser aplicados.

Além disso, a aplicação desses questionários, em sua maioria, se dá de modo coletivo, sendo que, as perguntas podem variar entre abertas e fechadas (Alvarenga, 2012; Hernández Sampieri et al. 2010).

As perguntas abertas são aquelas que permitem liberdade ilimitada de respostas ao informante. Nelas poderá ser utilizada linguagem própria do respondente. Elas trazem a vantagem de não haver influência das respostas pré-estabelecidas pelo pesquisador, pois o informante escreverá aquilo que lhe vier à mente (Chaer, Diniz e Ribeiro, 2011, p. 262)

O questionário aberto é uma escolha que os pesquisadores fazem quando pretendem deixar seus participantes livres para se expressarem, levando em consideração sua vivência (Alvarenga, 2012, p.78). Por outro lado, as perguntas fechadas podem apresentar algumas opções de escolha para serem respondidas. São elas:

Perguntas nas quais são apresentadas aos autores duas opções, ou um leque de possibilidade de respostas, das opções, o interrogado escolherá a mais adequada para responder a cada item. São respostas pré codificadas [...] As perguntas fechadas podem ser dicotômicas ou de múltipla escolha.

Outrossim, as perguntas fechadas são consideradas como “perguntas estruturadas”, até porque faz-se possível através delas tabular as informações, de forma facilitada, as quais os candidatos escolheram como respostas.

Dado ao nosso objetivo, que é estudar as características de um grupo, foi definido, além disso, que nossa pesquisa se configura como descritiva, por estar classificada entre as técnicas padronizadas de coletas de dado.

Por este trabalho optar por métodos investigativos que oferece possibilidades de escolha vasta para o uso da instrumentalização na coleta de dados, optamos por utilizar o questionário semiestruturado para aplicação direcionada aos professores e auxiliar educativot; o questionário estruturado aos alunos e pais da referida escola.

De acordo com Ribeiro (2008), o questionário carrega pontos negativos e positivos. Os pontos fortes são que ele garante o anonimato de quem o responde; as questões são objetivas, portanto, fáceis de se pontuar, também, a possibilidade de padronizá-las torna-as uniformes; dá a possibilidade de as pessoas terem um tempo maior para responderem as perguntas; facilidade de converter as respostas para outros arquivos e tem um custo razoável.

A escolha do questionário neste trabalho foi pensada como uma das técnicas adotada para coletar a opinião dos alunos, professores e auxiliares educativo. Esse, pode ser definido como:

a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (Gil, 2008, p. 121).

Como mencionado anteriormente, essa técnica de coleta de dados foi escolhida por ser de baixo custo e também muito importante na pesquisa científica, especialmente nas ciências sociais, por não expor os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Como complemento, trazemos as vantagens apresentadas pelo questionário por alguns autores, como Marconi e Lakatos (1999) e Hair, Babin, Money e Samouel (2004). Segundo os mesmos, há uma economia do tempo ao utilizar o questionário, seguido de uma facilitação no deslocamento para ambas as partes. Um grande número de dados é apresentado peloquestionário e alcança simultaneamente um grupo grande de participantes, abrangendo, portanto, umavastaárea geográfica, sem precisar que o pesquisador esteja em campo. As respostas são obtidas de maneira rápida e precisa, sem que os participantes sejam identificados. O pesquisador não exerce influências sobre o pesquisado, até porque este responde seu questionário no momento que achar mais adequado, assim a avaliação dispõe de maior uniformidade.

Acrescenta Hair et al. (2004), que os questionários podem apresentar perguntas abertas e fechadas para professores, pais e auxiliares e perguntas fechadas para os alunos.

Encontra-se nas perguntas abertas, geralmente, uma maior facilidade para se elaborar, também não se restringe a resposta. Na pergunta fechada, tem-se uma maior dificuldade na sua elaboração, até porque o pesquisador também precisa dispor as possíveis respostas, forçando o participante a escolher as respostas ali apresentadas.

Algumas das principais vantagens de um questionário é que nem sempre é necessário a presença do pesquisador para que o informante responda as questões. Além disso, o questionário consegue atingir várias pessoas ao mesmo tempo obtendo um grande número de dados, podendo abranger uma área geográfica mais ampla se for este o objetivo da pesquisa. Ele garante também uma maior liberdade das respostas em razão do anonimato, evitando vieses potenciais do entrevistador. Geralmente, através do questionário, obtêm-se respostas rápidas e precisas (Boni e Quaresma, 2005, p.74)

Além da aplicação do questionário, foi realizada a observação sistemática dos profissionais da educação no ambiente escolar, suas atitudes, discursos e procedimentos em sala de aula. Entende-se que a observação é um procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados e é vital para qualquer tipo ou modalidade de pesquisa.

É uma técnica que possibilita recolher informações a partir da convivência entre os participantes e pesquisadores, numa troca mútua de experiências, através do olhar, sentir, falar, portanto, é no compartilhar do ambiente, das experiências que a observação acontece (Fernandes, 2011).

O emprego da técnica de Observação Participante demanda do pesquisador a utilização de recursos dos mais variados. Imediatamente nos damos conta de que, como vimos se é necessária a presença do pesquisador no campo, no momento e nas condições em que as relações se manifestam o primeiro recurso disponível ao pesquisador no desenvolvimento de seu trabalho é o seu próprio corpo. A interatividade e interação como meio que nos cerca somente podem ocorrer pelo uso dos nossos sentidos básicos: principalmente o tato, a audição, a visão, sem esquecer o olfato e o paladar, em menor escala, que, soma dos aos outros sentidos, nos permitem ter o que chamamos de percepção, gostos e sensações, tanto de base físico-orgânica quanto emocional (Fernandes, 2011, pp. 264-265).

O diário de campo para Fernandes (2011) também constitui um importante elemento, definido como necessário a escolha da observação, pois ali será onde o pesquisador registrará suas informações coletadas, para após analisá-las. Dentre todas as pontuações, pode-se concluir

que a escolha pela observação dos participantes de determinada pesquisa envolve cuidados necessários.

Além do mais, pode ser uma boa ou ruim experiência, são modos aos quais todos estão expostos ao se submeterem a esse tipo de instrumento.

4.5. Processo de Validação Instrumental

A validação dos instrumentos de pesquisa se torna importante para que garanta a permissão e exploração dos aspectos essenciais de acordo com o objetivo da pesquisa, está validação foi feita inicialmente por doutores acadêmicos, mostrando a importância em analisar e adequar as questões formuladas e os objetivos concernentes utilizados em cada uma delas, além de ser clara na elaboração da mesma, este processo ocorreu através de opções diferentes assinalados sendo correspondente as questões, que ao final foi aprovada pelos avaliadores.

No processo de validação, foi analisado os seguintes instrumentos: questionários estruturados para os alunos e questionários semi-estruturados para professores e pais. Sendo assim os aspectos introduzidos nestes questionários foram desenvolvidos com bastante clareza na linguagem e adequação a aplicação aos interrogados; deste modo a pesquisa encontrava-se de acordo os fundamentos teóricos científicos, com estratégias corretas, não havendo necessidade de modificação, havendo assim aceitação em mais de 80% de aprovação dos dados, conseqüentemente validado totalmente e aplicado como foi organizado.

5. ANÁLISE

5.1. Apresentação da Análise de Dados

Os dados descritos nesta pesquisa foram obtidos por meio da observação dos comportamentos dos alunos e das conversas com os auxiliares educativos e professores, acompanhado por um planejamento bem estruturado, que venha a apreciar todos os meios de coletas de dados, para apontar os relevantes fatores que influenciam na aprendizagem, ou a dificuldade, dos alunos da escola Albertina Fiorotti Moreira em Porto Seguro –Bahia.

No momento da aplicação dos questionários aos alunos, alguns apresentavam uma aparência triste, outros inquietos e até mesmo acanhados, os educandos que se deparavam com essa situação são filhos de pais separados e crianças criadas por outros parentes ou responsáveis e até mesmo aqueles em que os pais por algum contratempo não estavam presentes nas suas atividades, conseqüentemente, é verificado que uma família ausente ou ainda por terceiros sejam responsáveis pela educação, a criança reflete esses problemas nos seus sentimentos e na hora que tem que se relacionar com outras pessoas ficam inquietas, timidas ou até mesmo agressivas, o que é apurado é que uma família onde não transmite segurança, não há participação nas atividades dos filhos, essas crianças desenvolvem vários déficits de aprendizagem e no desenvolvimento social.

Em observação aos mestres, afirmam que a intuição escolar têm clamado que os pais de hoje têm deixado a responsabilidade de toda a educação para os professores não participando da vida escolar dos filhos, quando o pai ou responsável é chamado pela escola para saber o andamento do aluno, além de culparem a escola, não acreditam que o filho é capaz de fazer atos indisciplinares ou possuir baixo rendimento. Portanto essas atitudes danificam sua educação e aprendizagem escolar. Em relação aos pais ficou notório que estão mais ausentes por não haver tempo, o mundo de hoje tem cobrado e exigido muito de cada indivíduo, assim os pais estão deixando as suas casas para irem de encontro ao mercado de trabalho para que possam dar mais conforto e sustentabilidade aos seus filhos, contribuindo assim para que as crianças fiquem cada vez mais sozinhos ou na companhia de outras pessoas, e que os pais que são separados atribuem a responsabilidade de criar seus filhos para seus antecessores (avós, tias ou parente) que de forma avassaladora também são omissos quanto a aprendizagem dos alunos, prejudicando sua

descendência. Serão apresentados a seguir, respectivamente, de acordo com cada profissional da educação.

Respostas dos auxiliares de classe:

Quanto a participação da família tem-se que “sim! Vai ajudar na melhora e desempenho do aluno”.

Como devem ser a participação do pais “não precisa ir a escola todos os dias mas tem que deixar claro por filhos que eles acredita no trabalho da escola”; “pais não se manifestam interesse de ir a escola”.

O papel da escola para melhorar a situação da educação escolar entre os alunos e seus familiares.

“Através de reuniões pedagógicas, de projetos pedagógicos que aproxima a família do ambiente escolar e criando uma cultura de diálogo com os pais ou responsáveis.”

Respostas dos professores:

Em relação a falta de interesses dos alunos, apresentam que isso se deve a “falta de cobrança dos pais” portanto “os pais precisam arrumar tempo para ajudar os filhos”.

Além disso, trouxe como sugestão “trazendo a família como parceiros através dos projetos.”

Outro professor respondeu que “os alunos trazem atividades sem responder e sem justificativa. Portanto fica caracterizado a falta de interesse.” Por isso, “a participação da família é primordial.” “A família é a base para, de onde deve vir o interesse para o aluno se sentir motivado e seguro.” Quanto a escola e a integração da família, tem-se que podem ser feitos “projetos, reuniões, periódicos e palestras, que já está integrado ao projeto político pedagógico da escola”.

Além da observação ao questionário, e com base nele, na escola acontece o momento de A/C, que é uma carga horária destinada a discussões, revisões e produção de atividades

eplanejamentos de aula. Aproveitamos, durante a pesquisa, alguns desses momentos de A/C da escola para apresentar os resultados da pesquisa aos professores e educadores.

Foram quatro encontros ao todo, onde se discutiu como o ambiente familiar tem afetado o comportamento do aluno dessa unidade, também quais iniciativas a escola poderia aderir a fim de inferir e contribuir na mudança desse cenário.

Visando a construção de um cidadão ético, participativo e consciente dos seus direitos e deveres, além de, repensar como atrair a presença dos pais na vida dos seus filhos no tocante a vida escolar.

Após esses momentos, chegamos a conclusão de que se deveria ter um dia destinado ao encontro de pais, filhos e educadores.

Como propósito, definimos que estes deveriam juntos participar de atividades coletivas, esportivas e de ajuda aos filhos em suas dificuldades quanto aos conteúdos que os mesmos tinham mais dificuldade.

Alguns pais por serem analfabetos não puderam ajudar muito nesse quesito, mas aproveitaram para aprender um pouco.

Os que conseguiam, acompanhavam seus filhos em algumas atividades e assim conseguimos que eles passassem um tempo juntos e os pais pudessem acompanhar o desenvolvimento escolar de seus filhos.

Essa foi uma iniciativa que deu certo e já se encontra em seu terceiro ano em atividade. Foi interessante perceber a participação de todos, validando uma das teorias estudadas que nos diz que uma boa escola é democrática, dá voz a todos, e assim foi.

5.2. Dados

5.2.1 Dados do questionário

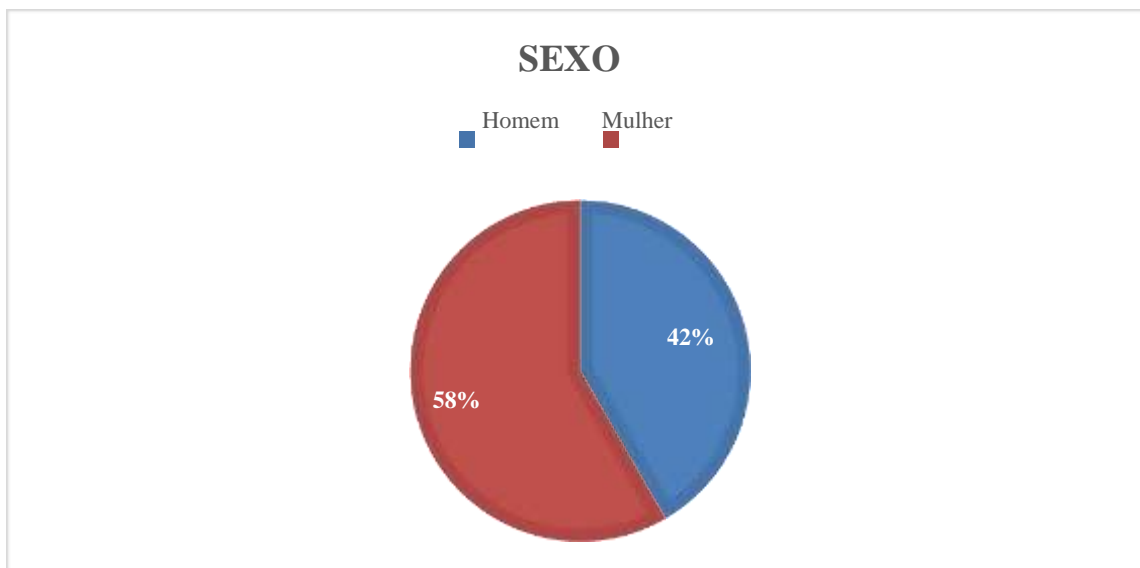
Escolhemos como um dos instrumentos de coletas de dado, o questionário, para a presente pesquisa. Dessa forma, foi apresentado a escola como ocorreria tanto a pesquisa, sua

finalidade e interesse, como aplicação do questionário, assim, aplicamos aos alunos do 3º, 4º e 5º anos. Este questionário teve como objetivo principal atender o questionamento deste trabalho.

A seguir, apresentaremos então os dados quantitativos das respostas.

Número total de alunos das turmas por sexo

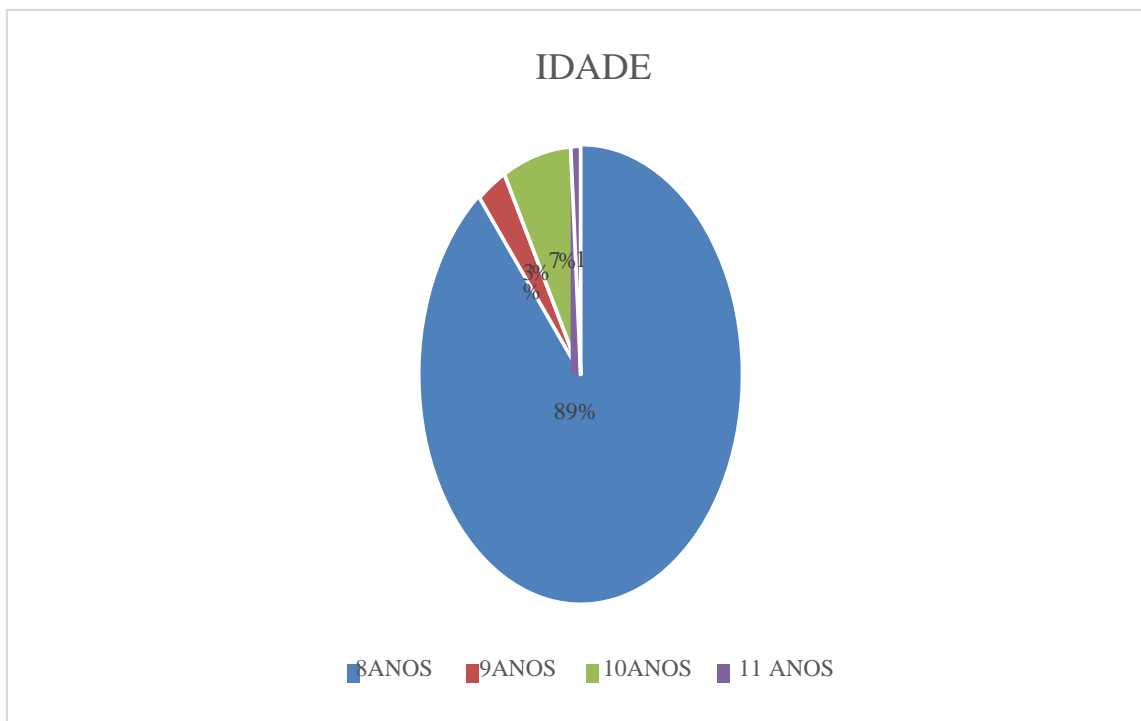
FIGURA N° 01: Número total de alunos das turmas por sexo



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A figura 1 apresenta a quantidade de alunos quais foram submetidos a pesquisa, bem como seu percentual por sexo. Conclui então que, 58% dos participantes da pesquisa são do sexo feminino e 42% são do sexo masculino.

FIGURA N° 02: Faixa etária dos alunos das quatro turmas pesquisadas.

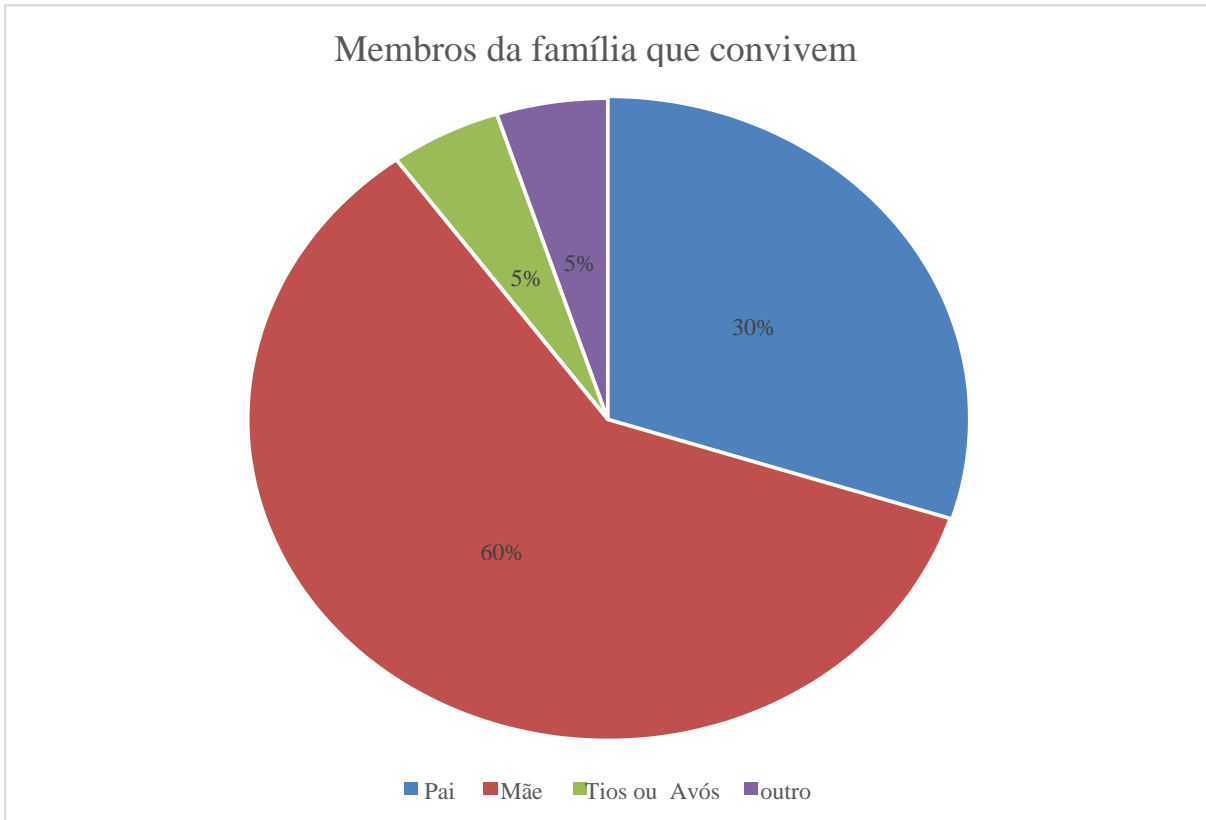


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Segundo a figura 2, a população observada varia entre 6 a 11 anos, sendo a idade de 8 anos predominante com 89% entre as turmas investigadas.

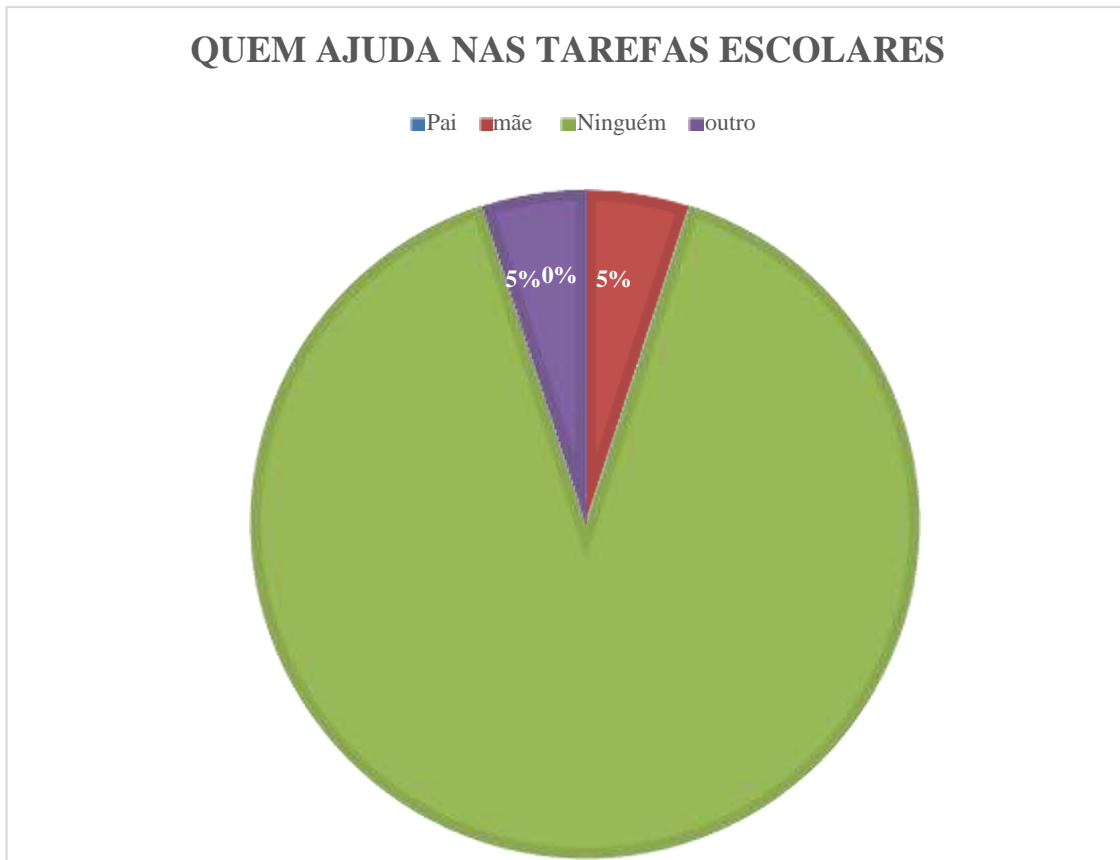
Segundo os dados da figura 3, a maioria dos alunos, no que diz respeito ao modelo familiar 60% convivem apenas com as mães, 30% com os pais.

FIGURA N° 03: Membros da família



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

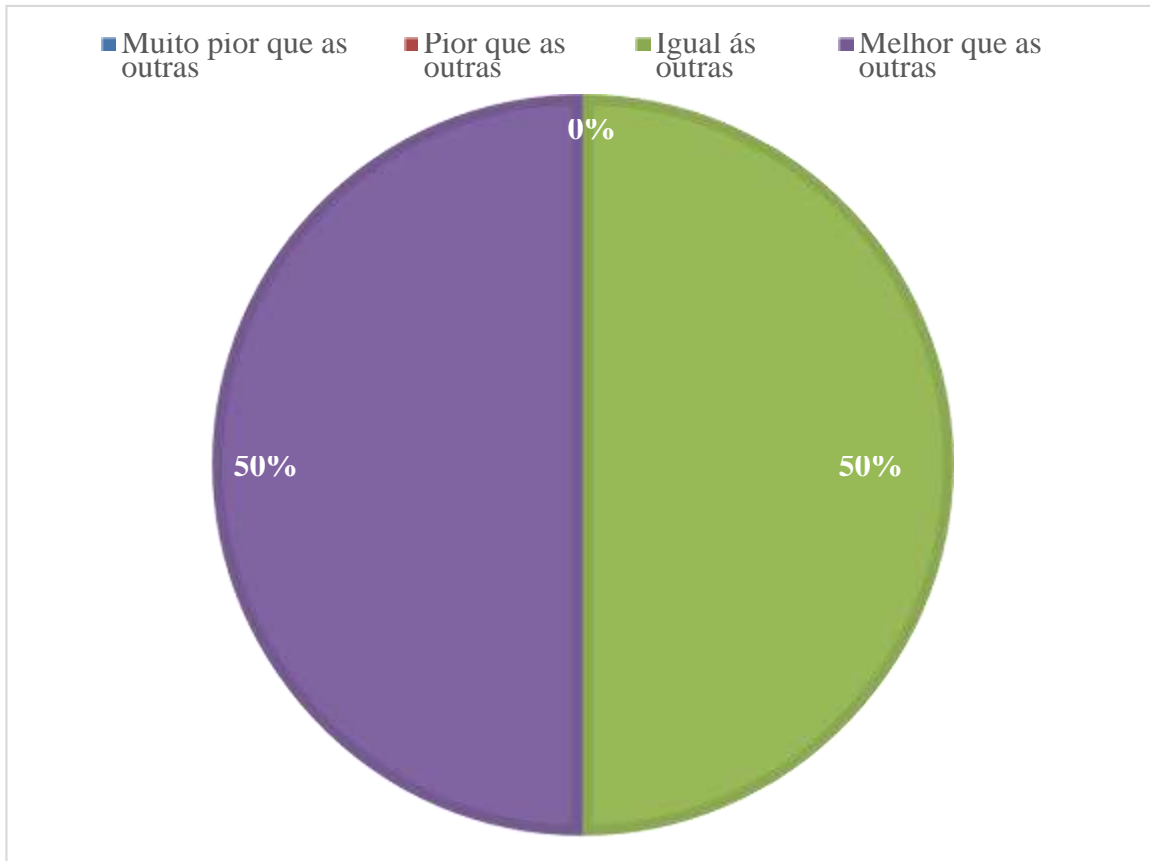
FIGURA N° 04: Apoio nas atividades escolares



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A figura 4 destina-se a pontuar a quantidade de alunos que recebem ajuda nas tarefas escolares, porém não houve evidência, o que justificou as afirmações dos professores, com relação as tarefas e a e a aprendizagem do aluno, restringindo-se apenas ao momento em que estão na escola.

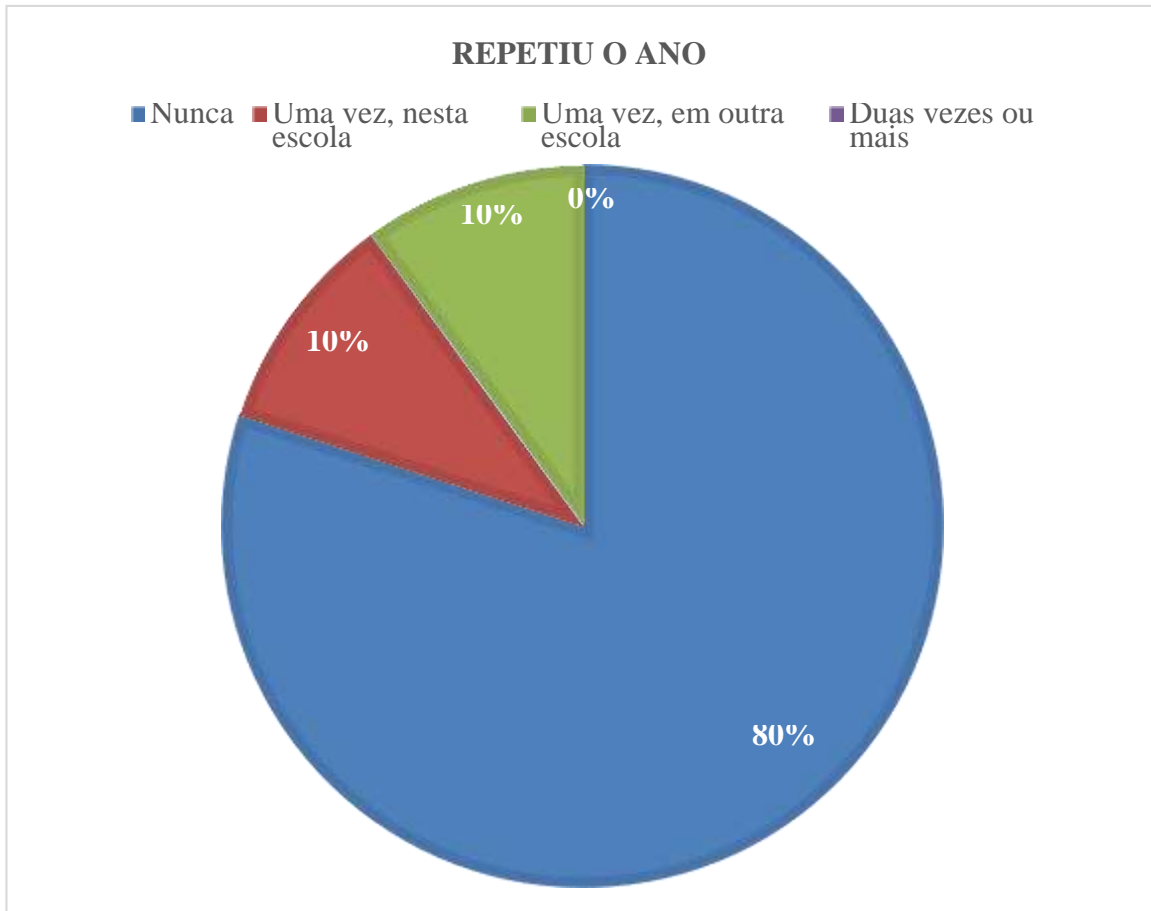
FIGURA Nº 05: Comparação com outras escolas



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Como mostra a figura 5, quando a escola é comparada com as demais escolas do município, à mesma não deixa a desejar, igualando a 50% com as demais.

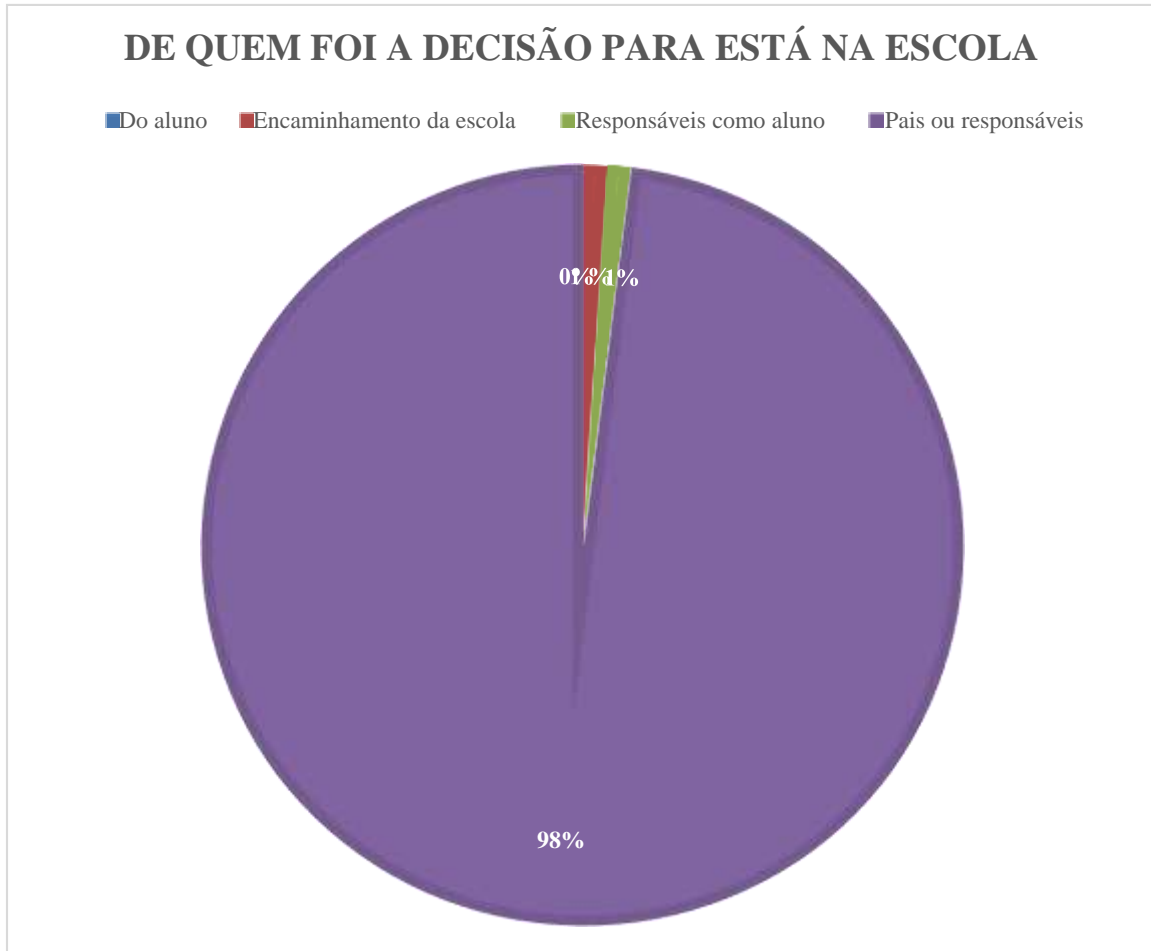
FIGURA Nº 06: Repetências



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Na figura 6, ver-se que 80% dos alunos na sua maioria nunca repetiram o ano.

FIGURA N° 07: Responsável pela escolha da escola pesquisada



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A figura 7 aponta que a decisão das crianças estudarem nessa escola foi em grande maioria dos pais e/ou seus responsáveis, totalizando 98%.

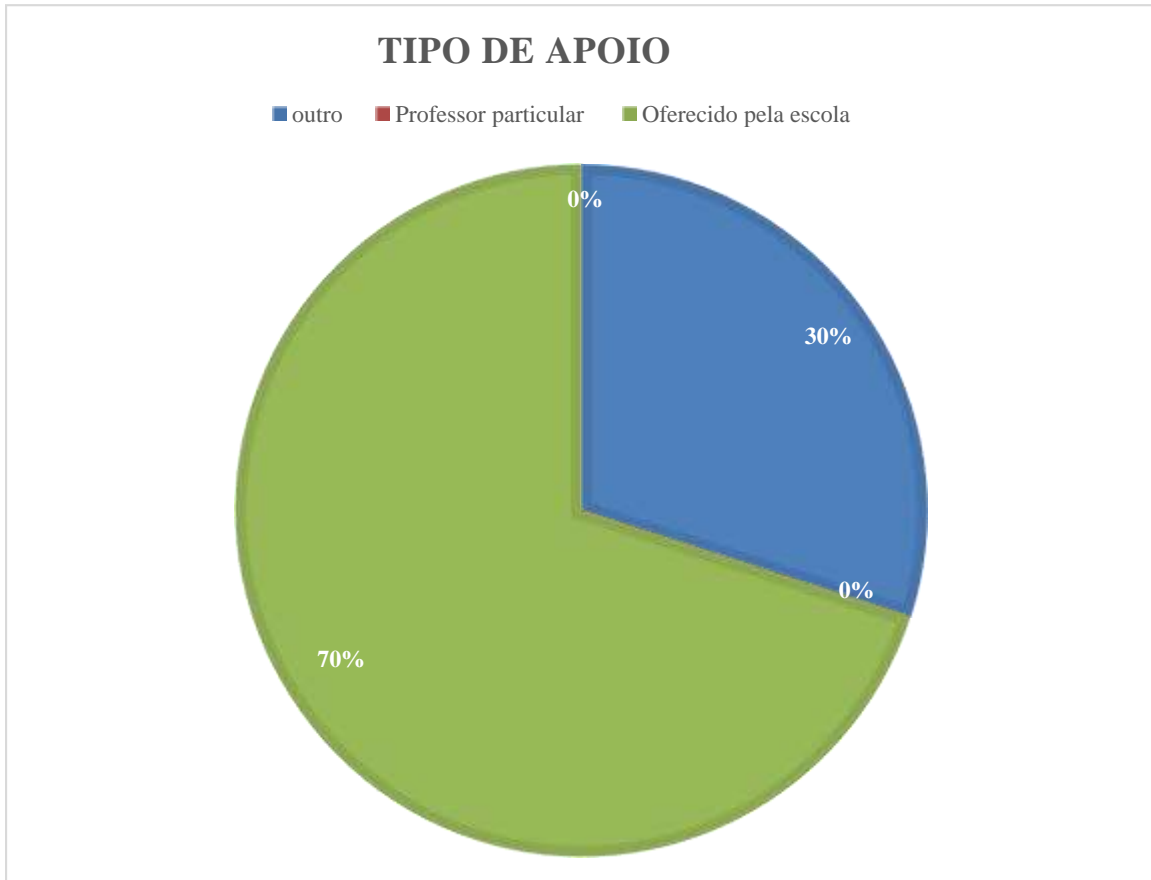
FIGURA N° 08: Apoio do corpo escolar



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Apurou-se, através da figura 8, que a necessidade de apoio escolar aos alunos é majoritariamente esporádica, episódica e eventual, ao passo que durante o ano inteiro apenas 20% dos alunos questionados, optaram pelo quesito.

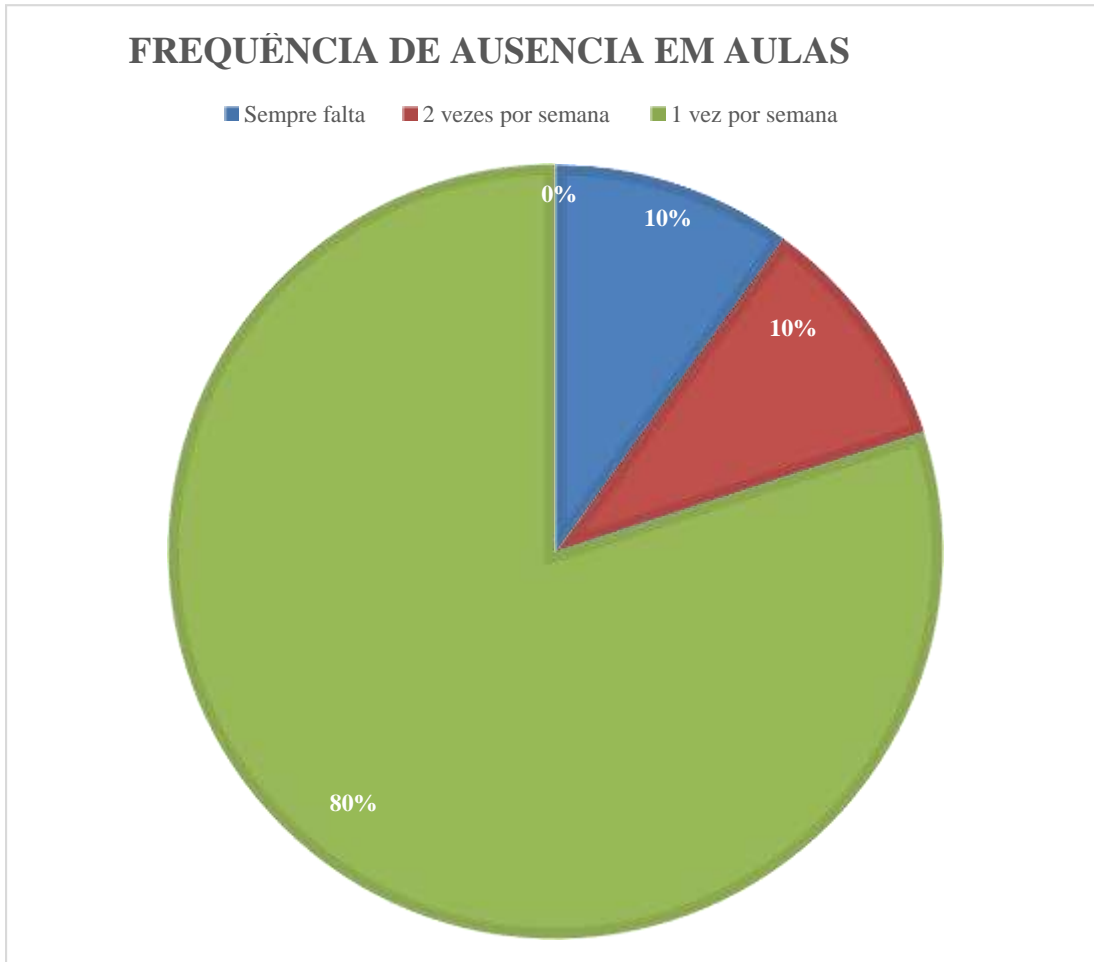
FIGURA N° 09: Apoio pedagógico



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O apoio oferecido pela escola e pelo corpo pedagógico da unidade escolar, visto na figura 9, é o mais evidenciado e outros tipos de apoio, deste modo 70% dos alunos participam deste apoio escolar.

FIGURA Nº 10: Frequência de Ausência em aulas



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Fica claro, na figura 10, que pelo menos uma vez por semana haverá falta por aluno, outros menos de 10% faltarão 2 vezes por semana e também há os que sempre faltam correspondendo aproximadamente 10%.

FIGURA Nº 11: Apoio no dia a dia escolar



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Na figura 11, em consonância com a figura 10, onde a escola é o maior incentivador dos alunos, temos o professor também como o maior incentivador para que o aluno tenha a responsabilidade de estudar fora do período escolar.

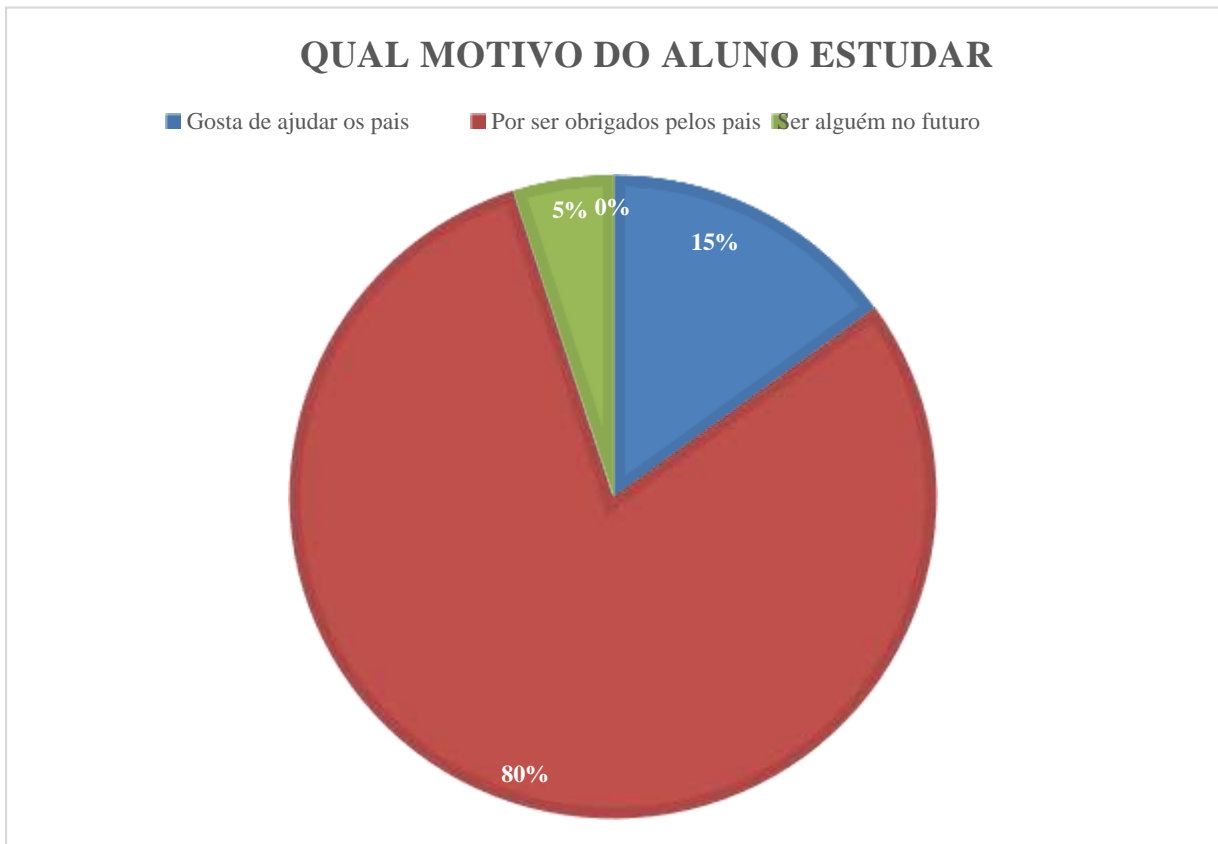
FIGURA Nº 12: Ajuda com atividades escolares



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A grande maioria dos responsáveis pelos alunos nunca ajudam nos estudos, de acordo com a figura 25% ajudam quando estão com notas baixas, e apenas 15% ajudam sempre que for necessário.

FIGURA N° 13: Motivos para se fazer presente na sala de aula



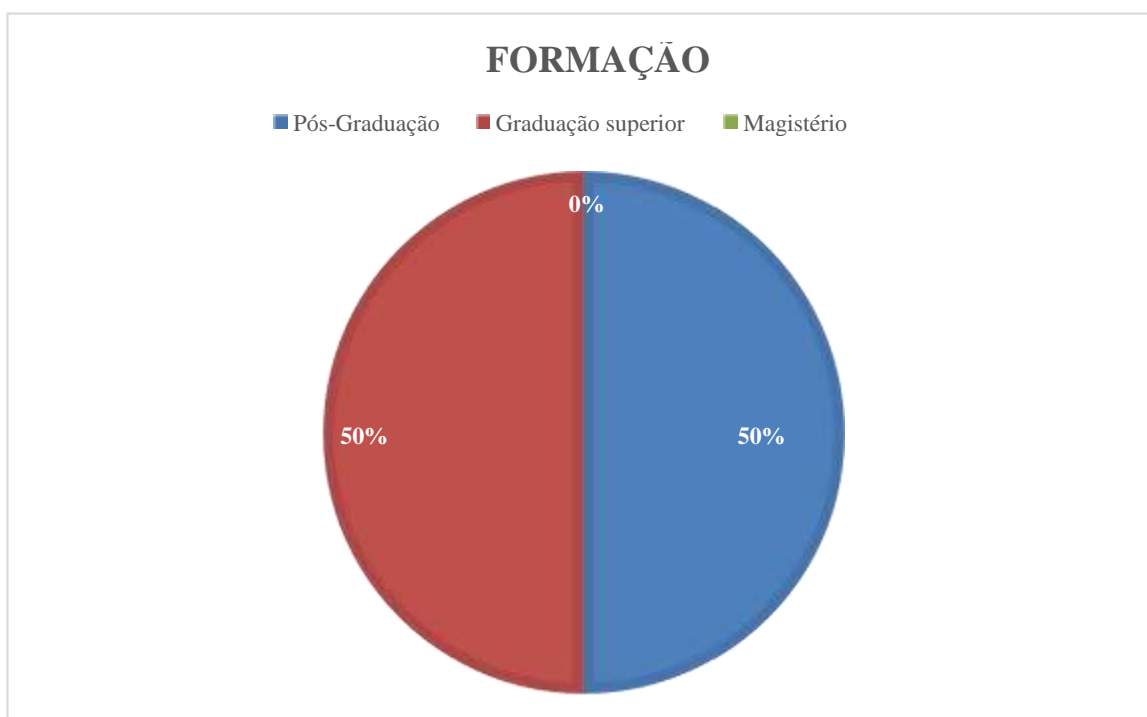
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os motivos apresentados na figura 13, os alunos em sua maioria são obrigados a estarem na escola pelos pais e responsáveis, seguidos muito proximamente de alunos que gostam de estudar e querem ajudar os pais, e apenas 5% querem ser “alguém” no futuro.

5.2.2 Análise dos dados dos questionários para professores

O questionário foi apresentado a escola e aplicado aos professores e auxiliares. Este questionário teve como objetivo principal de atender o questionamento deste trabalho.

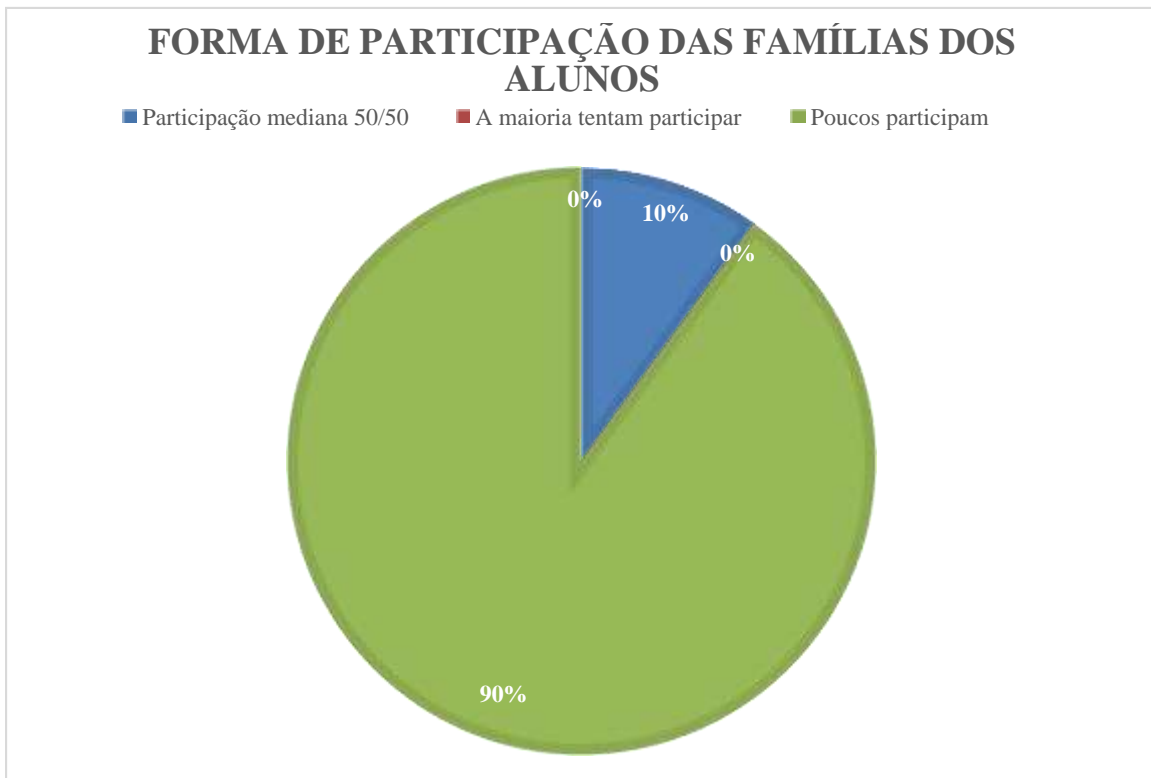
FIGURA Nº 14: Formação acadêmicos dos docentes



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Temos na figura 14, do questionário aos professores da Escola Albertina Fiorotti, que todos são graduados e com pós-graduação. O quadro geral compõe 50% Graduados e 50% Pós-graduados.

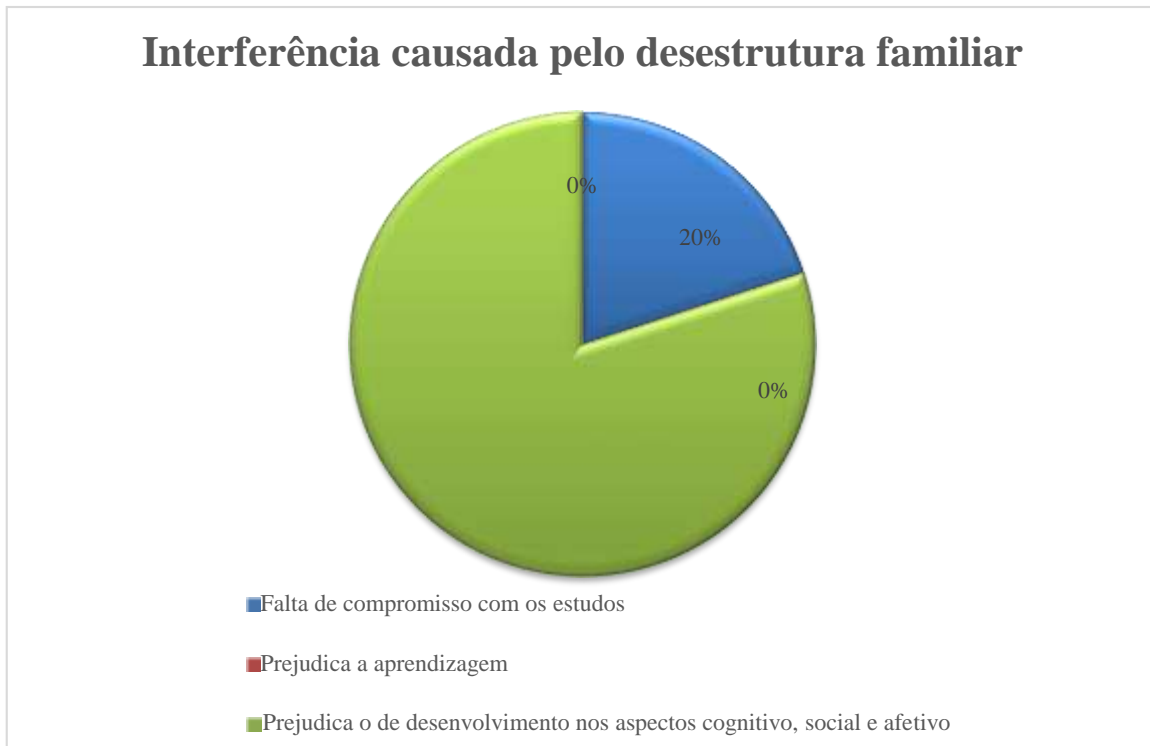
FIGURA Nº 15: Participação da família



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Apurou-se através deste quadro, apresentado na figura 15, poucas famílias dos alunos, desta unidade, participam das atividades oferecidas pela escola, dignosticando que 90% dos pais não participam da aprendizagem de seus filhos.

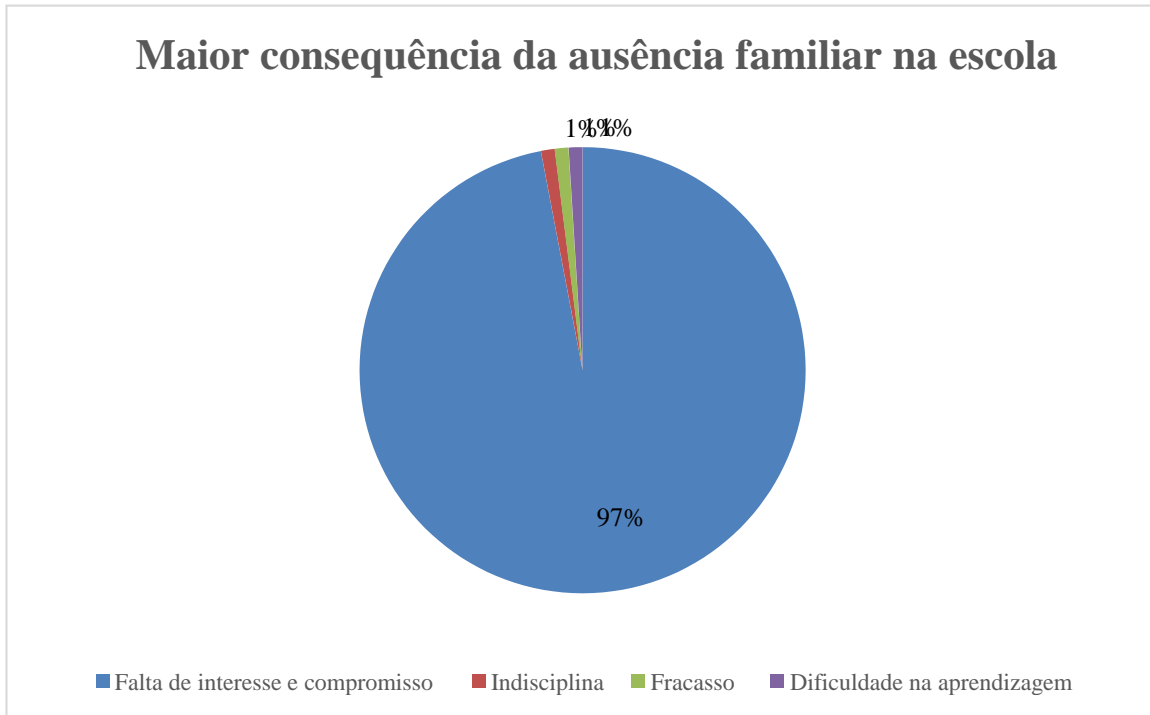
FIGURA N°16: Consequência da desestrutura familiar



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Na figura 16, são apresentados o quantitativo da interferência da desestruturação familiar e suas consequências. Tem-se que esse aspecto acarreta na falta de compromisso dos alunos, e tem como recorde o prejuízo ao desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dos alunos. Portanto, prejudica o ensino-aprendizagem.

FIGURA N° 17: Ausência familiar



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Na figura17, aponta-se que a maior consequência da ausência familiar na escola, isto é, na vida escolar dos alunos, é provocada pela falta de interesse e compromisso por parte de seus responsáveis.

FIGURA Nº 18: Preocupação com a aprendizagem por parte dos responsáveis



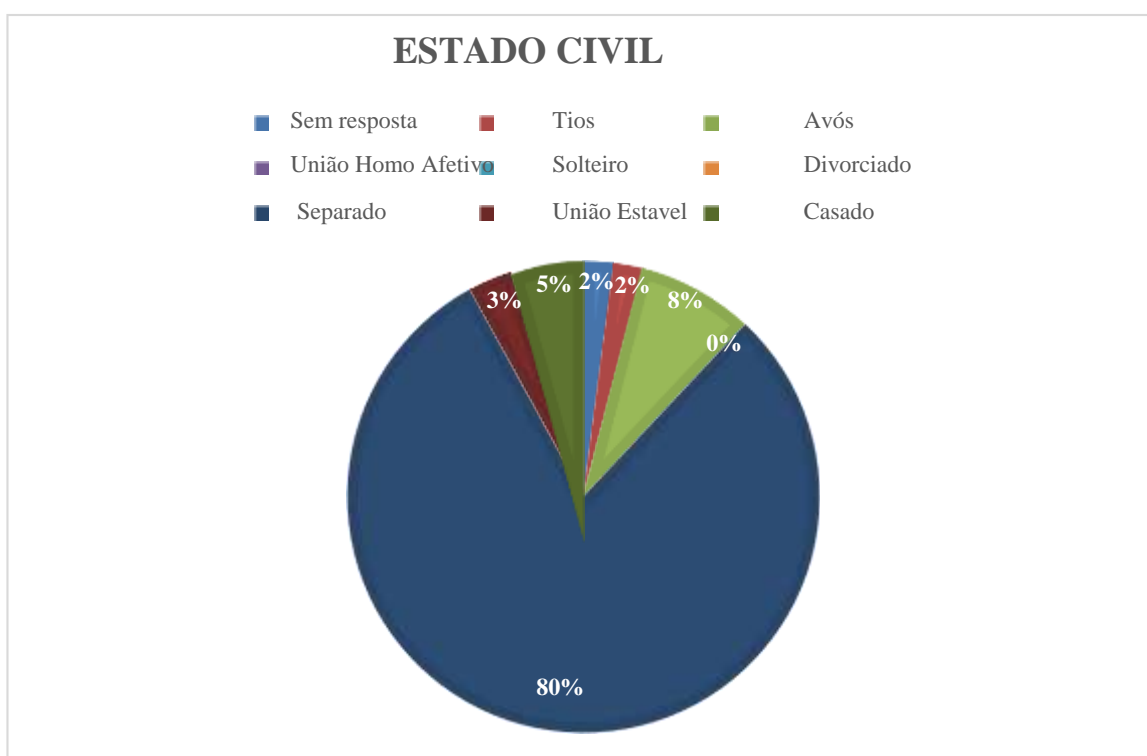
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Como visto na figura 18, de forma unanime, os professores responderam que poucos pais são responsáveis e estão preocupados com a aprendizagem dos filhos.

5.2.3 Análise dos dados dos questionários para pais

O questionário foi apresentado e aplicado aos pais desta escola a fim de contribuir com o objetivo principal deste trabalho.

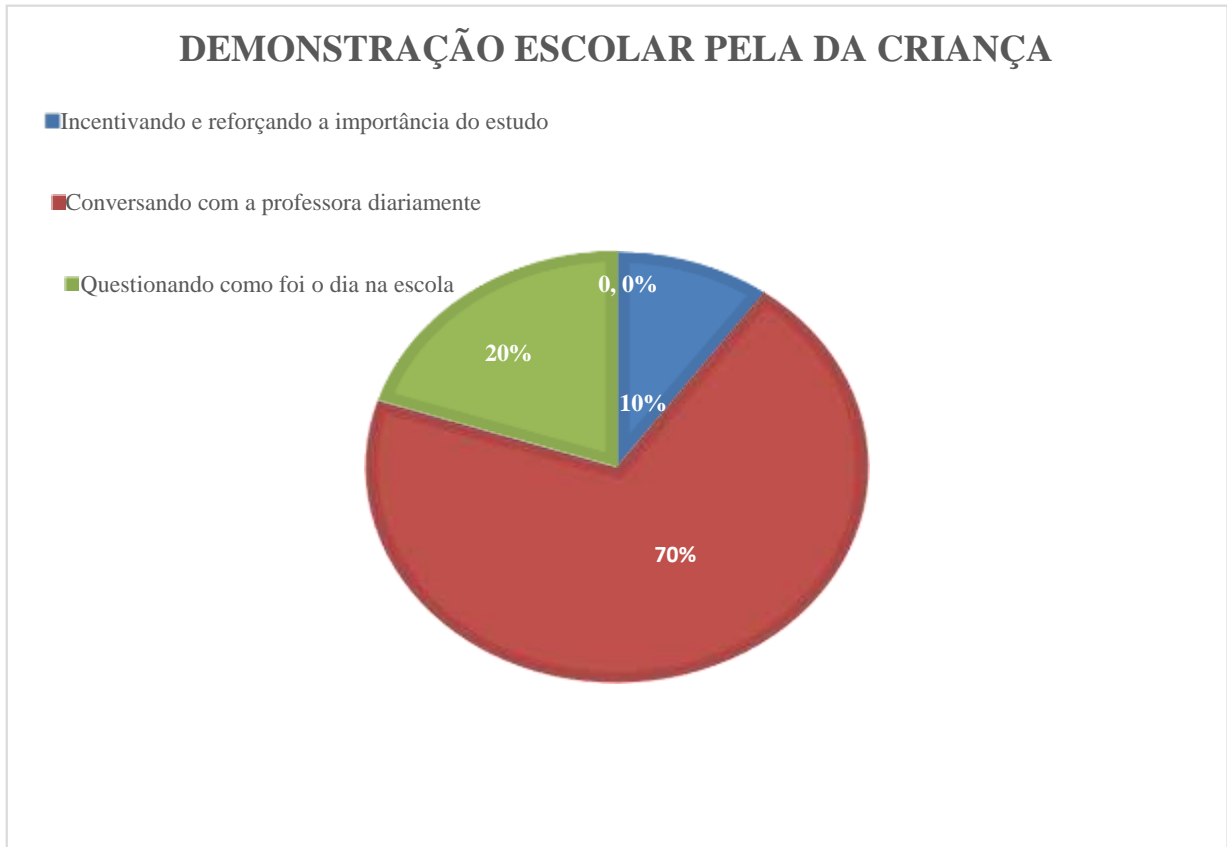
FIGURA N° 19: Estado civil dos pais



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A sociedade tem passado por várias transformações, entre elas a família, que tem encontrado resposta para seus problemas na separação. Não diferente, ao comparar com as respostas dos filhos, onde a maioria mora apenas com a mãe, visualiza-se na figura 19, que indica 80% dos pais são separados.

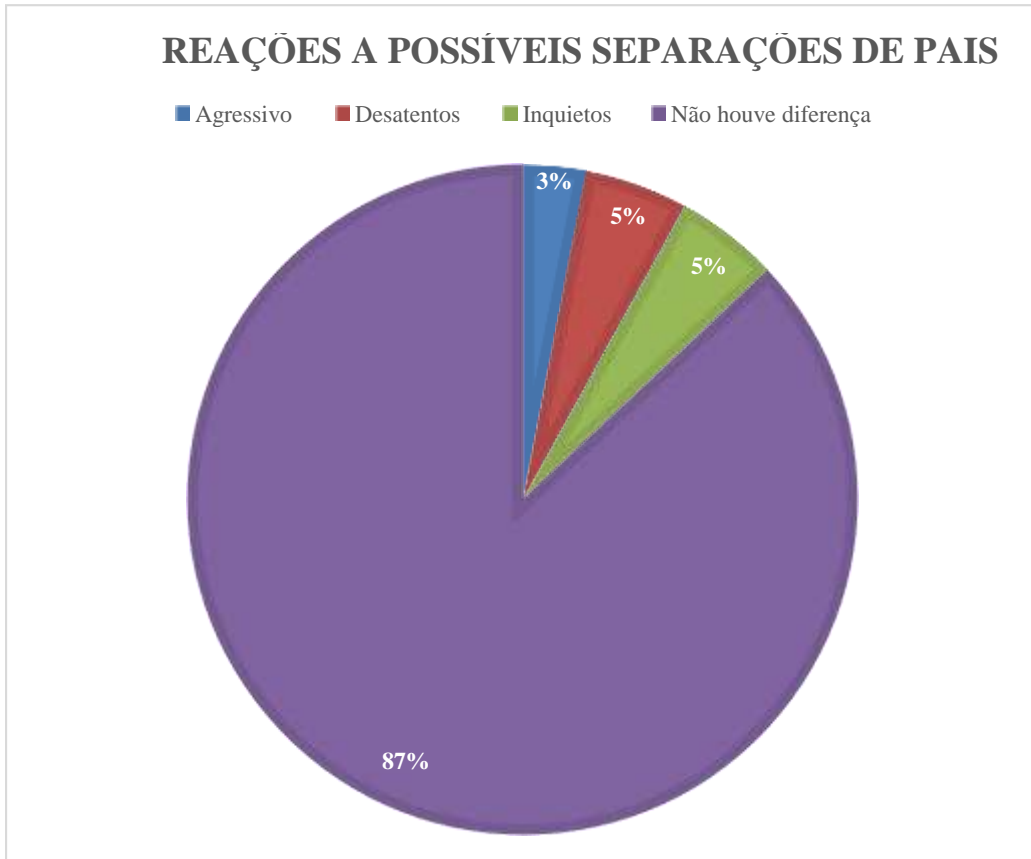
FIGURA Nº 20: Incentivos dos membros do corpo escolar



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Como demonstração de interesse pela vida escolar da criança, verifica-se na figura 20, que conversar com a professora diariamente tem maior evidência em 70%, seguido em 20% pelo questionamento da jornada escolar, e com menos incidência de 10%, o incentivo e reforço à importância na vida escolar.

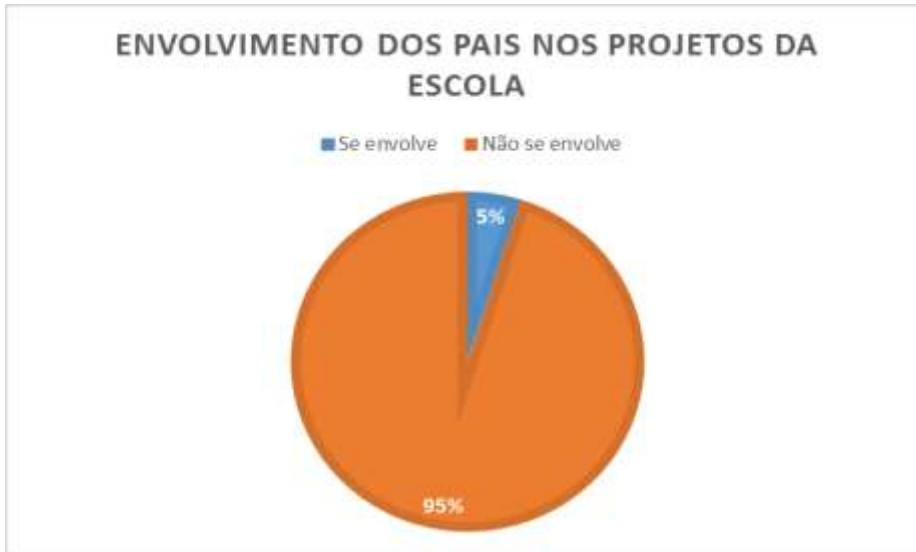
FIGURA Nº 21: Reações a possíveis separações de pais



Fonte: Dados da pesquisa 2019

O comportamento dos filhos após a separação dos pais, em sua maioria, segundo os dados da figura 21, não apresenta diferença, contudo o número de alunos inquietos e desatentos é bastante alto, inclusive em proporções iguais e uma minoria demonstra agressividade.

FIGURA Nº 22: Participação dos responsáveis



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A maioria esmagadora dos pais não se envolve com os projetos da escola como pode-se ver na figura 22, calcula-se 95%.

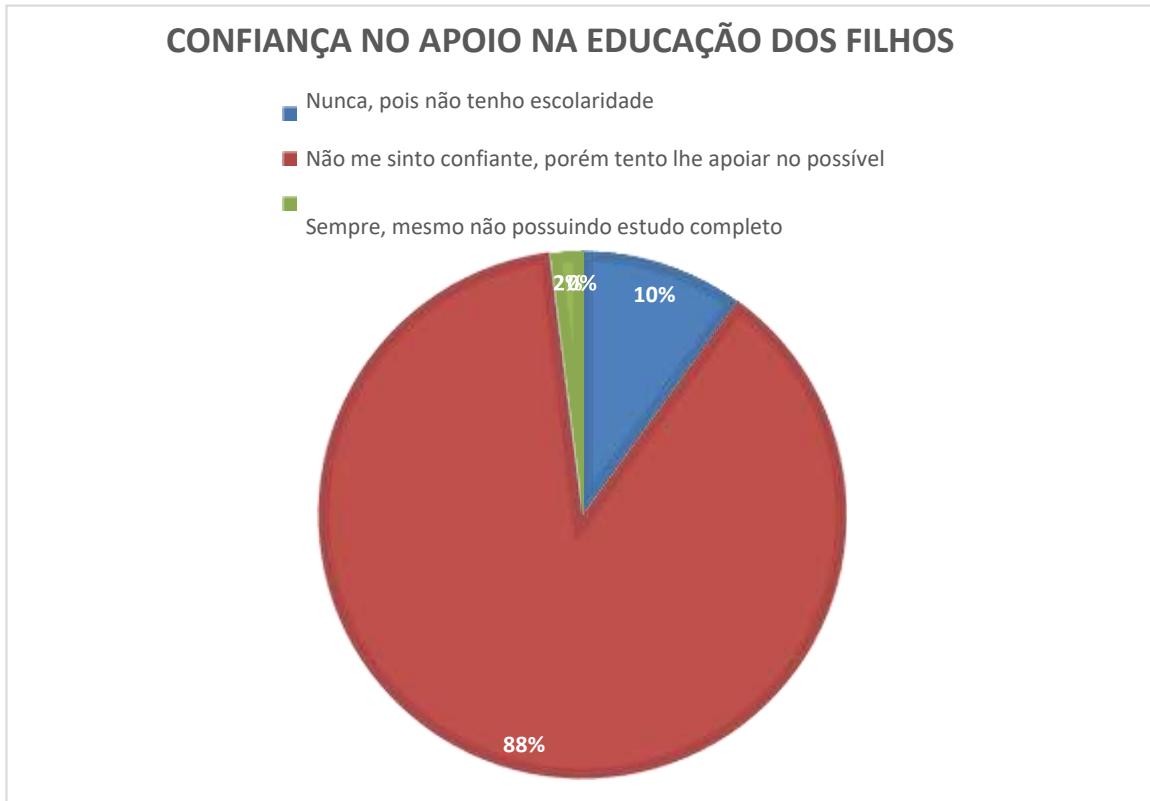
FIGURA N° 23: Interesse dos responsáveis



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O envolvimento dos pais na educação dos filhos, como demonstra a figura 23, se dá em maior escala quando a escola requisita ajuda dos mesmos 85%, seguido de sempre que solicitado 10%, e, por fim, 5% apresenta que as tarefas cotidianas impedem este envolvimento.

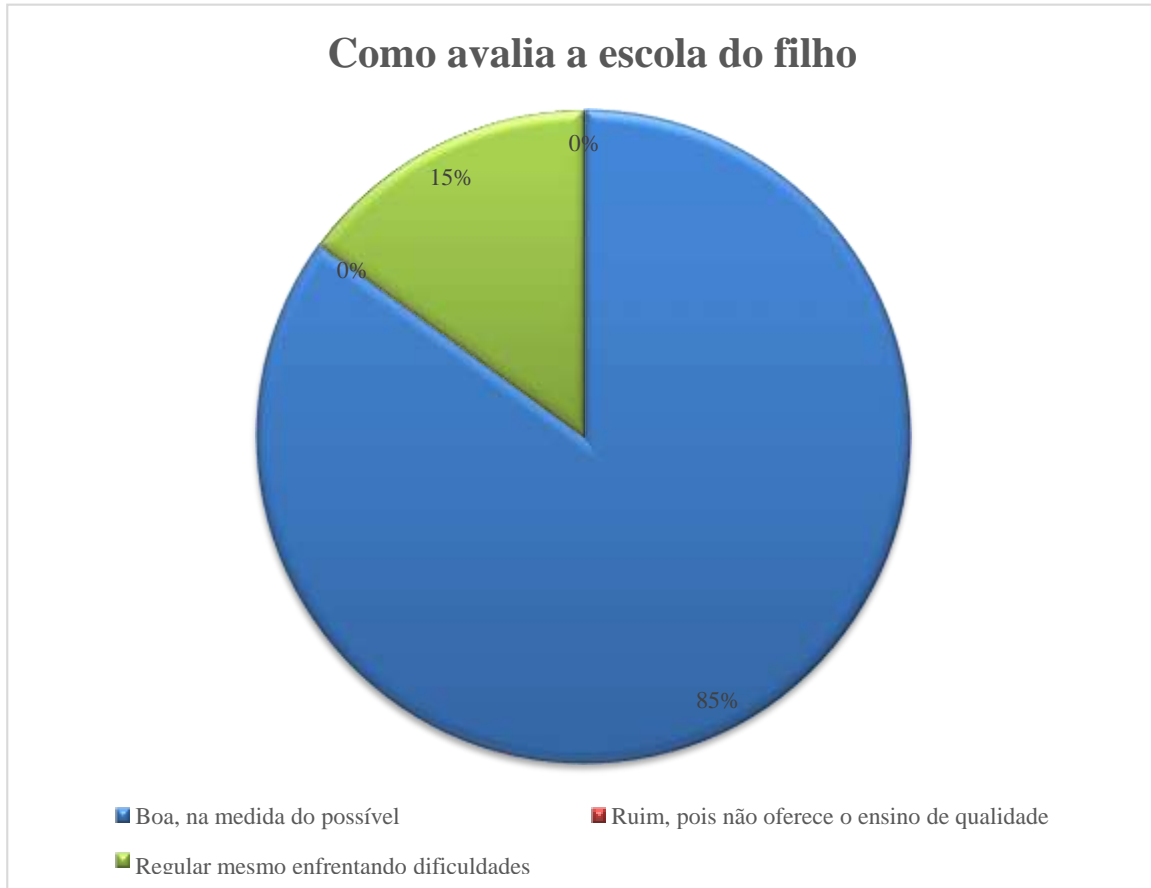
FIGURA N° 24: Confiança em ajudar nas tarefas escolares dos filhos



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

De acordo com a figura 24, a maioria 88% dos pais não se sente confiantes em dar apoio aos filhos, porém tentam apoiá-los no possível. Outros, por não terem escolaridade deixam de apoiar seus filhos, e poucos, mesmo não tendo escolaridade ainda tentam.

FIGURA Nº 25: Opinião sobre o ensino na escola pesquisada



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Ao avaliar a escola do filho, ver-se na figura 25 que 85% optou pela opção “boa”, seguido de “boa, na medida do possível”, com menor percentual de 15%, “regular mesmo enfrentando dificuldades”.

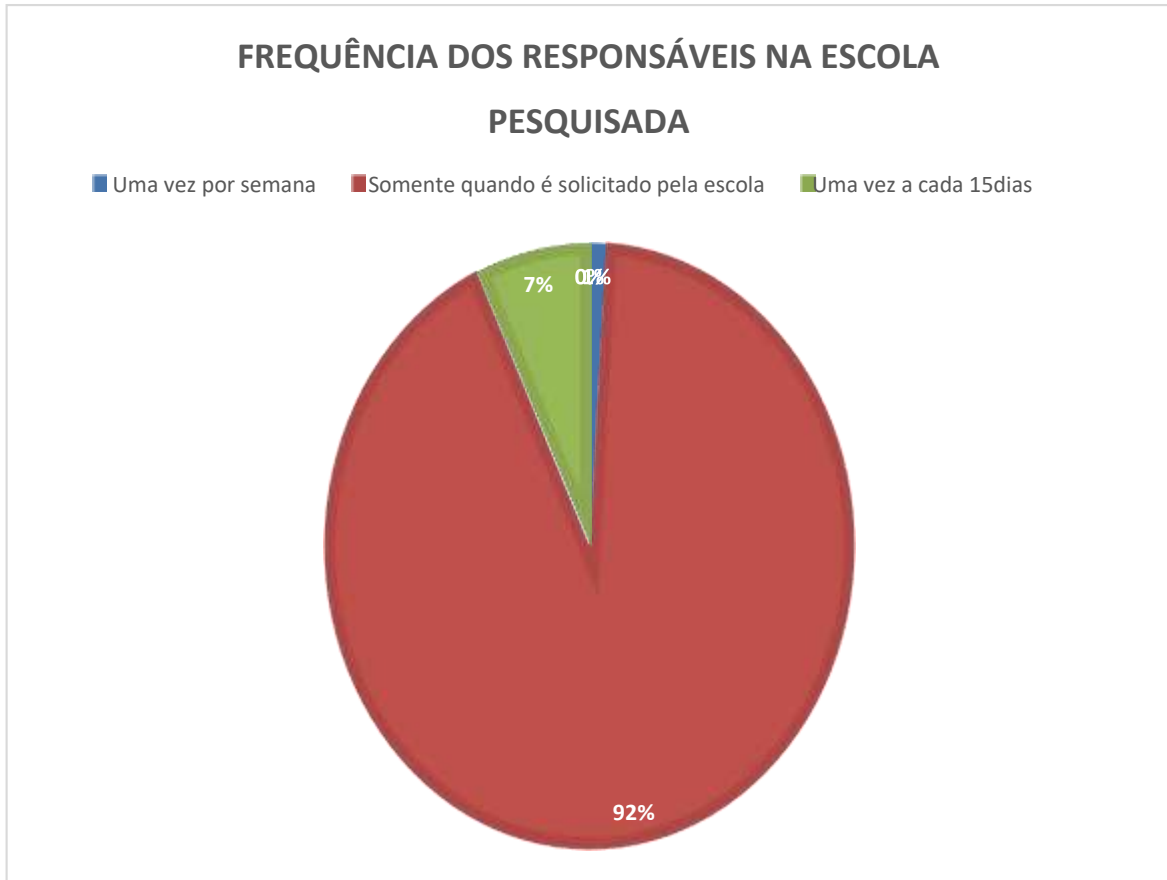
FIGURA Nº26: Relação entre responsáveis e alunos



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

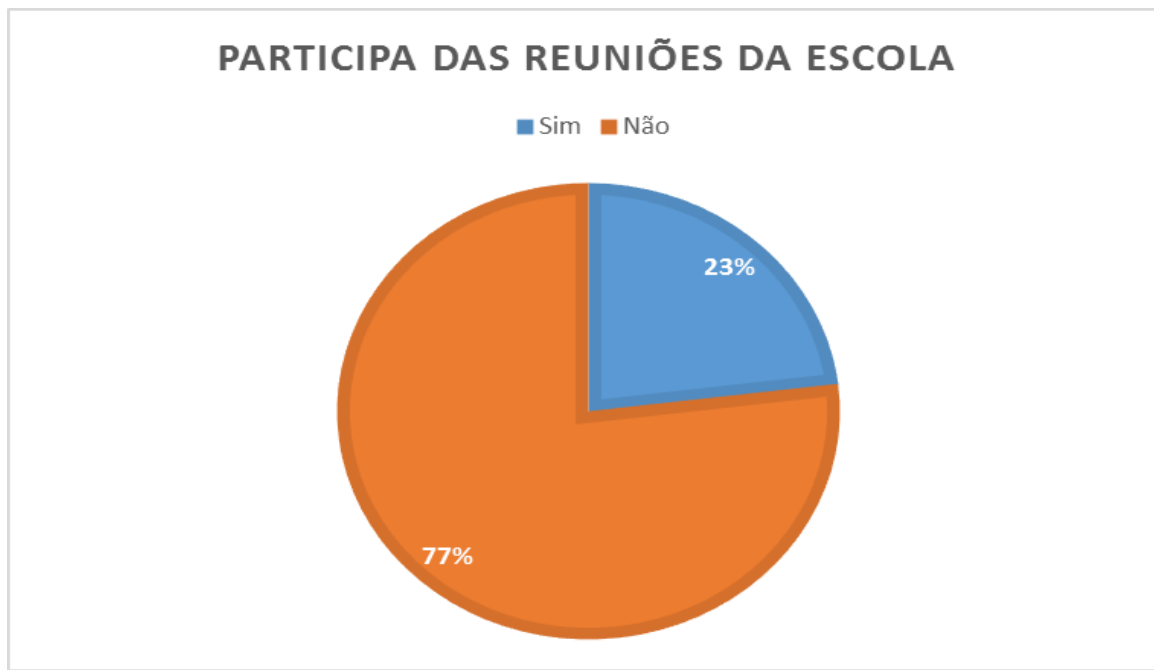
Percebe-se na figura 26, que 96% da maioria dos pais optaram em ter pouco relacionamento com o filho em relação aos estudos, um número pequeno de 2% optou por nenhum relacionamento com o filho em relação ao estudo e houve alguns que se disseram indiferente no que diz respeito ao relacionamento com os filhos em relação aos estudos.

FIGURA Nº 27: Frequência dos responsáveis na escola pesquisada



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Foi constatado na figura 27, que os pais em sua grande maioria, 92% frequentam a escola do filho somente quando é solicitado pela escola, e ainda pouquíssimos tem o hábito de frequentar em cada 15 dias ou uma vez por semana.

FIGURA Nº 28: Participação de responsáveis em reuniões escolares

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A pesquisa mostra, segundo a figura 28, que a participação dos pais nas reuniões da escola é baixa, 23% dos pais participam das reuniões, enquanto a grande maioria de 77% não participa das reuniões da escola.

5.2.4. Resultado e Discussão

De modo geral, frente aos dados avaliados, foi possível perceber, de acordo com a ordem de aplicação, que as famílias dos alunos da Escola Albertina Fiorotti Moreira em Porto Seguro Bahia não apresentam comportamentos fora do padrão se comparado realidade de famílias de outras escolas situadas também no município de Porto Seguro – BA.

A família, como relatado, configura em qualquer outro lugar, o primeiro contato de laço afetivo que o indivíduo possui. Pois, com a família se aprende os princípios e valores que são

levados à vida inteira. Dessa forma, quando a família é desestruturada, evidencia-se conflitos que determinarão distúrbios e problemas de aprendizagem que poderão ser carregados por toda a vida dos filhos.

Contemporaneamente, a protóclula social constituída pela família, apresenta uma inconstância relacional, devido a diversos fatores. Entre eles estão a falta de tempo de convívio intrafamiliar, causada pelas demandas da vida moderna, que exigem muito de cada indivíduo e traz junto a ela o distanciamento dos pais, que para suprirem suas responsabilidades no mercado de trabalho, buscando mais conforto e sustentabilidade econômica para a sua prole acabam se ausentando. O que determina um período cada vez maior de solidão ou companhias de avós, tias, e parentes em grau secundários ou outras pessoas sem nenhum laço familiar como no caso das babás, vizinhos, instituições responsáveis como creche e outros.

Os gráficos apresentados neste trabalho revelam um crescimento acentuado nos números de pais separados, comprovando que a família tradicional pai, mãe e filhos estão em extinção.

Muitos pais constituem outras famílias e muitas vezes, se esquecem de dar atenção aos filhos do primeiro casamento, essa ausência influencia de maneira negativa na vida acadêmica do estudante como em muitos casos fora da escola. E dessa forma a criança fica à mercê, sem direcionamento, sem base, passando então a agir de forma indesejada dentro e fora do ambiente da escola, configurando, assim, o cenário atual escolar, de indisciplina.

Os dados quantitativos nos apresentam uma realidade comprovadora sobre a importância da interferência familiar no processo educativos dos alunos da Escola Albertina Fiorotti Moreira em PortoSeguro–Bahia, bem como aponta que esse fator contribui na forma como os alunos encaram a escola, lidam com as atividades, com os colegas e demais aspectos escolares.

De modo geral, os dados da pesquisa apresentam que apesar de todas as dificuldades que a escola vem enfrentando com a indisciplina, a maioria dos alunos não repetem de ano, embora, a escola tem se esforçado a manter o apoio aos alunos sempre que necessário. Sem contar, que alguns professores são comprometidos a cativar os alunos a desenvolverem o hábito de estudem fora do ambiente escolar, contudo, apesar desse esforço, estima-se que quase nenhum dos alunos pensam em “ser alguém na vida”, estudam por obrigação, por assim dizer. Alguns teóricos e também nossa pesquisa revela que a falta de afeto faz com que os filhos/alunos se sintam

desmotivados a estudar, pois não tem quem os estimule ou se preocupe com seus resultados pessoais.

De mais a mais, a maioria dos pais são separados, portanto, acarreta numa infinidade de problemáticas que atinge diretamente as crianças, por vezes ficam entre a briga dos pais, ou, ora está em uma casa, ora em outra, passa pelo processo de aceitação de outros cônjuges e outros. Na escola, muitas dessas crianças apresentam inquietude e se mostram desatentos nas aulas, até mesmo agressivas. Alguns pais disseram questionar ou pelo menos os questionam sobre o cotidiano dos filhos no período escolar, porém reconhece que incentivam pouco seus filhos, alegando serem as tarefas do cotidiano seus empecilhos.

Quanto a ajuda das tarefas, o mesmo fator é apontado, porém, aparece como destaque nas pesquisas a falta de estudo dos próprios pais, que possivelmente se sentem incapazes de ajudar seus filhos. Apesar do pouco grau de instrução, pouca presença no ambiente escolar e no acompanhamento dos filhos, caracterizam a escola como boa.

Sabe-se que o perfil da família contemporânea tem se distanciado do modelo tradicional, isto é, pai, mãe e filho, como consequência de uma jornada diferenciada do dia a dia que demandou que a mulher, por exemplo, tomasse uma posição mais independente frente a família; a não aceitação de relacionamentos abusivos que fizeram com que casais se separassem; a aceitação de uniões estáveis e homoafetivas que antes eram discriminados, não aceitos, entre outros. São muitos os motivos que levaram a haver uma reconfiguração nos modelos familiares, e com isso, conseqüentemente, alterou o modo como os filhos passaram a serem educados, valorizados, e recebido o afeto e atenção dos pais, alguns de modo mais acentuado, por um dos pais, os quais eles convivem e outros, muitas vezes são esquecidos nesse jogo de mudança.

Verificamos que as crianças aprendem com exemplos dos pais, primeiramente porque é onde se tem o primeiro contato, após, com a convivência em outros ambientes, vai aos poucos reproduzindo atitudes. No processo de aprendizagem, a presença da família conta como um núcleo importantíssimo, pois a presença ou ausência dessa fará toda a diferença nessa caminhada.

São diversos os fatores de indisciplina na sala de aula, mas, pontualmente tem ganhado desta que as relações familiares. Podemos afirmar, através dos dados colhidos, que em caso de crianças que vivem em um lar com os pais separados, por exemplo, ela pode não conseguir se concentrar nas aulas, e não conseguir entender o que o professor está explicando, apresentar

caso de rebeldia, e até mesmo não respeitar o professor. Portanto, a vida da criança em casa reflete em seu rendimento escolar.

O ECA esclarece no art. 129, inciso V, que é obrigação dos pais em acompanhar seus filhos quanto a frequência e aproveitamento escolar dos filhos. A matrícula é só uma das partes das muitas que englobam o posicionamento dos pais perante a vida escolar dos filhos, disposto no art.55, do ECA.

Além disso, a relação entre pais e professores durante o processo de ensino-aprendizagem é de grande importância, até porque, muitas vezes a criança que apresenta alguma dificuldade, pode ser a causa da mesma, por fatores externos, desta forma a comunicação entre escola e família é essencial e deve ser rotineira e necessária para ajudar a criança em suas dificuldades e proporcionar o seu pleno desenvolvimento.

A participação da família na escola configura uma grande ajuda, pois, além dos professores, os pais podem pontuar dificuldades dos filhos que esclareceram alguns procedimentos que podem ser tomados, medidas para intervenção como em casos de mau comportamento, notas baixas e outros, e até mesmo, juntos ajudar seus filhos/alunos a superar essas dificuldades dentro da sala de aula.

Deve-se ter em mente que nenhuma escola tem o papel de substituir a família, cada um, de modo específico tem suas contribuições e devem contribuir de modo significativo em sua aprendizagem, seja no âmbito social ou escolar, pois tem a ver com o futuro dessas crianças. A família deve fazer o seu papel de educadora sempre, no entanto, o aspecto socializador do conhecimento e das relações só é efetivado no ambiente escolar.

CONCLUSÕES

Ao concluirmos essa pesquisa, percebemos que a presença da família, corresponde ao nosso **primeiro objetivo específico**, tem suma importância na vida dos alunos e no seu processo de aprendizagem, pois envolve o emocional deles, afetando-os diretamente em suas relações interpessoais. E como nos diz as teorias mencionadas, uma boa relação na sala de aula e também na escola é de grande relevância para um bom desenvolvimento dessas crianças, faz-se necessário destacar a falta de confiança por parte dos pais, já que eles não têm escolaridade e se sentem incapazes de ajudar seus filhos.

Temos, portanto no **segundo objetivo específico**, no contato do dia a dia, é perceptível que muitos dos discentes apresentam sentimento de tristeza, solidão, abandono pelos seus responsáveis, criando no aluno baixa estima, além de revolta, refletindo, portanto, no ambiente escolar, através da violência e indisciplina na sala de aula e como consequências principais, alunos desinteressados, agressivos, sem compromisso com a sua convivência social e escolar, no que diz respeito aos conteúdos ensinados.

Além mais, como foi colocado **no terceiro objetivo específico**, a presente situação social em relações as diversas transformações nos cenários familiares têm acarretado em negativos comportamentos e sentimentos nos filhos, vemos claramente na figura 19 que, a maioria dos pais dos alunos da escola são hoje separados; o que tem prejudicado o alunado quanto a reprovação escolar, mas, que a escola vem trabalhando encima disso com aplicação de projetos que contribui para uma total melhora nos rendimentos desses alunos trazendo cada vez mais a família para dentro do ambiente escolar transformando assim o índice de reprovação para uma melhor aceitação.

O presente pesquisa, com a certeza, deixou um sentimento da missão cumprida, com rigor e com diligência que a tarefa demandou. Os objetivos foram sobejamente alcançados e determinou um marco para descortinar as causas de agressividade determinadas pela desestruturação familiar por parte dos alunos nas escolas da nossa região de Porto Seguro – Bahia – Brasil.

Verificou-se a importância da família na aprendizagem dos alunos da Escola Albertina Fiorotti Moreira, percebeu-se que, com a mudança que as famílias vêm sofrendo atualmente, muitas crianças têm vivenciado e passado por grandes dificuldades para enfrentar tudo que o cerca, tendo ênfase no processo de ensino-aprendizagem, pois, a criança sente-se perdida e desamparada no meio de tantas problemáticas que as atingem.

De todo modo, cabe aos pais manter um diálogo com seus filhos a fim de explicar que os problemas que decorrem na vida do casal não apontam os mesmos como culpados, além do que, torna-se importante deixar claro o amor que sentem por eles.

A escola, por sua vez, também tem um papel muito importante diante desta realidade, de tantos conflitos familiares. Esta, deve estar atenta a cada situação, em especial, e proporcionar ao aluno um ambiente harmonioso, usando da sensibilidade para saber lidar com as muitas situações, que se tornam ao longo do caminho, grandes desafios.

Espera-se que essa compreenda que o aluno tem o seu valor, e que é parte integrante da escola, e que sem ele, a escola não se faz. Por isso, chamamos atenção para que a iniciativa do diálogo seja constante entre professores, alunos e pais, configurando uma relação onde todos se sintam à vontade para acrescentar, interferir, contribuir.

Cury (2003), em contribuição aos estudos sobre o mundo escolar, declara que o professor para se tornar fascinante precisa buscar mais fundo, conhecer a alma humana de modo que consiga transpor o normal e atingir seus alunos, mostrando-lhes que sua sala de aula pode ser um lugar de paz, tranquilidade. Presumimos que a educação vai além da transmissão de conteúdo, ela é um processo constante na formação da vida do ser humano.

Pensando nas famílias, dentro do processo de educação, observou-se que a desestrutura das famílias dos alunos da Escola Albertina Fiorotti Moreira nem sempre tem a ver com a separação de pais, mas sim com as condições mínimas de afeto e convivência dentro da família, o que pode ocorrer em qualquer outro modelo familiar.

Voltamos a frisar, a realidade hoje está reconfigurada. Os pais deixaram de ser os únicos provedores de uma casa, já não mais toma o papel de “chefe”; há também mães que criam seus filhos sozinhas, são mães solteiras, portanto, se desdobram para garantir uma boa vida ao seu filho. Todos esses processos abarcam consequências que em sua maioria tem proporção, negativa, maior a vida das crianças.

Detectou-se durante a pesquisa, que a falta de interesse e concentração por parte dos alunos pelos estudos parte da forma como os mesmos lidam com suas respectivas realidades no núcleo familiar.

Com os resultados demonstrados através de pesquisa, poderemos inferir sugestões que possam minimizar os efeitos culturais devidamente apresentados por nossa clientela escolar, e conseqüentemente determinar outras pesquisas sobre o tema proposto para análise, junto à nossa Secretaria Municipal de Educação, todo o trabalho desenvolvido foi fruto de composição solidária, de integração escolar.

O ensaio em tela, embora modesto por si, ajudará para que no futuro, as relações possam se tornar mais fluídas nas intermediações entre o corpo docente, profissionais educativos, família e corpo docente em ação conjunta e articulada no sentido de rentabilizar os fatores que poderão facilitar o trabalho e melhorar a qualidade de vida da nossa comunidade, elevando a cidadania e respeitando a dignidade da pessoa humana.

RECOMENDAÇÕES

A Instituição

Este trabalho buscou analisar de quais formas as famílias dos alunos da Escola Albertina Fiorotti Moreira poderiam estar influenciando na vida dos mesmos, no que diz respeito aos seus respectivos comportamentos. Constatamos que, de modo negativo, a ausência, a falta de afeto por parte dos pais dos alunos trouxeram como consequência ao ambiente escolar comportamentos indisciplinados, dos quais, interferem diretamente no ensino-aprendizagem dos mesmos. Por isso, recomenda-se à instituição que desenvolva um trabalho conjunto, articulado, de modo que integre a família e a escola, a fim de que sejam desenvolvidas atividades que influencie numa atenção maior, por parte da família a seus filhos, e a escola nas dificuldades cognitivas dos alunos.

Segundo Piaget (2000), há uma grande importância em manter um vínculo contínuo entre pais e professores. Não se trata apenas de um processo de troca de informações, mas de uma ajuda recíproca, onde cada uma das partes pode contribuir para o aperfeiçoamento de suas respectivas práticas com seus filhos/alunos. Desse modo, principalmente os pais, que no momento atual vivem uma vida corrida e atarefada, podem se atentar, de forma mais significativa a vida escolar de seus filhos e contribuir com os professores. Vale ressaltar a importância da inter-relação afetiva para o desenvolvimento cognitivo das crianças, envolvendo a segurança transmitida pelos seus responsáveis, pois, diferente disso, possivelmente, a criança apresentará diferença em seu comportamento, de forma a dificultar sua aprendizagem.

Portanto, chamamos atenção para que, não só a escola em questão, mantenha propostas de vínculos entre os pais e professores, mas que, todos que terão acesso a essa pesquisa, repense a importância do afeto e da base familiar na vida das crianças, assim como cita a nossa Constituição.

Aos professores

Precedentemente, constatamos que um dos fatores que levam a um rendimento escolar baixo, a indisciplina, também a violência dentro e fora da sala de aula é, de fato, a desestruturação da família. De forma pontual, casos de indisciplina têm sido foco de pesquisas, portanto, é urgente que se repense a orientação dessas crianças pelos seus responsáveis, sentir-se amada e envolvida é um passo para que possam obter sucesso na vida escolar. Desse modo, o uso de atividades integradoras, que estimulem a curiosidade, o raciocínio e a coletividade entre os envolvidos poderão ajudar que os resultados escolares sejam significativos.

Os professores, assim como os outros funcionários também precisam se atentar à essa problemática de forma a receber os pais de forma agradável, sem pensar que estão ali para cobrá-los, mas para ajudá-los.

Recomenda-se, então, um trabalho docente não apenas voltada para aprender a ler e escrever, mas que o professor tenha práticas críticas, que venha ser um humano, além de tudo, afetuoso. O professor que cuida, zela, educa com satisfação e que atua com a responsabilidade de trabalharos conteúdos curriculares buscando metodologias variadas que estimulem os alunos no seu desenvolvimento intelectual e o conduza para uma vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

- Albernaz, R. O., e Marques, C. S. P. (2013). *A Instituição Familiar e a Relação Humana de Familiaridade*. Periódicos Eletrônicos em Psicologia: São Paulo, abril, v. 13, nº 26. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X201300010000
- Almeida, A. P. D. (2011). *Quando o vínculo é doença: A influência da dinâmica familiar na modalidade de aprendizagem do sujeito*. Periódicos Eletrônicos em Psicologia: São Paulo, v.28, nº86. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000200011
- Almeida, S. M. (2007). *Entendendo as Famílias do Século XXI*. Revista Religare: Salvador, 25 junho. Recuperado de <http://www.religare.com.br/blog/entendendo-as-familias-do-seculo-xx>
- Almeida, E. B. (2014). *A relação entre pais e escola: a influência da família no desempenho escolar do aluno*. Campinas, SP. Recuperado de [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/AlmeidaEmanoelleBon%C3%A1ciode_TCC%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/AlmeidaEmanoelleBon%C3%A1ciode_TCC%20(2).pdf)
- Alvarenga, E. M. D. (2012). *Metodologia da Investigação Quantitativa e Qualitativa*. (Versão em Português por Cesar Amarilhas), Assunção, Paraguai.
- Andrade, C. (2008). *O que se entende por família eudemonista?* Artigonal. Diretório de Artigos Gratuitos, 03 de outubro. Recuperado de <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/117577/o-que-se-entende-por-familia-eudemonista-camila-andrade>
- Arnal, J., Ricón, D. & Latorre, A. (1994). *Investigação educativa. Fundamento y metodologia*. Labor Universitaria: Bracelona.
- Bacelar, J. (2018). *História de Porto Seguro*. Recuperado de <http://www.bahia-turismo.com/porto-seguro/historia.htm>

- Barreto, L. H. D. (2003). *Considerações sobre a guarda compartilhada*. Jus Navigandi: Teresina, ano 7, nº 108, 19 outubro. Recuperado de <https://jus.com.br/artigos/4352/consideracoes-sobre-a-guarda-compartilhada>
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Bauman, Z. (2004). *Amor líquido* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Berger, P., e Kellner, H. (1970). *Casamento e a construção da realidade*. (Org.), Sociologia Recente, p. 20-38. MacMillow: Nova York.
- Bodin de Moraes, M. C. (2010). *Na medida da pessoa humana* (1ª ed.). Renovar: Rio de Janeiro.
- Boni, V. e Quaresma, S. J. (2005). *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2 nº 1(3), janeiro/julho, p. 68-80. Recuperado de www.emtese.ufsc.br Brasil. (1988). *Presidência da República Constituição da República*.
- Brasil. (1990). *Presidência da República Casa Civil. Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras Providências*.
- Brito, T. M. L. (2007) *Família pós-divórcio: Visão dos filhos*. 2007. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932007000100004&script=sci_abstract&tlng=pt
- Chaer G., Diniz, R. R. P. & ribeiro, E. A. (2011). *A técnica do questionário na pesquisa educacional*. Evidência: Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266. Recuperado de <http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/201>
- Cunha, M. V. (2000). *Psicologia da Educação* (4ª ed.). DP & A: Rio de Janeiro.
- Cury, A. J. (2003). *Pais brilhantes, professores fascinantes* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Sextante.
- Dambros, R. E. e Castanha, A. P. (2014). *Escola e família: enfrentado a indisciplina para harmonizar o espaço escolar*. Revista: *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor P D E*. Recuperado de http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unioeste_gestao_artigo_regina_elena_dambros.pdf

- Deldime, R. e Vermeulen, S. (2001). *O desenvolvimento Psicológico da Criança* (1ªed.). Edições Asa: Lisboa.
- Dessen, M. A. e Polonia, A. C. (2007). *A Família e a Escola como Contextos de Desenvolvimento Humano*. Universidade de Brasília. Recuperado de [http:// www.scielo.br/pdf/paideia/v17n3_6/v17n36a03.pdf](http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n3_6/v17n36a03.pdf).
- Dias, M. B. (2007). *Manual de direito das famílias* (5aed.). São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Dias, M. B. (2009). *Manual de Direito da Famílias* (4ª ed.). Revista dos Tribunais: São Paulo.
- Diniz, M. H. (2014). *Curso de Direito Civil Brasileiro*. Direito de Família (29a ed.). São Paulo: Saraiva.
- DSM-5. (2014). *Manual diagnostico e estatístico de transtornos mentais* (5a ed.) Porto Alegre: Artmed.
- Engels, F. (2006). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (3ªa ed.). São Paulo: Centauro.
- Estrela, M. T. (2002). *Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula* (4ª ed.). São Paulo: Porto Editora.
- Vasconcellos, M. J. (2006). *Epistemologia sistêmica: pensamento sistêmico novo-paradigmático*. In: Aun, J. G., Esteves Vasconcellos, M. J., e Coelho, S. V. (org.).
- Féres-Carneiro, T. (2005). *Família e casal: efeitos da contemporaneidade* (1ªed.) .Rio de Janeiro: Puc.
- Fernandes, F. M. B. (2011). *Considerações Metodológicas sobre a Técnica da Observação Participante*. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. *Caminhos para análise das políticas de saúde*, 2011. p. 262-274. Recuperado de www.ims.uerj.br/ccaps
- Ferreira, A. B. H. (2000). *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (3ª ed.). Nova Fronteira: Rio de Janeiro.
- Follet, M. P. (1997). *Profeta do Gerenciamento* (1a ed.). Tradução de Eliana Chiocheti e Maria Luiza de Abreu Lima. Rio de Janeiro: Qualitymark.

- Garcia, C. V. S. (2014). *Escola e família: possibilidades e limites de integração*. V. II. In. *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE:Produções Didático- Pedagógicas*:Maringá. Recuperado de http://www.di_aadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uem_gestao_pdp_celma_vanderleia_dos_santos.pdf
- Garcia, J. (2001). *Gestão da Indisciplina na Escola*. XI Colóquio da AFIRSE/AIPELF. Indisciplina e Violência na Escola. Universidade de Lisboa, Lisboa, novembro.
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade* (1a ed.). Rio de Janeiro: J. Zahar.
- Granato, A. e de Mari, J. (1999). *Unidos pelo divórcio: os meus, os seus, os nossos*. Veja, v. 32, nº. 11, p. 108-115, março.
- Grzybowski, L. S. e Wagner, A. (2010). *O envolvimento parental após a separação / divórcio*. *Psicol. Reflex.Crit.* [online], v. 23, n.º 2, p.289-298. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2017000400487
- Guedes, C. (2005). *Sociabilidade e Sociedade de Risco: um estudo sobre relações na modernidade*. Rio de Janeiro: PHYSIS - Rev. Saúde Coletiva. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312005000200009
- Gomes, J. V. (2015). *Família e socialização*. USP: São Paulo, v.3 nº 1-2. Recuperado de www.revistas.usp.br/psicousp/article.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6a ed.). Atlas: São Paulo.
- Hair, J. F.; Babin, B.; Money, A.H.; Samouel, P. (2004). *Fundamentos métodos de pesquisa em administração* (1a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Hernández, S. L., M. (2013) *Metodologia de pesquisa* (5a ed.). Porto Alegre: AMGH.
- Hycner, R. (1995). *De pessoa a pessoa. Psicoterapia dialógica* (3ª ed.). Tradução de Elisa Plass. Z. Gomes, Enila Chagas, & Márcia Portella. São Paulo: Summus.

IBDFAM. (2005). *Instituto Brasileiro de Direito de Família*. Atuação. Abrangência Nacional. Recuperado de <http://www.ibdfam.org.br/conheca-o-ibdfam/atuacao>.

IBGE. (2002). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas do Registro Civil*. Anuário Estatístico Brasileiro. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recuperado de.

IBGE. (2005). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas do Registro Civil*. Anuário Estatístico Brasileiro. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recuperado de <http://www.ibge.gov.br/>

IBGE. (2006). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese dos Indicadores Sociais*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recuperado de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2005/default.shtm>

Instituto Unibanco. (2016). *O que fazer para aproximar família e escola?* Revista Eletrônica: Aprendizado em foco, Nº 9. Recuperado de <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/9/index.html>

Jardim, A. P. (2006). *Relação entre Família Escola: proposta de Ação no Processo Ensino–Aprendizagem*. Recuperado de <http://www.livrodgratis.com.br>

Kramer, S. (1987). *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*(3aed.).Rio de Janeiro: Dois Pontos.

La Taille, Y. (2000). *Formação ética: direitos, deveres e virtudes*. Revista Pátio. n.13. Porto Alegre: Artmed, maio/julho.

Machado, L. R. S. (2008). Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, Brasília, v. 1, nº1. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/licenciatura_propostafinal.pdf.

Maldonado, M. T. (2000). Casamento, término e reconstrução: o que acontece antes, durante e depois da separação (7a ed.). *Revisada e ampliada*. São Paulo: Saraiva.

- Marconi, M. A. e Lakatos, E. M. (1999). *Técnicas de pesquisa* (2a ed.). São Paulo: Atlas, 1999
- Moreira, M. I. C., Bedran, P. M., e Carellos, S. M. S. D. (2011). *A família contemporânea Brasileira em contexto de fragilidade social e os novos direitos das crianças: desafios éticos*. *Psicologia em Revista*, nº17 (1), p.161-180. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000100012
- Newcombe, N. (1999). *Desenvolvimento infantil* (8a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Nogueira, M. A. (2006). *Família e Escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação*. *Educação e Realidade*, p.155-170, julho. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/6850>.
- Nogueira, M. O. E. e Nogueira, M. A. (2017). *Quando os professores escolarizam os filhos na rede pública de ensino: da inevitabilidade à colonização*. *Educação em Revista (UFMG)* v. 33, p. 01-26. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982017000100101&script=sci_abstract&tlng=pt
- Oliveira, N. H. D. (2009). *Recomeçar: família, filhos e desafios* [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica. Recuperado de <http://books.scielo.org/id/965tk/01>
- Oliveira, E. (2003). *União estável: do concubinato ao casamento antes e depois do novo Código Civil* (6a ed.). São Paulo: Método.
- Parrat-Dayana, S. (2009). *Como enfrentar a indisciplina na escola* (2a ed.). São Paulo: Contexto.
- Parrat-Dayana, S. (2012). *Como enfrentar a indisciplina na escola* (2a ed.). São Paulo: Editora Contexto.
- Paschoal, G. R. e Marta, T. N. (2012). *O papel da família na formação social de crianças e adolescentes*. *Confluências: Niterói*, v. 12, nº 1, p. 219-239. Recuperado de <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/20014-74799-1-PB.pdf>
- Paro, V. H. (2007). *Qualidade de ensino: a contribuição dos pais* (2a ed.). São Paulo: Ed. Xamã.
- Parolin, I. (2008). *Relação Família e Escola: Revista atividades e experiências* (22a ed.). Positivo.

Pereira, C. M. S. (2004). *Instituições de Direito Civil*. Atualizado por Tânia de Silva Pereira (14a ed.). Rio de Janeiro: Forense, v. 5.

Piaget, J. (2000). *Para onde vai a educação?* (15a ed.). Rio de Janeiro: José Olympio.

Prá, D. D. (2013). *A diversidade na configuração familiar: uma revisão da literatura*. Instituto de Psicologia. Porto Alegre, abril de 2013. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/117876>.

Rego, T. C. (1996). *A indisciplina e o processo educativo: uma análise e na perspectiva vygotskiana*. In: Aquino, J. G. *Indisciplina na escola: alternativas práticas e teóricas* (17a ed.). São Paulo: Summus, p.83-101.

Reis, L. P. C. (2010). *A participação da família no contexto escolar*. Monografia, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

Ribeiro, E. (2008). *A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa*. In: *Evidência, olhares e pesquisas em saberes educacionais*. nº 4, maio, Araxá: Centro Universitário do Planalto de Araxá. Recuperado de <http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/328>

Río-González, J. A. (1994). *Manual de orientación y terapia familiar*. Madrid: Fundación de Ciencias Del Hombre.

Río-González, J. A. (coord.) (2003). *Vocabulario básico de orientación y terapia familiar*. Madrid e:ditorial CCS.

Río-González, J. A. (2009). *Personalidad, madurez humana y contexto familiar*. Madrid: Editorial CCS.

Rodrigues, C. M; Cunha, N. (2010). *O desenvolvimento de competência psicossociais como fator de proteção ao desenvolvimento infantil*. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v1n2/a08.pdf>

Sampieri, H.R.; Collado, C. F.; Lucio, P. B. (2010). *Metodología de la Investigación* (5a ed.). Editora Mc. Graw Hi. México.

- Santana, K. C. (2015). *A influência da família e da escola na formação integral da criança*. III Congresso Nacional de Educação. Recuperado de http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA17_ID2022_03052016194131.pdf
- Santos, M. C. (2002). *Trabalho Experimental no Ensino das Ciências*. Lisboa: Ministério da Educação (MEC), Instituto de Inovação Educacional.
- Santos, S. M. M. (2013). *Os efeitos no divórcio na família com filhos pequenos*. Salvador. Recuperado de <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0342.pdf>.
- Santos, E. (1999). *Direito da Família* (1a ed.). Coimbra: Almedina.
- Sarti, C. (2008). *Famílias enredadas. Família, rede, laços e políticas públicas*. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais, São Paulo: PUC.
- Schmidt, M. A. M. S. (1997). *Infância Sol do Mundo: a primeira conferência nacional de educação e a construção da infância brasileira*. Tese Doutorado, Universidade Federal do Paraná Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Silva, I. T. O. e Gonçalves, C. M. (2016). Os efeitos do divórcio na criança. *Revista: Psicologia: portal dos psicólogos*. Recuperado de <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1042.pdf>
- Sousa, J. P. (2006). *A prática antes da teoria e o foco no objetivo: uma proposta para o ensinoniversitário de jornalismo*. In: Moreira, S. V.; Vieira, J. P. D. (Org.). *Ensino e Pesquisa em Comunicação* (2a ed.). São Paulo/Rio de Janeiro, Intercom/UERJ.
- Souza, M. R. (2000). *Depois que papai e mamãe se separaram: Um relato dos filhos*. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n3/4807.pdf>
- Szymanski, H. (2002). *Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança*. In: *Serviço Social & Sociedade*: São Paulo, ano 23, nº 71, p. 9-25, setembro. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000158&pid=S0103-166X200400020000100025&lng=pt
- Tiba, I. (2002). *Quem Ama, Educa!* (29a ed.). São Paulo: Gente.

- Tiba, I. (2006). *Disciplina, limite na medida certa* (81a ed.). Editora Integrare: São Paulo. Toni, C. T. (2007). *A união estável e a união homoafetiva do direito penal*. Tese de doutorado, PUC, São Paulo, SP, Brasil.
- Vasconcellos, C. S. (2009) *Indisciplina e disciplina escolar: fundamentos para o trabalho docente* (1a ed.). São Paulo: Cortez.
- Venosa, S. S. (2013). *Direito civil: parte geral* (13a ed.). São Paulo: Atlas.
- Vianna, R. R. A. B.; Campos, A. A. e Landeira-Fernandez, J. (2009). *Transtornos de ansiedade na infância e adolescência: uma revisão*. Rio de Janeiro. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872009000100005
- Wagner, A. (2011). *Desafios psicossociais da família contemporânea. Pesquisas e Reflexões* (1a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Wagner, A., Levandowski, D. C. (2008). *Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade*. Revista Textos e Contextos, 7 (1), 88-97. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/3940>
- Xavier, T. M. L. S. (2016). *A família: das relações tradicionais ao poliamor*. UNISALESIANO: Lins. Recuperado de <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/60469.pdf>

APÊNDICE A

Solicitação de autorização para pesquisa acadêmico-científica

Através do presente instrumento, eu, **Maria da Conceição Farias**, acadêmica, solicito autorização para realização da pesquisa integrante do meu trabalho de conclusão de tese para a obtenção do título de Licenciada Mestranda em Ciências da Educação, pela **Universidad Autónoma de Asunción**, sob a orientação da **Dr^a Daniela Ruíz Díaz M.** A coleta de dados será feita através da aplicação de questionário, conforme modelo anexo.

As informações aqui prestadas não serão divulgadas sem a autorização final da Instituição campo de pesquisa. E será garantido o anonimato dos informantes.

PortoSeguro, _____ de _____ de _____.

Gestor responsável pela instituição campo de pesquisa

Assinatura e carimbo do responsável institucional

APÊNDICE B

Autorização

Eu _____, abaixo assinado, responsável pela Unidade Escolar Albertina Fiorotti Moreira, autorizo a realização do estudo indisciplinados alunos do 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental dos anos iniciais, que será realizado pelo pesquisador abaixo relacionado. Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa.

_____ de _____ de 2018

Gestor responsável pela instituição campo de pesquisa

Assinatura e carimbo do responsável institucional

APÊNDICE C

Questionário I

ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO SEMI ESTRUTURADA PARA APLICAÇÃO COM PROFESSORES E AUXILIAR EDUCATIVO

1. **Averiguar a formação acadêmica dos professores, atuantes nas séries do terceiro e quarto e quinto ciclo do ensino fundamental.**
2. **Identificar qual a falta de interesse dos alunos em sala de aula.**
3. **Descrever quais estratégias são utilizadas pelos professores para obter ajudados pais na aprendizagem de seus alunos.**
4. **Identificar quais obstáculos os professores enfrentam para a aprendizagem adequada dos alunos.**

1. Sobre a identificação dos professores:
a- Magistério: Sim () Não () Graduação superior: Sim () Não () em que: Pós-graduação: Sim () Não () em que:
b. Há quanto tempo atua como professor da rede pública?
c. Há quanto tempo leciona nessa escola?
d. Qual a carga horária de trabalho nesta escola?

2. Sobre Abordagem e aplicabilidade do tema/ estratégias utilizadas/ obstáculos.
a. Qual a forma de participação da família dos seus alunos? <input type="checkbox"/> poucos participam. <input type="checkbox"/> a maioria tenta participar da melhor forma possível
<input type="checkbox"/> há uma participação mediana,50%participam,50% não participam.
b. Qual a interferência causada pela desestrutura familiar na vida do aluno? <input type="checkbox"/> a falta de compromisso com os estudos. <input type="checkbox"/> prejudica a aprendizagem, tornando o desenvolvimento nos aspectos cognitivos. <input type="checkbox"/> interfereprejudicandoodesenvolvimentonosaspectoscognitivo,socialeafetivo.
3. Qual a maior consequência da ausência da família na escola? <input type="checkbox"/> falta de interesse e compromisso com os estudos. <input type="checkbox"/> indisciplina <input type="checkbox"/> fracasso escolar <input type="checkbox"/> dificuldade na aprendizagem.
4. Qual o nível de preocupação dos responsáveis (pai, mãe, avó, outros) quanto aprendizagem dos seus alunos? <input type="checkbox"/> poucos preocupados <input type="checkbox"/> muito preocupados. <input type="checkbox"/> Não demonstram preocupação nenhuma.

5. Qual a maior dificuldade de seus alunos quanto as atividades realizadas em casa?

6. O professor considera importante a participação da família na escola? Justifique?

7. Como deve ser essa participação? Se atualmente, os pais se queixam muito de falta de tempo?

8. Os pais com pouca ou nenhuma escolaridade podem participar da educação escolar dos filhos? De que forma?

9. Uma criança com pais participativos terá melhores resultados do que outra com pais indiferentes ao processo escolar? Por quê?

10. Você acha que os alunos demonstram interesse pelos temas relacionados a família? Justifique?

11. Em sua opinião a escola pode fazer algo para melhorar a situação da educação escolar entre os alunos e seus familiares? De que forma?

12. De qual forma a escola se preocupa em trazer a família para o espaço escolar?

APÊNDICE D

Questionário II

ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO ESTRUTURADA PARA OS ALUNOS DO 3º ao 5º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL ALBERTINA FIOROTTI MOREIRA

1. **Averiguar a faixa etária dos alunos quanto ao ciclo do ensino que frequentado.**
2. **Identificar qual a falta de interesse dos alunos em sala de aula.**
3. **Descrever quais as dificuldades apresentadas pelos alunos para obter a ajuda dos pais na aprendizagem escolar.**
4. **Identificar quais obstáculos que os alunos enfrentam para uma boa aprendizagem na escola.**

1-Sexo

masculino

feminino

2- Idade

de 7 anos 8anos a 9anos

10 anos 11anos 12 anos

3-Membros da família que convivem?

pai

mãe

tios ou avós

outroparente?Qual?_____

4- Quem ajuda você nas tarefas escolares?

- seu pai outras pessoas
 sua mãe ninguém lhe ajuda
 outras pessoas Quem? _____

5- Você já repetiu de ano?

- Nunca repeti o ano
 Sim, 1 vez, nesta escola

Sim, 1 vez, em outra escola

Sim, 2 vezes ou mais

6- Em relação ao ensino, sua escola comparada com a de seus amigos é:

- Melhor que as outras
 Igual às outras
 Pior que as outras
 Muito pior que as outras-

7- De quem foi a decisão para você estar nessa escola?

- De seus pais ou responsáveis
 De você mesmo
 De seus responsáveis junto com você
 Encaminhamento da escola anterior

8- Você já precisou de apoio escolar, em que período foi?

- O ano inteiro
 Só no período de provas
 Às vezes.

9-Que tipo de apoio você teve?

- Reforço oferecido pela escola
- Professor particular
- Outro tipo de reforço escolar

10-Com que frequência você falta as aulas?

- nunca falto as aulas
- sempre falto as aulas
- falto as aulas sempre que necessário

11- Alguém lhe incentiva a estudar fora do horário escolar?

- ninguém me incentiva
- meu pai, mãe, avós, tio ou outros
- somente meus professores

12-Seu responsável procura estudar com você quando você pede ajuda ou tem dificuldade de aprender?

- sempre que preciso me ajuda
- nunca, pois não dispõe de tempo
- somente quando estou com notas baixas

13- Qual o motivo você quer estudar?

- porque quero ser alguém no futuro
- só estudo porque meus pais me obrigam ir para a escola
- porque não gosto mesmo

APÊNDICE E

Questionário III

ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADA PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL ALBERTINA FIOROTTI MOREIRA

1. **Averiguar a formação e participação dos pais ou responsáveis na aprendizagem dos alunos do ensino fundamental.**
2. **Identificar quais os obstáculos enfrentados pelos pais para auxiliarem seus filhosna aprendizagem escolar**

Estado civil Marque (X) na opção	Idade dos Pais		Profissão		Grau de Escolaridade	
	Pai	Mãe		Mãe	Pai	Mãe
Casados <input type="checkbox"/>						
União Estável <input type="checkbox"/>						
Separados <input type="checkbox"/>						
Divorciados <input type="checkbox"/>						
Solteiro/a <input type="checkbox"/>						

União Homo afetiva ()						
------------------------	--	--	--	--	--	--

Obs.: Avós ()					
----------------	--	--	--	--	--

Profissão _____

Graude escolaridade _____

Após a separação seus filhos apresentaram que tipo de comportamento?	Agressivos () Desatentos () Inquietos () Não houve diferença ()
Houve deficiência no aprendizado dos seus filhos	Sim () Não ()
O pai ou a mãe visita o filho diariamente? Se separados	Sim () Não ()
2 - Como demonstra de interesse pela vida escolar da criança? () incentiva e reforça a importância do estudo () conversa com o professor diariamente	

<p><input type="checkbox"/> questionando como foi o dia na escola</p>
<p>3- Houve diferença no comportamento de seus filhos após o divórcio? Sim() Não()</p>
<p>4- Envolvimento dos pais nos projetos da escola</p>
<p>5- Em que medida vocês pais estão envolvidos na educação de seus filhos? <input type="checkbox"/> sempre que são solicitados pelos filhos <input type="checkbox"/> quando a escola requisita ajuda sua. <input type="checkbox"/> suas tarefas lhe impedem este envolvimento.</p>
<p>6 - Que barreiras os pais encontram para colaborar na educação o trabalho fora de casa <input type="checkbox"/> as tarefas domésticas <input type="checkbox"/> a falta de estudo <input type="checkbox"/> a presença de um companheiro</p>
<p>7- Você se sente confiante para apoiar na educação escolar de seus filhos? <input type="checkbox"/> nunca, pois não tenho escolaridade <input type="checkbox"/> não me sinto confiante, porém tento lhe apoiar no possível <input type="checkbox"/> sempre, mesmo não possuindo estudo completo</p>
<p>8- Como você avalia a escola de seu filho? <input type="checkbox"/> boa, na medida do possível <input type="checkbox"/> ruim, pois não oferece ensino de qualidade <input type="checkbox"/> regular, pois mesmo enfrentando dificuldades, trabalha corretamente.</p>
<p>9- Qual o nível de relacionamento entre você e seu filho, em questão ao seu estudo? <input type="checkbox"/> não tenho relacionamento nenhum <input type="checkbox"/> Tenho, mas pouco <input type="checkbox"/> sou indiferente</p>
<p>10- Frequenta a escola do seu filho? Você participa das reuniões que a escola promove, para saber como está seu filho, e como é o andamento da instituição? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Por quê?</p>